



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

Lucília Panisset Travassos

**COMO UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NÃO-PÚBLICA
PODE CONTRIBUIR PARA PROGRAMAS PÚBLICOS DE INCLUSÃO:
UM ESTUDO DE CASO PARA O UNICENTRO IZABELA HENDRIX.**

Dissertação de Mestrado

Florianópolis
Agosto / 2002

Lucília Panisset Travassos

**COMO UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NÃO-PÚBLICA
PODE CONTRIBUIR PARA PROGRAMAS PÚBLICOS DE INCLUSÃO:
UM ESTUDO DE CASO PARA O UNICENTRO IZABELA HENDRIX.**

Dissertação apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
em Engenharia de Produção
da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre
em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Francisco Antônio Pereira Fialho, Dr.

Florianópolis
Agosto / 2002

Lucília Panisset Travassos

**COMO UMA INSTITUIÇÃO NÃO-PÚBLICA
PODE CONTRIBUIR PARA PROGRAMAS PÚBLICOS DE INCLUSÃO:
UM ESTUDO DE CASO PARA O UNICENTRO IZABELA HENDRIX.**

Esta Dissertação foi julgada adequada e aprovada para a obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção** no Programa de Pós-Graduação em **Engenharia de Produção** da **Universidade Federal de Santa Catarina**.

Florianópolis, 14 de agosto de 2002.

Edson Pacheco Paladini, Dr.

Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA

Prof. Francisco Antônio Pereira Fialho, Dr.

Orientador

Profª. Christianne Coelho de Souza Reinish Coelho, Dra.

Profª. Elaine Ferreira, Dra.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a duas mulheres
que influenciaram a minha vida de um modo todo especial:

À minha avó, Assistente Social **SYLVIA DE FARIA BARROS**,
com quem aprendi que o nosso olhar para os destituídos deve enxergar
como criar situações para que se tornem cidadãos plenos.

À minha mãe, Professora **LUCIA DE BARROS PANISSET**,
de quem eu recebi tanto a coragem necessária
para poder conviver com a ausência que a sua morte física me impôs
quanto a certeza de que a luz da sua vida eterna iluminará – sempre –
qualquer escuridão que ouse se aproximar da minha alma.

AGRADECIMENTOS

Expressando a minha gratidão aos alunos das escolas públicas estaduais de Nova Lima, que me acolheram para que essa pesquisa fosse realizada, e também às pessoas e organizações citadas a seguir, reafirmo a crença na interdependência dos seres humanos e na importância da ajuda mútua como resposta à questão da sobrevivência de todos.

Apoio Acadêmico

Com carinho especial, ao Professor Doutor Francisco Antônio Pereira Fialho, meu Orientador, que confiou em mim antes mesmo de me conhecer, à Professora Doutora Christianne Coelho de Souza Reinish Coelho, uma grande incentivadora, e à Professora Doutora Elaine Ferreira, pela disponibilidade de estar na Banca Examinadora deste trabalho.

A todos os meus professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, por sua atuação competente e pelos alicerces que me ajudaram a construir conhecimento.

Ao Reverendo Edésio de Oliveira Rocha, idealizador do Projeto Empresa Cidadã, pelas contribuições na discussão sobre o Metodismo; aos amigos Professor Clóvis de Oliveira Paradela, Doutor Elias Boaventura e Doutor Sérgio Marcus Pinto Lopes, cujas pesquisas de Mestrado e Doutorado, na área da Educação oferecida pela Igreja Metodista, foram luz-guia para meus passos nesse campo; a César Eduardo Moura e Manoel Francisco Tavares, pelos úteis esclarecimentos nas áreas de História e Direito.

Apoio Técnico

A Marconi Briseno, representando o time da Universidade Virtual do Unicentro Izabela Hendrix; às equipes do Laboratório de Ensino a Distância da UFSC e das bibliotecas do Unicentro Izabela Hendrix e das instituições 'irmãs' UMESP e UNIMEP, que atenderam às minhas solicitações com rapidez e eficiência; à Flavia Garzon Vaz e Andréa Damasceno Gomes Silva, responsáveis pela alta qualidade dos serviços de reprografia; às direções das Escolas Públicas Estaduais Augusto de Lima, George Chalmers e João Felipe da Rocha, pela seleção dos alunos participantes desse estudo de caso; à Secretaria Municipal de Ação Social, ao Conselho Municipal e ao Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Lima, por sua visão inclusiva de mundo.

Apoio Moral

Ao meu esposo – Edson, e aos meus filhos – Luiz Carlos e Luiz Eduardo, que se fizeram presentes neste trabalho ao me proporcionarem um ambiente com o equilíbrio emocional necessário para que eu pudesse acreditar, raciocinar, redigir com clareza e... Continuar!

Aos amigos Randall H. Johnson e Rogeane Rita Faria Gomes – cuja revisão acrescentou segurança ao meu desempenho lingüístico em inglês e português; à minha 'irmã por escolha' Cida Magri, e a todos os membros dessa 'nossa' família, pela escuta paciente e pelas opiniões que têm me ajudado muito no processo de fortalecimento pessoal e crescimento profissional.

Apoio Financeiro

Ao Instituto Metodista Izabela Hendrix, pela viabilização do meu curso, através do seu Programa de Capacitação Docente.

**Que todas as pessoas
que de alguma forma contribuíram para esta dissertação,
direta ou indiretamente,
conscientes do papel que desempenharam ou sem o saberem,
possam sentir quão grata estou!**

*A floresta ardia em chamas!
Todos os bichos correram e, desolados,
assistiam do alto de uma montanha, aquele triste quadro.
Enquanto isso, um pequeno passarinho, inconformado,
enchia o bico de água e derramava-a sobre o incêndio...
O leão, o todo poderoso da selva, não perdeu a oportunidade de criticar:
— Passarinho, não seja ridículo!
Será que você não vê que seu esforço
não vai adiantar nada?
— Pode ser, retrucou a pequena ave,
mas, pelo menos, eu estou fazendo a minha parte!*

RESUMO

Através da investigação de como o Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista - uma instituição confessional de ensino, não pública - alinou-se ao denominado Terceiro Setor, o presente trabalho pretende contribuir para a visão de como foi colocado em prática o compromisso com os excluídos, uma das muitas vocações da mantenedora da instituição pesquisada, e apresentar sugestões para que entidades privadas de educação possam cumprir com a sua responsabilidade de organização social, relacionando a prática educativa à prática de atos contínuos de solidariedade que visem à inclusão, considerando a importância de Agir ⇒ Transformar ⇒ Agir novamente. Tomando como base as principais teorias e pesquisas correntes sobre Terceiro Setor, cidadania empresarial e voluntariado, esta pesquisa busca identificar os pressupostos básicos relacionados às ações de serviço civil voluntário, considerando-se a reciprocidade existente entre o Movimento Metodista e o Terceiro Setor, visto que ambos são caracterizados pela questão da responsabilidade social. Este trabalho é um estudo de caso, apoiado na combinação de três técnicas de coleta de dados: a análise documental, a observação participante e as entrevistas. A utilização dessas técnicas buscou o reconhecimento dos componentes da relação entre o processo de ação social voluntária e educação, desde as origens do Movimento Metodista - em ambiente acadêmico na Inglaterra das transformações sociais do século XVIII, até as Recomendações da Organização das Nações Unidas para 2001, Ano Internacional dos Voluntários, sendo visitadas a implantação da Igreja Metodista no Brasil, a fundação do Colégio Izabela Hendrix e sua transformação em um centro universitário. Sustentada pela literatura pesquisada, foi feita uma análise dos dados obtidos, que ofereceram as informações para a avaliação do trabalho executado pelo Unicentro Izabela Hendrix, em parceria com a Prefeitura Municipal de Nova Lima, Minas Gerais, no Projeto “Empresa Cidadã”, da Secretaria Municipal de Ação Social daquele município, sendo apontadas estratégias para iniciativas de cunho social que auxiliem a escola não pública a inserir-se, eficientemente, no Terceiro Setor.

Palavras chave: Instituição não-pública, responsabilidade social, terceiro setor, parceria, inclusão.

ABSTRACT

Through the investigation of how Unicentro Izabela Hendrix of the Methodist Church – a professed non-public institution of learning – aligned itself to the designated Third Sector, the present work aspires to contribute to the vision of how the commitment to the poor and the destitute was put into practice, as this is one of the sustaining vocations of the investigated institution. It also attempts to introduce suggestions so that private educational entities may fulfill their responsibility of social organizations, relating educational experience to the exercise of continuous acts of solidarity and social action aimed at inclusion, keeping in mind the importance of the trinomial Act \Rightarrow Transform \Rightarrow Act again. Having as a base the principle theories and prevailing research on volunteerism, this work sought to identify the basic presuppositions related to the actions of voluntary civil service, considering the existing reciprocity between the Methodist Movement and the Third Sector, given that both are characterized by the question of social responsibility. This work is a case study, supported by a combination of three techniques of data collection: document analysis, interviews and participant observation. The use of these techniques searched for recognition of the components of the relationship between the process of voluntary social action and education, from the origins of the Methodist Movement in the academic environment of England during the social transformations of the 18th century up to the Recommendations of the United Nations Organization for 2001, International Year of Volunteers, examining the implementation of the Methodist Church in Brazil, the founding of Izabela Hendrix as an elementary and a secondary school, and its transformation into an academic center. Supported by the research literature, an analysis was made of the obtained results which offers the information for the evaluation of the work executed by Unicentro Izabela Hendrix, in partnership with the Secretary of Social Action of the Municipality of Nova Lima, Minas Gerais, in the project designated “Business Citizen”, citing strategies for social initiatives that will help the non-public school insert itself efficiently in the Third Sector.

Key Words: Non-public institution, social responsibility, third sector, partnership, inclusion.

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Elementos caracterizadores do Terceiro Setor	p. 25
Quadro II - Matriz para avaliação da responsabilidade social empresarial	p. 27
Quadro III - Comparação dos tipos de abordagens para projetos sociais de empresas	p. 35
Quadro IV - Cronologia da expansão d Colégio Izabela Hendrix	p. 43
Quadro V - Cronologia da implantação dos cursos superiores do Instituto Metodista Izabela Hendrix: de Faculdade a Centro Universitário	p. 44
Quadro VI - Comparação das atitudes dos alunos antes e após a sua participação no Projeto Empresa Cidadã	p. 89

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE QUADROS

1. INTRODUÇÃO	p. 15
1.1 O problema de pesquisa	p. 15
1.2 Justificativa e Relevância	p. 16
1.2.1 A justificativa	p. 16
1.2.2 A relevância	p. 17
1.3 Objetivos	p. 17
1.3.1 O objetivo geral	p. 17
1.3.2 Os objetivos específicos	p. 17
1.4 As Limitações	p. 18
1.5 A Descrição dos Capítulos	p. 20
1.5.1 O capítulo da Introdução	p. 20
1.5.2 O Capítulo 2	p. 20
1.5.3 O Capítulo 3	p. 21
1.5.4 O Capítulo 4	p. 21
1.5.5 O Capítulo 5	p. 21
1.5.6 O Capítulo 6	p. 21
1.5.7 O Capítulo 7	p. 22
2. O TERCEIRO SETOR	p. 23
2.1 Compreendendo o Conceito 'Terceiro Setor'	p. 23
2.2 Responsabilidade Social: o Conceito e a sua Manifestação	p. 26
2.3 O Ano Internacional dos Voluntários	p. 29
2.3.1 A Resolução da Organização das Nações Unidas e suas Recomendações	p. 31
2.3.2 O voluntariado no Brasil	p. 32
2.4 O Estado da Arte do Setor Social no Brasil	p. 33
2.4.1 O Terceiro Setor brasileiro: amparo legal para a prática social civil	p. 36
2.4.2 A cidadania empresarial no Estado de Minas Gerais	p. 37

3. UMA ESCOLA CIDADÃ FORMANDO ALUNOS CIDADÃOS p. 38

3.1 O Paradoxo da Atuação da Instituição Educacional Não-Pública no Terceiro Setor p. 38

3.1.1 O caminho do Movimento Metodista: Grã Bretanha ↔ Estados Unidos → Brasil p. 38

3.1.2 A educação metodista no Brasil p. 40

3.2 O Histórico do Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista p. 41

3.2.1 A educação metodista no contexto histórico de Belo Horizonte p. 41

3.2.2 A fundação do Colégio Izabela Hendrix p. 41

3.2.3 A expansão do Colégio Izabela Hendrix p. 42

3.2.4 De Faculdade a Centro Universitário p. 44

3.3 A Missão Social do Unicentro Izabela Hendrix p. 45

3.3.1 O papel da Pastoral Universitária p. 49

4. CAMPO DE APLICAÇÃO: O MUNICÍPIO DE NOVA LIMA p. 51

4.1 Aspectos geográficos do Município de Nova Lima p. 51

4.2 Uma Sinopse Histórica do Município de Nova Lima p. 51

4.3 A Política Social da Prefeitura Municipal de Nova Lima p. 54

4.3.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente p. 55

4.3.2 O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente p. 56

4.4 A Parceria entre a Prefeitura de Nova Lima e o Unicentro Izabela Hendrix p. 58

4.4.1 O ponto de partida: uma Pastoral Universitária atuante e uma Secretaria Municipal de Ação Social dinâmica p. 58

4.4.2 Os papéis das partes envolvidas no projeto pesquisado p. 59

4.4.3 A implementação das atividades escolares idealizadas pra o Projeto Empresa Cidadã p. 60

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS p. 62

5.1 Perspectivas do Estudo p. 62

5.2 Do Processo Investigativo: Os Ciclos da Pesquisa p. 65

5.3 O Espaço e a População da Pesquisa p. 66

5.3.1 O espaço da realização da pesquisa p. 66

5.3.2 A caracterização da população pesquisada p. 68

5.4 Os Procedimentos Técnicos da Investigação p. 68

5.4.1 A abordagem qualitativa e sua implicação para a coleta e a análise dos dados p. 68

5.4.2 A coleta dos dados p. 69

5.4.3 A análise dos dados p. 71

5.5 Procedimentos de Campo	p. 72
5.5.1 A entrada no campo	p. 72
5.5.2 A análise documental	p. 73
5.5.3 As entrevistas	p. 73
5.5.4 A observação	p. 75
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	p. 76
6.1. Atores e Cenário da Parceria: o Unicentro Izabela Hendrix e a Prefeitura de Nova Lima em uma Colaboração Pioneira	p. 76
6.1.1 A extensão inesperada	p. 82
6.2 Depoimentos Registrados	p. 84
6.2.1 Os depoimentos dos alunos participantes do Projeto	p. 84
6.2.2 Os depoimentos dos diretores das escolas públicas parceiras	p. 86
6.3 Avaliações do Projeto Empresa Cidadã	p. 87
6.3.1 A avaliação do representante do Conselho Tutelar	p. 88
6.3.2 As avaliações das diretorias das escolas participantes	p. 88
6.3.3 A avaliação final dos representantes do Unicentro Izabela Hendrix	p. 89
7. CONCLUSÕES RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES	p. 92
7.1 Conclusões	p. 92
7.2 Recomendações	p. 96
7.3 Sugestões para Trabalhos Futuros	p. 97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 99
OBRAS CONSULTADAS	p. 106
APÊNDICES	p. 121
APÊNDICE A - Carta de permissão dos alunos para uso da sua imagem e som em entrevistas sobre o Projeto Empresa Cidadã	
APÊNDICE B - Questionário inicial para alunos	
APÊNDICE C - Carta de permissão de diretores para uso da sua imagem e som em entrevistas sobre o Projeto Empresa Cidadã	
APÊNDICE D - Questionário final para diretores	

ANEXO A - Resoluções e Recomendações da ONU

ANEXO B - Leis Federais Sobre Terceiro Setor e Voluntariado

ANEXO C - Leis Municipais (NL) sobre o Conselho Municipal e o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

ANEXO D - Termo de adesão ao voluntariado

ANEXO E - Avaliações do Conselheiro Tutelar e da E. E. Augusto de Lima

ANEXO F - Modelo do certificado oferecido na solenidade de formatura

ANEXO G - Uma colaboração final: lista de *sites* na Internet e de fontes para pesquisas posteriores, selecionados pela ONG Comunidade Solidária.

1. INTRODUÇÃO

1.1 O problema de pesquisa

Mudanças na política e na economia global tornaram o mundo atual mais competitivo e o espaço entre as desigualdades sociais mais largos e profundos. E, em função das necessidades sociais decorrentes desse quadro, a novidade representada pela visão do trabalho voluntário, como uma estratégia para o desenvolvimento humano e para a transformação da sociedade em um espaço mais justo, está se fortalecendo.

O voluntariado tem sido uma atuação marcante no emergente Terceiro Setor, um espaço no qual agem, juntos, o Estado – poder público, e o Mercado – setor privado. O termo, que se originou da experiência norte-americana, não revela qualquer hierarquia ao ser associado à palavra ‘terceiro’. Na verdade, apenas designa a existência de mais uma função nas relações sociopolíticas e econômicas, além das duas já existentes.

A expansão do Terceiro Setor no Brasil, notadamente na década de 90, trouxe para a sociedade alguns conceitos novos, entre eles o da responsabilidade social, que trata da atuação ética das empresas, e o da cidadania empresarial, que nomeia a atitude que leva as empresas à prática de atos solidários junto à comunidade em que está inserida.

Como empresas que são, as organizações não-públicas de ensino têm tomado consciência da necessidade de juntar seus esforços às outras iniciativas da sociedade civil voluntária e participar ativamente dos programas de inclusão desenvolvidos na sociedade.

Muitas vezes, no entanto, essas atividades de contribuição social realizadas pelas organizações educacionais ocorrem de forma isolada, apenas como parte de projetos maiores, ligados à unidades pedagógicas e em datas cívicas ou religiosas. Mas, as diversas possibilidades de contribuição para a sociedade, oferecidas pela experiência contínua de cidadania, são por demais ricas para que tal iniciativa não seja colocada em prática e, se o forem, passem despercebidas. Por isso o interesse imediato, por parte da Diretoria Geral do Centro Universitário, da Secretaria Municipal de Ação Social de Nova Lima e da pesquisadora – também parte da comunidade izabelense – no momento em que a Pastoral Universitária do Unicentro Izabela Hendrix apresentou um projeto de parceria, criando

oportunidade para a consciência de responsabilidade social da instituição ser transformada em uma ação cidadã empresarial voluntária.

O foco deste estudo de caso é, portanto, esse projeto, que recebeu o nome de ‘Empresa Cidadã’, por estar associado ao emergente conceito de uma organização do setor privado que dedica parte dos seus recursos e do seu tempo à prestação de serviço civil voluntário. O início oficial do Projeto ocorreu em 02 de outubro de 2001 e o seu término, previsto para 31 de outubro do mesmo ano, foi prorrogado até a última 5ª feira de novembro.

Tendo em vista os pressupostos apresentados, a questão de pesquisa que o presente trabalho busca desenvolver é assim colocada: “Para adequar-se às mudanças sócio-econômicas globais e à importância do Terceiro Setor como espaço para o serviço civil voluntário e a prática da solidariedade, como uma instituição de ensino confessional, não-pública, pode colaborar com projetos públicos de inclusão?”.

A relevância da pesquisa é apresentada e justificada a seguir, neste mesmo capítulo.

1.2 Justificativa e Relevância

1.2.1 A justificativa

O fortalecimento do serviço voluntário ainda é uma realidade pouco visível e não tão valorizada quanto em outros países, como na América do Norte, por exemplo. Essa razão, por si só, já é uma justificativa para que uma experiência de serviço civil voluntário seja tornada pública através de uma pesquisa científica que busca elucidar pontos obscuros e oferecer contribuições para a sociedade em que as ações sociais ocorrem.

Além do mais, por estar inserida em uma realidade social específica, a universidade reflete, de algum modo, este contexto, no qual interage com outras organizações sociais e, como acredita Mance (2001), “pode contribuir na transformação dessa realidade”.

Para que isso se realize, no entanto, Galembeck et al (2001) pontuam que devem permear a vida acadêmica:

[...] a autonomia, a pluralidade, o caráter público, o contato e a integração com o conjunto da sociedade, o compromisso com a liberdade, com a verdade e com a qualidade, a postura crítica, a inquietação e o inconformismo permanentes e a prática da democracia.

Sendo assim, a presente pesquisa é justificada, também, pelo papel de interlocução que desempenha entre a sociedade e a academia, tornando-se um meio de aproximá-las para a construção de um mundo com relações mais justas.

1.2.2 A relevância

Tem sido dada bastante atenção ao tema que dá suporte a esta pesquisa, devido ao seu cunho social e de ser uma alternativa para o desenvolvimento humano, mas ainda há escassez de material teórico sobre o assunto.

Dessa forma, fica patente que uma pesquisa que privilegie o consenso existente em torno da necessidade da ajuda da sociedade civil, para que o futuro do país seja melhor, que examine conceitos emergentes, discutindo a participação do setor educacional privado como colaborador direto do setor público, que analise as respostas encontradas durante a investigação e que dialogue com os resultados, de modo a oferecer uma visão reflexiva e prática para o desenvolvimento da comunidade, torna-se um complemento essencial no cenário atual.

1.3 Objetivos

1.3.1 O objetivo geral

- Descrever a contribuição da parceria entre uma instituição educacional confessional não-pública e a Prefeitura de Nova Lima para um programa de público de inclusão.

1.3.2 Os objetivos específicos

- Apresentar os procedimentos adotados pelo Unicentro Izabela Hendrix, objetivando a sua inserção no Terceiro Setor e a concretização da prática democrática através de ações de cidadania empresarial.
- Interpretar os principais pressupostos que caracterizam o Terceiro Setor.
- Relacionar o conceito da responsabilidade social do Unicentro Izabela Hendrix com a doutrina da Igreja Metodista

- Identificar o ponto de partida para as ações de cidadania empresarial.
- Descrever os cuidados atitudinais a serem tomados para que seja evitada uma ajuda de simples assistencialismo.
- Apontar o grau de negociação necessário para o desenvolvimento inicial do projeto.
- Investigar como uma empresa pode angariar recursos financeiros para projetos sociais.
- Investigar como uma empresa pode alocar os recursos financeiros angariados para projetos sociais.
- Indicar que recursos humanos são necessários para a execução de uma parceria do setor privado com o público.
- Apontar elementos norteadores para a sustentabilidade de projetos sociais como o Empresa Cidadã.
- Identificar que objetivos cognitivos, psicomotores e afetivos foram atingidos pelos adolescentes participantes do Projeto Empresa Cidadã.
- Identificar que objetivos cognitivos, psicomotores e afetivos não foram plenamente atingidos pelos adolescentes participantes do Projeto Empresa Cidadã.
- Discutir até que ponto todos os envolvidos no Projeto Empresa Cidadã realmente se complementaram.
- Detectar com que frequência deve acontecer a avaliação de um projeto social de parceria.

1.4 As Limitações

As contribuições oferecidas por este trabalho estão limitadas por alguns fatores externos, de ordem teórico-metodológica, alheios aos esforços da pesquisadora. Um deles é a própria

metodologia adotada, pois o estudo de caso é uma análise holística, a ser realizada da forma mais completa *possível*. A idéia de totalidade, porém, é uma construção do pesquisador e, como é irreal pensar que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de *tudo*, a pesquisadora viu-se obrigada a concentrar o seu trabalho em questões que lhe pareceram ser mais relevantes.

O fato de a pesquisa qualitativa preocupar-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, também é considerado um dos fatores limitantes dessa investigação, pois os dados coletados não são padronizáveis, obrigando o pesquisador a ser criativo e flexível em suas coletas e análises. Além disso, não havendo reflexão teórica disponível, os dados podem sofrer influência do ponto de vista do pesquisador, não por determinação deste, mas porque a memória é seletiva, o que torna e as lembranças nem falsas nem verdadeiras, mas resultado da forma pela qual os olhos daquele que vivenciou certa situação as enxergam (GOLDENBERG, 1997).

Nas situações de entrevistas, o constrangimento durante as gravações ou filmagens e a percepção de estarem sendo feitas anotações de dados pelo pesquisador podem ser um outro problema impeditivo para a existência de neutralidade nos dados.

É importante ressaltar que houve uma atenção deliberada por parte da pesquisadora deste trabalho para evitar a ‘naturalização’, que pode impedir a visão do que se deve ‘estranhar’ para compreender. Mas, ainda assim, os resultados desta investigação qualitativa podem ter sido contaminados pela personalidade de quem pesquisou, assim como de seus valores, que podem, por sua vez, ter interferido no grupo estudado.

A limitação final observada está relacionada com as obras consultadas. Devido ao estado emergente do tema desenvolvido, a bibliografia ainda não tem a profundidade e a abrangência teórica necessárias para uma pesquisa restrita a livros, sendo acrescida de textos publicados em papel e *on-line*, em jornais, revistas e suplementos de periódicos em geral, que, no contexto do tema pesquisado, são adequados para complementar a pesquisa com a captura da imagem do pensamento da sociedade brasileira e internacional sobre Terceiro Setor, voluntariado, responsabilidade social, cidadania empresarial, parceria e aspectos legais relacionados com o problema de pesquisa.

1.5 A Descrição dos Capítulos

1.5.1 O capítulo da Introdução

Este é o espaço no qual o problema da pesquisa qualitativa pretendida – que é um estudo de caso voltado para a contribuição do Unicentro Izabela Hendrix para as escolas públicas da Rede Estadual de Ensino do Município de Nova Lima – é inicialmente contextualizado, tem a sua escolha justificada, com a apresentação dos motivos que levaram a pesquisadora a buscar esta questão de estudo, e a importância do problema de pesquisa é comprovada através dos argumentos oferecidos.

Feito isso, o final do Capítulo 1 esclarece o que se pretende alcançar com esta pesquisa, seja de modo abrangente ou com a indicação das ações a serem realizadas pela pesquisadora durante a investigação, relacionando os elementos que limitaram a pesquisa em questão, a saber, a configuração da pesquisa com o tipo qualitativo e a escassez de material bibliográfico.

No Capítulo 1, ainda é possível conhecer o conteúdo de cada um dos outros capítulos que compõem esta dissertação.

1.5.2 O Capítulo 2

Neste capítulo encontra-se a fundamentação teórica que sustenta o desenvolvimento do trabalho. Ela está baseada no moderno conceito de Terceiro Setor e na terminologia sociológica ativa, que oferece meios para que as palavras chave introduzidas no resumo possam ter os seus sentidos amplamente compreendidos.

Conceitua-se, também, o termo responsabilidade social, em contraste com o conceito tradicional de filantropia, que evolui para as suas manifestações, entre elas a do voluntariado, pelo viés do incentivo da Organização das Nações Unidas para este tipo de atuação. São comentadas a Resolução da ONU para 2001 - Ano Internacional dos Voluntários, e suas recomendações.

Esse capítulo é finalizado com um painel sobre o voluntariado no Brasil e o papel da cidadania empresarial no Estado de Minas Gerais, como base para a discussão do Capítulo 3, sobre a Escola Cidadã.

1.5.3 O Capítulo 3

Para que sejam compreendidos o palco e os atores do Projeto investigado nesta pesquisa, o Capítulo 3 estabelece uma ponte entre o Movimento Metodista, surgido na Inglaterra do século XVIII, e sua ligação com ações pela melhoria das condições de vida da população, em uma época também repleta de mudanças econômicas geradoras de problemas sociais, como acontece hoje, o que justifica o paradoxo da busca de uma instituição não-pública por inserir-se no Terceiro Setor.

São visitados fatos históricos sobre a Educação Metodista no Brasil, sobre a própria organização educacional pesquisada e é discutido o papel da Pastoral Universitária como agente da Missão Social do Unicentro Izabela Hendrix.

1.5.4 O Capítulo 4

Complementando os campos do saber introduzidos nos capítulos 2 e 3, segue-se o campo de aplicação do projeto investigado nesta pesquisa, o Município de Nova Lima.

Fatos histórico-geográficos antecedem a discussão sobre a política social do município e a parceria estabelecida pela Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Nova Lima, implementada através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar.

1.5.5 O Capítulo 5

Neste capítulo, são apresentadas as opções que a pesquisadora fez pela abordagem qualitativa para o estudo de caso, desde a discussão detalhada dos ciclos da pesquisa – do seu espaço, da população pesquisada, dos processos da investigação, da coleta e da análise de dados e dos procedimentos de campo, até o relatório final da pesquisa.

1.5.6 O Capítulo 6

Os resultados e as discussões em torno dos achados são enriquecidos pelos depoimentos dos atores, acompanhados das avaliações feitas pelos envolvidos no projeto investigado. São subsidiados pelas reflexões de vários autores e da própria pesquisadora.

1.5.7 O Capítulo 7

Finalmente, a pesquisadora apresenta suas conclusões sobre o Projeto Empresa Cidadã como forma de uma instituição não-pública de ensino inserir-se no Terceiro Setor; faz recomendações para os participantes otimizarem suas ações e sugere uma série de temas para pesquisas futuras, que venham a complementar o caminho aberto pelo presente estudo.

2. O TERCEIRO SETOR

A idéia de que existe um Terceiro Setor faz supor a existência de dois outros. Leite (1998) afirma que, na verdade, apenas dois setores compreendiam a ordem sociopolítica, o público e o privado, ambos convivendo de forma quase sempre tumultuada, e, quando concordavam entre si, o acordo geralmente resultava em ganhos de alguns membros da sociedade sobre o seu conjunto.

Leite (1998, p.33) prossegue: “Decerto por força desse dualismo indesejavelmente maniqueísta, ao lado dos dois setores clássicos surgiu, e começa a firmar-se, um outro, cada vez mais conhecido como Terceiro Setor, por enquanto assim mesmo, com iniciais maiúsculas”. Segundo o autor, a idéia é que o Terceiro seja um setor que possa prestar serviços à sociedade sem a interferência do Estado e a ambição do mercado, uma nem sempre evitável e a outra, muitas vezes inaceitável.

Como entre os autores pesquisados para a composição deste capítulo, vários deles apresentaram colaborações para a compreensão desse trinômio, a escolha de uma explicação inicial recaiu sobre a objetividade dessa, a seguir, que foi elaborada por Kanitz (2002):

O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com a falência do Estado, o setor privado começou a *ajudar* nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, que têm como objetivo gerar serviços de caráter público.

2.1 Compreendendo o conceito ‘Terceiro Setor’

A expressão ‘Terceiro Setor’, que faz parte do vocabulário ativo em sociologia, surgiu na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos. Foi traduzida do inglês – *third sector*, uma noção resultante do comportamento filantrópico que a maioria das empresas norte-americanas sempre manteve ao longo da história. É usada paralelamente com as expressões *non profit organizations* – as organizações sem fins lucrativos, cujos lucros não podem ser distribuídos entre sua diretoria e seus associados, e *volunteerism* – o voluntariado, compreendido como as ações que fazem parte da rede informal de solidariedade, que ajudam na construção de comunidades mais fortes e coesas e buscam satisfazer as suas necessidades mais básicas.

Sobre a evolução do conceito e a correlação terminológica com outras palavras associadas ao Terceiro Setor, Fernandes (in: IOSCHPE, 2002, p. 25-26) salienta:

A lei inglesa, tradicionalista como é, usa uma expressão mais antiga para designar nosso objeto. Fala de “*caridades*” (*charities*), o que remete à memória religiosa medieval e enfatiza o aspecto da *doação* (de si para o outro) que caracteriza boa parte das relações idealizadas nesse campo. A noção de “*filantropia*”, contraponto moderno e humanista à caridade religiosa, também aparece com frequência, sobretudo na literatura anglo-saxã. “*Mecenato*” é outra palavra correlata, que nos faz lembrar a Renascença e o prestígio derivado do apoio generoso às artes e ciências.

Ainda em Ioschpe (2002), Fernandes complementa a evolução do conceito que é objeto desta seção: “Da Europa continental vem o predomínio da expressão *organizações não-governamentais* (ONGs), cuja origem está na nomenclatura do sistema de representações das Nações Unidas”. Fernandes (1995) explica que foram chamadas *organizações não governamentais*, as organizações internacionais, sem vínculo com os governos, cujas ações justificavam uma representação formal na Organização das Nações Unidas. O autor menciona, como exemplos, o Conselho Mundial de Igrejas e a Organização Internacional do Trabalho.

Incentivadas pelas Organizações das Nações Unidas, as organizações não-governamentais européias procuraram parceiros em todo o mundo, com a intenção de implementar projetos de fomentação de progresso em países menos desenvolvidos. Foi através desse mecanismo que surgiram ONGs nos países do hemisfério sul, inclusive no Brasil, onde é mais comum dizer *organizações da sociedade civil*.

Esse conceito remonta ao século XVIII, quando designava a totalidade das organizações privadas que interagiam livremente na sociedade. Figuravam entre elas as empresas e seus negócios, ambos limitados e integrados pelas leis nacionais (FERNANDES, 1995).

Tendo desempenhado um papel representativo na filosofia política moderna, o conceito de sociedade *civil* foi recuperado nos períodos de lutas contra o autoritarismo na América Latina e no Leste Europeu, tornando-se uma idéia que serviu para que a participação nas causas coletivas tivesse um espaço próprio, não-governamental. Atualmente, a sociedade civil distingue-se do Estado por marcar um espaço de integração cidadã e, paralelamente, diferencia-se da lógica do mercado, devido à sua promoção de interesses coletivos. É assim que, segundo Wolfé (1992), surge o conjunto de organizações que formam o Terceiro Setor.

Como uma expressão de linguagem, percebe-se que ‘Terceiro Setor’ é apenas mais um entre vários outros termos no âmbito do discurso, mas já reconhecido em textos, em conversas informais e em notícias da mídia escrita e falada, inclusive no Brasil, onde, contudo, ainda é menos utilizado do que em países desenvolvidos,

Por outro lado, ao ser considerado o campo da ação terceiro-setorista, Moiseichyk (2001) aponta que “estamos vivendo em uma época de consolidação de um novo setor social, com capacidade para colaborar ativamente na criação de uma sociedade mais participativa e mais preocupada com o bem-estar da comunidade”. Fernandes (1995) confirma que o conceito do setor que se contrapõe à lógica do poder prevalecente no Estado e à lógica do lucro visado pelas empresas tem se mostrado cada vez mais dinâmico. Neste espaço, tem acontecido uma série de iniciativas empreendidas por cidadãos que afirmam o valor da solidariedade e orientam suas ações empresariais ou individuais para uma participação não-lucrativa – com os eventuais lucros sendo investidos em atividades afins, e não-governamental – pela resposta que dão às necessidades da população, como esquematizado no Quadro I, a seguir:

Quadro I – Elementos caracterizadores do Terceiro Setor.

ELEMENTOS DEFINIDORES	DESCRIÇÃO
FOCO	Bem-estar público, interesse comum.
QUESTÕES CENTRAIS	Pobreza, desigualdade, exclusão social.
ENTIDADES PARTICIPANTES	Empresas privadas, Estado, ONGs e sociedade civil.
NÍVEL DE ATUAÇÃO	Comunitário e de base.
TIPOS DE AÇÕES	Ações de caráter público e privado, associativas e voluntárias.

Fonte: FROES, C; MELO NETO, F. P. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial.** A Administração do Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001, p.8.

É relevante ser apresentada, ainda, a posição tomada por Rifkin (1996), de que o Terceiro Setor é, na verdade, o primeiro setor, pois quando uma civilização tem origem, é somente depois da comunidade estar estabelecida que surgem o comércio e o governo, uma ordem que veio sofrendo transformações através dos séculos até tornar-se invertida, nutrida por uma falsa idéia de que um mercado forte ajudaria a construir uma comunidade forte.

Rifkin (1996) defende que, para o Terceiro Setor voltar a ter essa representatividade anterior, é fundamental que as pessoas se unam para negociar, que se congreguem para discutir novas ações para a sociedade civil e que seja estabelecida uma parceria institucional oficial entre o Governo e esse setor social, pois, após a desilusão com o Estado burocrático – à

mercê das elites dominantes, e a desmistificação do mercado – que torna os ricos mais ricos e torna os pobres mais numerosos, o que resta é a responsabilidade social da nova força de trabalho terceiro-setorista.

2.2 Responsabilidade Social: o Conceito e a sua Manifestação

Freire & Silva (2001) argumentam que existem várias maneiras de se pensar responsabilidade social. Portanto, não existem definições prontas para tal termo. Essa pode ser a chave para a compreensão de questões como a articulação entre o sucesso econômico e a preocupação com o desenvolvimento social. São mais reais ainda as reflexões sobre a atuação da sociedade civil, cujas manifestações são assim identificadas pelos autores citados:

[...] nela [na responsabilidade social] é possível buscar os elos de reciprocidade entre a difusão dos direitos e deveres, entre o reconhecimento das atribuições públicas e privadas, entre os limites da esfera coletiva e individual, entre a difusão geral do bem-estar e a concentração da riqueza e dos privilégios.

Para D’Ambrósio (*apud* FROES & MELO NETO, 2001, p.78), além de oferecer um ambiente de trabalho saudável, de investir na condição de bem-estar dos seus funcionários e dependentes e de minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce, a responsabilidade social de uma empresa consiste, também, na sua decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente.

As ações de filantropia, palavra de origem grega, cuja etimologia, segundo Leite (1998), significa amor ao homem, no sentido de fazer o bem solidariamente, pode ser considerada a “dimensão inicial do exercício da responsabilidade social”. A sua característica principal, segundo Froes & Melo Neto (2001, p.79), “é a benemerência do empresário, que se reflete nas doações que faz para entidades assistenciais”.

Grajew (2000) considera que a responsabilidade social ultrapassa esse conceito inicial da filantropia, por “abranger todas as relações da empresa”, alcançando uma segunda dimensão, ou seja, o exercício das ações sociais para a comunidade em que está inserida. Nesse escopo ampliado do conceito, Froes & Melo Neto (2001) acrescentam que uma empresa é socialmente responsável quando coloca seus recursos financeiros, produtos, serviços e o *know-how* dos seus funcionários a serviço da comunidade.

A ética nos negócios é a base da responsabilidade social, que difere da filantropia porque esta trata basicamente da ação social externa da empresa, tendo como beneficiário principal a

comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, ONGs etc), enquanto a primeira foca a cadeia de negócios da empresa e engloba a preocupação com o público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente), tratando dos negócios da empresa e de como ela os conduz.

A gestão empresarial pode ser orientada no sentido da responsabilidade social, através dos vetores sugeridos por Froes & Melo Neto (2001, p. 78). Posteriormente, o grau dessa responsabilidade pode ser avaliado, com a aplicação de uma escala de 0 a 3, conforme o Quadro II, apresentado a seguir:

Quadro II – Matriz para avaliação da responsabilidade social empresarial.

Graus	0	1	2	3
Vetores	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
Desenvolvimento da comunidade				
Preservação do meio ambiente				
Ambiente de trabalho agradável				
Comunicações transparentes				
Retorno aos acionistas				
Sinergia com os parceiros				
Satisfação dos clientes				
TOTAL				

Fonte: FROES, C.; MELO NETO, F. P. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial.** A Administração do Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001, p.82.

Para que sejam compreendidos os resultados apresentados por uma empresa submetida à avaliação indicada pela matriz do Quadro II, deve-se levar em consideração que uma organização que apresenta graus 2 e 3 em todos os vetores está inclusa no paradigma da empresa com responsabilidade social; que uma que obtenha os graus 0 e 1 em até três vetores, exceto nos dois primeiros, demonstra que a empresa faz esforço adicional para manter-se socialmente responsável; mas que aquela que obtiver 0 ou 1 nos vetores desenvolvimento da comunidade e preservação do meio ambiente, não será considerada socialmente responsável, nem mesmo se os outros vetores receberem graus 2 e 3. Tal fato indica que, a sobrevivência e

realização pessoal dependem do convívio solidário, o que reforça a idéia da interdependência dos seres (ULLMANN, 1993).

Para alguns empresários, contudo, prevalece a idéia de que os problemas sociais são reflexos de situações mais profundas e complexas e, por isso, seus esforços direcionados a mudanças concentram-se na própria empresa (ação de responsabilidade social interna, uma das duas dimensões desse tema), e não investem em novas atitudes nas relações com os clientes, com os fornecedores ou com a comunidade, não se ocupando da responsabilidade social externa, a outra dimensão a ser considerada. Mas há grupos, sim, que se agregam especialmente para promover responsabilidade social empresarial. Freire & Silva (2001) citam o caso do World Business Council for Sustainable Development, com sede na Suíça, rede para a qual a noção de Corporate Social Responsibility (*apud* FREIRE & SILVA, 2001, p.124) é:

[...] the continuing commitment by business to behaving ethically and contributing to economic development while improving the quality of life of the workforce and their family as well as of the local community and society at large.

Tal definição exemplifica que há vários campos para a atuação empresarial socialmente responsável, sendo essa problemática assumida em diferentes perspectivas e realizada de maneira heterogênea, tanto nas áreas sociais quanto nas ambientais.

Diversos fatores têm sensibilizado as empresas no que tange a responsabilidade social, sendo um deles o desenvolvimento tecnológico, que propiciou a substituição do trabalho humano por máquinas, com o conseqüente aumento no índice de desemprego e de necessitados (GRAJEW, 2000). Para amenizar esses problemas, Rifkin (1996) sugere:

[...] se alguém está desempregado, por que não fazer com que o Estado trabalhe com o setor não-governamental para recapacitá-lo na arte do capital social, para que ele possa ter um emprego numa das milhares e milhares de organizações comunitárias ou cooperativas e organizações da igreja, e deixar que os Estados concedam um vale às organizações não governamentais para que elas possam prover os desempregados com salários decentes e, assim, reconstruir as vizinhanças, as comunidades, a sociedade civil?

Aprecio a opinião de Rifkin, mas a ela acrescento o pensamento de Cardoso (1996), que, discorrendo sobre as atividades de responsabilidade social das organizações, ressalta ser importante ficar bem claro que esse papel articulador e mobilizador não deve, em nenhum momento, substituir nem a ação do governamental na área social nem as múltiplas iniciativas autônomas da sociedade civil, posto que cada um desses espaços continua a existir com suas

especificidades e características. Não se trata de tirar parte da responsabilidade do Estado para com a população, em particular nas áreas do acesso à educação, à cultura, à saúde e ao trabalho, mas, como adverte Cardoso (1996, p.10), de reconhecer que:

[...] em países como o nosso, com uma herança profunda de desigualdade e marginalização, precisamos de ações diretas e pontuais visando a corrigir distorções e desequilíbrios que se acumularam ao longo do tempo [...] e o enfrentamento de questões sociais diagnosticadas pela própria sociedade oferece modelos de trabalho que representam modos mais eficazes de resolver problemas sociais.

É de interesse deste estudo focalizar as novas formas terceiro-setoristas de agir, através da “busca e da experimentação, ainda que em pequena escala, de soluções inovadoras para os problemas sociais”, conforme sugerido por Cardoso (1996), em especial a interferência competente junto a grupos específicos, tais como, por exemplo, adolescentes em situação de risco.

O problema de estudo sobre o qual recaiu a escolha da pesquisadora, contempla a construção do agir cidadão da organização investigada, como preconiza Cardoso (1996). E, para que essa ação seja bem sucedida, ela requer regras e modos de atuação só obtidos através da experiência. Como mediadora dessa construção de experiência, privilegia-se, a seguir, a atuação da Organização das Nações Unidas, através de seus projetos de voluntariado em todo o mundo.

2.3 O Ano Internacional dos Voluntários

Como já descrito nesta pesquisa, as experiências construtoras das ações reconhecidas como sendo resultantes da responsabilidade social não se restringem ao Brasil, mas fazem parte de um fenômeno global.

Assim sendo, tornam-se pertinentes os comentários sobre os esforços da Organização das Nações Unidas no sentido de difundir, incentivar e patrocinar atividades voluntárias nos países que fazem parte do seu quadro.

Em 1997, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou o ano de 2001 como Ano Internacional dos Voluntários (AIV, em português), representado, em inglês, pela sigla IYV (International Year of Volunteers).

A idéia de promover um ano internacional dedicado ao voluntariado nasceu do diálogo com várias organizações voluntárias em todo o mundo, as principais delas tendo sido a Associação Internacional para o Esforço Voluntário (sigla IAVE, em inglês), o Centro

Europeu de Voluntariado (em inglês, EVC) e a Associação Cristã de Moças (internacionalmente conhecida como YWCA).

Em 1996, a proposta para um AIV foi levada ao Fórum da Política das Nações Unidas para Voluntariado, no Japão. O Fórum discutiu sua relevância e endossou a idéia. Esta foi enviada para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, onde os Estados Membros manifestaram-se a favor do Ano Internacional dos Voluntários. Com esse aval e o apoio de diversas organizações de voluntariado, entre elas a da própria Organização das Nações Unidas, o governo do Japão sugeriu que a idéia fosse inserida pelo Conselho Sócio-Econômico na pauta da sua reunião de julho de 1997. Mais uma vez aceita, a proposta seguiu para a Assembléia Geral, que, em 20 de novembro de 1997, com o apoio de 123 governos, entre eles o do Brasil, declarou 2001 o Ano Internacional dos Voluntários.

Como esse tipo de trabalho difere de país para país, pois depende das suas tradições, da cultura, dos valores e das necessidades locais, para preparar-se para o AIV, as Nações Unidas consideraram o seu próprio Programa de Voluntariado uma prioridade.

Os objetivos principais Ano Internacional dos Voluntários – 2001, foram:

- O aumento do reconhecimento do trabalho realizado pelos voluntários e das ações voluntárias;
- A promoção do voluntariado e da grande contribuição dos voluntários;
- A facilitação das oportunidades para as pessoas que desejam se tornar voluntários, para as pessoas que precisam da ajuda de voluntários e para grupos que querem ajudar a fazer com que as coisas aconteçam;
- A melhoria de uma rede de oportunidades para as pessoas envolvidas nas questões do voluntariado.

O Ano Internacional dos Voluntários foi um momento para aumentar a consciência das pessoas sobre temas importantes e motivá-las para tomarem uma posição frente a essas questões. Foi uma oportunidade inigualável para tornar conhecidas as atividades de milhões de voluntários por todo o mundo e para encorajar mais pessoas a ajudarem os pobres, a passarem algum tempo com os destituídos, a compartilharem suas habilidades e experiências com quem precisa delas e, em geral, a doarem o que pudessem para as pessoas necessitadas.

O Unicentro Izabela Hendrix esteve entre os que foram sensibilizados pelas campanhas da mídia e as notícias internacionais sobre voluntariado, e o AIV tornou-se uma das suas motivações para o Projeto Empresa Cidadã, objeto de estudo desta pesquisa.

2.3.1 A Resolução da Organização das Nações Unidas e suas Recomendações

Em sua 50^a sessão, realizada em 20 de novembro de 1997, a Assembléia Geral das Nações Unidas acatou a recomendação que o seu Conselho Sócio-econômico registrara na Resolução de 22 de julho de 1997. Os Estados Membros decidiram pela ação solicitada naquela Resolução e proclamou o 2001 – Ano Internacional dos Voluntários, planejando atividades que abrangessem ensino e aprendizagem, ajuda aos outros e que tornassem possível que todos os cidadãos participassem do processo democrático.

Os cento e vinte e três países signatários foram responsáveis pela publicação de recomendações a serem seguidas pelos Estados Membros da Organização, com ênfase nos passos para a promoção de políticas dinâmicas em favor da ação voluntária, que permite que jovens e adultos adquiram mais experiência de vida, espírito cívico e habilidades vocacionais; que desempenha um papel importante na transmissão de conhecimento; que ajuda desempregados a se tornarem mais aptos para uma recolocação e mantém os idosos em atividade.

A Resolução e as Recomendações, que podem ser encontradas em sua totalidade no Anexo A, ao final desta pesquisa, determinam, em especial, que os Estados Membros:

- envolvam-se na veiculação de informações e em campanhas de conscientização sobre voluntariado, enfatizando a colaboração valiosa que os voluntários prestam à comunidade e a necessidade vital de serem estabelecidas parcerias entre os voluntários e profissionais de todas as áreas, em especial do setor social;
- reconheçam o valor social, educacional de treinamentos dos serviços voluntários e, também, a sua natureza independente;
- conscientizem-se do papel do voluntariado como forma de participação da população no processo democrático;
- adotem e promovam, de acordo com suas tradições nacionais, políticas dinâmicas de favorecimento para o voluntariado;
- garantam *status* legal e proteção social adequada aos voluntários;
- incentivem o envolvimento de todos no serviço voluntário, inclusive das minorias e dos grupos tradicionalmente excluídos: necessitados, desempregados, imigrantes, pessoas com necessidades especiais e idosos;

- auxiliem no desenvolvimento de ações de iniciativa voluntária, especialmente destinando verbas para o setor.

O Ano Internacional dos Voluntários – no qual o Unicentro Metodista Izabela Hendrix inspirou-se para sua ação cidadã junto à Prefeitura Municipal de Nova Lima – teve início em janeiro de 2001, durante a 16^a Conferência sobre Trabalho Voluntário, realizada em Amsterdã, Suíça. Nessa ocasião, foi elaborada a Declaração Universal do Voluntariado. Adotada pela Associação Internacional do Esforço Voluntário, tornou-se mais um documento norteador para as ações voluntárias desenvolvidas ao longo do AIV.

O encerramento do Ano Internacional dos Voluntários ocorreu em 5 de dezembro de 2001, com uma resolução que recomenda ações continuadas de voluntariado e o agendamento de duas reuniões plenárias, no dia 5 de dezembro de 2002, para apresentação e discussão dos resultados de uma avaliação global das atividades realizadas, com vistas a fomentar novos projetos e a sanar os eventuais problemas surgidos ao longo do período oficial de incentivo às ações da sociedade civil.

2.3.2 O voluntariado no Brasil

Ainda que recomendações da Resolução das Nações Unidas para o Ano Internacional dos Voluntários não sejam integralmente seguidas no Brasil, os vínculos solidários que caracterizam o voluntariado, ação historicamente presente em nossa sociedade há muito tempo, estão cada vez mais fortes no país.

Se no passado estava firmemente ligado às tradições religiosas, na concepção de Gillette (2002, p. 22), o trabalho voluntário, atualmente, “atrai até mesmo os que estão à margem da sociedade”. Os seus atores oferecem competência associada ao contato humano e à compreensão sensível, que os programas estatais não conseguem dar.

Com o avanço da globalização, o trabalho voluntário entra em uma nova era, expandindo-se e especializando-se conforme o tipo de ajuda oferecida. Há o abrangente voluntariado social (ajuda aos destituídos de moradia, por exemplo), e já são identificados ramos, como o voluntariado humanitário (ajuda a refugiados) e o voluntariado de defesa de causa (direitos humanos em geral). Para Pascoal (2002, p. 2), “a mídia responsabilizou-se pelo papel estratégico de multiplicador de boas idéias e tornou-se voluntária na formação de um Brasil mais crítico, atento aos compromissos de responsabilidade social”.

Por outro lado, Gillette (2002) considera que o voluntariado pode ser desvirtuado e utilizado para servir a interesses políticos. O que se observa como sendo a regra geral, porém, é que a atividade voluntária tem cumprido o seu papel e promovido a paz, o progresso social e o entendimento entre comunidades. A percepção que a sociedade brasileira tem do voluntariado aparece em uma pesquisa realizada, em outubro de 2001, pelo Datafolha, que apresentou dados sobre 1080 pessoas entrevistadas em São Paulo. Destas, 92% acreditam no trabalho voluntário. Desse total, 37% confiam totalmente e 57% confiam apenas um pouco no voluntariado. Já no grupo que se manifestou como descrente, 52% dos entrevistados apresentaram como motivo de sua desconfiança, o fato de acharem que os voluntários são corruptos, que agem de ‘má fé’ e que as entidades desta área são desonestas ou estão preocupadas apenas com a autopromoção.

A pesquisa foi feita depois que, em julho de 2001, realizou-se, em São Paulo, o 1º Congresso Brasileiro do Voluntariado, com o objetivo de fazer um balanço das iniciativas existentes e formular propostas para consolidar o voluntariado no Brasil. Ainda não foram apresentados outros resultados conclusivos, mas, segundo Junqueira (*apud* AVANCINI, 2001), os especialistas mostram-se preocupados com a grande rotatividade nos grupos de voluntariado no país, estimada entre 50-60% das pessoas que se dispõem a atuar no Terceiro Setor. Domeneghetti (*in*: AVANCINI, 2001) explica que, muitas vezes, o desestímulo ocorre porque “a entidade civil não está preparada para receber o voluntário”. Ao mesmo tempo, ela comenta que tem havido “uma mudança nas entidades do Terceiro Setor que, cada vez mais, estão se organizando e criando estruturas para receber os voluntários”.

Em relação ao setor social, é opinião desta pesquisadora que o fortalecimento do voluntariado, responsável que é pela construção de relações de confiança e reciprocidade entre os cidadãos e de comunidades mais coesas, repercute de modo positivo na organização da sociedade civil.

2.4 O Estado da Arte do Setor Social no Brasil

Segundo a agência IDAC (2002), “A emergência do Terceiro Setor no Brasil é um fenômeno das últimas três décadas. Esta mobilização de recursos privados para fins públicos rompe com a tradição inversa e perversa representada pela apropriação privada dos recursos públicos”.

As organizações não-governamentais de caráter público surgiram a partir do encontro da solidariedade com as lutas pelos direitos civis, em um momento histórico no qual a sociedade era controlada pela repressão política e pela dominação econômica, ou seja, pelo Estado e pelo Mercado, que se reforçavam. Elas se multiplicaram a partir da ‘invenção’ de novos espaços de liberdade, com base nas relações interpessoais e nas redes de ajuda, que se traduziram em movimentos para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

As necessidades sociais, transformadas em oportunidades de doação de tempo, trabalho e talento, mobilizaram as pessoas, transformando a sua atuação em ação voluntária, que atualmente ultrapassa as fronteiras do benefício para o outro e representa, também, uma oportunidade de aprendizagem e meio de agregar prazer à própria vida, por meio da criação de vínculos de pertencimento e vivência de novas experiências.

Na reconstrução histórica do Terceiro Setor, Fernandes (in: IOSCHPE, 2002) identifica as expressões articuladoras que reúnem as atividades desse campo, relacionando-as às épocas com as quais se identificam: comunidade e movimentos sociais, nos 70; cidadania e sociedade civil, nos anos 80; sem fins lucrativos e não-governamental, na década de 90.

Hoje, o Terceiro Setor abrange entidades sem fins lucrativos que desenvolvem ações sociais; a natureza de suas ações envolve a filantropia e os investimentos em projetos sociais. Uma das características das ações do setor civil é a diversidade das entidades que dele fazem parte, o que requer variedade nas suas modalidades de participação, que podem ser:

- doações de pessoas físicas;
- investimentos em programas e projetos sociais;
- financiamento de campanhas sociais;
- parcerias com governos, empresas privadas e entidades sem fins lucrativos;
- trabalhos voluntários.

O Quadro III, na página seguinte, permite a percepção das dinâmicas do Primeiro e do Segundo Setor, oferecendo uma comparação entre as características anteriores e as atuais, resultantes dessa articulação com do Terceiro Setor:

Quadro III - Comparação dos tipos de abordagens para projetos sociais de empresas.

Itens do Projeto	Estratégia Anterior	Estratégia Atual
Relação Empresa-Comunidade	Assistencialismo / Paternalismo	Parceria
Noção de indivíduo	Dependente, incapaz, submisso.	Ativo, capaz, Sujeito do processo
Transferência de soluções gerenciais e tecnológicas	Via de 'mão-única' da empresa para a comunidade	Vias de 'mão dupla' entre as empresas e a comunidade
Empresas capazes de intervenção social	Apenas grandes corporações privadas e estatais	Grandes, médias e pequenas empresas
Sustentabilidade do projeto	Dependência permanente da empresa	Projetos auto-sustentáveis no médio e longo prazos
Retornos para a empresa	Restritos à imagem institucional e relações com clientes	Ganhos externos e internos (competitividade e produtividade)

Fonte: TEODÓSIO, A. S. S. **Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas, e perspectivas da ação social organizada no Brasil.** BH: PUC Minas, 2001, p. 16.

Em outro trabalho, Teodósio (1999, p.5-6) faz uma relação das 'virtudes' do atual Terceiro Setor, como sendo:

- maior proximidade do cidadão, com o fornecimento dos serviços que a população deseja e não aqueles que o Estado quer dar;
- maior agilidade e desburocratização, não estando submetido aos rigores legais do Estado;
- melhor utilização das verbas, não gastando recursos com folhas de pagamento extensas etc;
- desenvolvimento mais profundo da cidadania, envolvendo pessoas da comunidade;
- valorização de soluções da própria comunidade, mais baratas e, muitas vezes, mais eficientes;
- rompimento com o assistencialismo, ou seja, rompimento de uma posição de paternalismo em relação aos pobres;
- geração de emprego e renda, através de trabalho remunerado em projetos sociais;
- possibilidade de controle sobre o estado, cobrando atuação diretamente.

O setor social teve tal expansão nos últimos anos, que, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (2002), hoje existem mais de 250 mil entidades, empregando mais de 2 milhões de pessoas e favorecendo cerca de 6% da população brasileira. Estima-se que a marca de 12 milhões de voluntários tenha sido superada, que 10% da população tenha doado recursos para os fins do Terceiro Setor e que haja um movimento de recursos financeiros em torno de 1,2% do PIB. As entidades envolvidas, contudo, ainda são pouco conhecidas e valorizadas. Para reverter este quadro, os especialistas afirmam que o papel da educação da sociedade é essencial.

2.4.1 O Terceiro Setor brasileiro: o amparo legal para a prática social civil

No Brasil, é enorme o vazio social que separa os ricos de pobres, um cenário que gerou um novo papel, mais amplo e abrangente, a ser desempenhado pelas empresas – poderosos agentes de transformação e influência na sociedade que são.

Na busca da estruturação jurídica de um comportamento, que é relativamente novo, de participação empresarial e individual, entendida como estratégia para a solução de problemas sociais, têm sido promulgadas diversas leis de incentivo à participação socialmente responsável e ao trabalho voluntário do Terceiro Setor.

Para este estudo de caso, é relevante o conhecer quais leis regem o assunto, sendo que as principais para este estudo de caso estão relacionadas abaixo, podendo ser encontradas na íntegra nos Anexos B e C:

- Lei Municipal nº 1424/95, de 28 de abril de 1995, que “dispões sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente” de Nova Lima, Minas Gerais.
- Lei Federal do Serviço Social Voluntário: Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências” sobre o assunto;
- Lei Municipal nº 1576/98, de 16 de dezembro de 1998, que “modifica a redação original da Lei Municipal nº 1424/95”.
- Lei Federal do Terceiro Setor: Lei nº 9.790/99, de março de 1999, uma alternativa para o Terceiro Setor, que “dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências” relativas ao tema.

É certo que qualquer iniciativa que sirva para divulgar, incentivar e normatizar as ações voluntárias da sociedade civil deve ser apoiada, mas é importante ser lembrado que uma

verdadeira cidadania empresarial ou individual não pode ser criada através de decretos, por tratar-se de uma ação que deixa, no contexto atual, de ser uma simples doação de recurso financeiro, feita de forma não vinculada à solução de problemas, e passa a ser um investimento social de origem privada, focada na resolução dos problemas da sociedade.

2.4.2 A cidadania empresarial no Estado de Minas Gerais

Nas três últimas décadas, as mudanças na economia e na política global teceram, entre as novas configurações da ordem mundial, o conceito de cidadania empresarial, que tem sido internalizado por várias organizações.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresentados pela Revista Mineira de Administração, entre os anos de 1998 e 1999, Minas Gerais – onde se localiza o Município de Nova Lima, local desta investigação – é Estado mais solidário do sudeste brasileiro. Os dados apontam que 81% das empresas mineiras realizaram algum tipo de ação social nesse período, percentual superior à média da região, que é 67%. Dados complementares indicam que 13% das empresas que ainda não realizam projetos na área desejam implementá-los. Esse fato é apresentado pela Federação das Indústrias de Minas Gerais, a FIEMG, responsável por um programa lançado em maio de 2001, cujo objetivo é “mobilizar o empresariado mineiro para criar programas internos de voluntariado” (FIEMG, 2001).

Outro dado importante sobre a cidadania empresarial em Minas Gerais é que as ações daí decorrentes não envolvem apenas as grandes organizações; que também as pequenas e médias empresas têm descoberto meios de serem atores nesse cenário, sendo uma característica das empresas cidadãs mineiras o envolvimento dos empregados em projetos sociais.

Acreditando na força do exemplo, o Unicentro Izabela Hendrix tem desenvolvido seus projetos de cidadania, entre eles o que contempla as escolas públicas estaduais de Nova Lima, e que é o objeto deste trabalho, como reafirmação do seu compromisso social com a inclusão, buscando formar alunos também cidadãos.

3. UMA ESCOLA CIDADÃ FORMANDO ALUNOS CIDADÃOS

O presente capítulo é resultado da percepção da pesquisadora sobre a importância que tem, para o entendimento deste trabalho, a compreensão da organização institucional que foi simultaneamente ator e palco do projeto investigado.

3.1 O Paradoxo da Atuação da Instituição Educacional Não-Pública no Terceiro Setor

Handy (1995) considera que é possível conviver com o paradoxo, e controlá-lo, se ele é aceito. Na busca de um caminho para essa aceitação facilitadora, a reflexão a respeito do título desta seção pode partir do pensamento de Crippa (1980), sobre a necessidade de que haja interação do homem com a realidade e com os valores de todos os campos do saber, em vez de lhe serem apenas ministrados cursos sobre os problemas da humanidade. Nessa concepção fica explícita a necessidade das organizações educacionais se reconhecerem agentes na integração da sua comunidade com a sociedade em que está inserida e criarem situações para que possa ocorrer uma intercomunicação.

Para tal, as instituições de ensino precisam considerar a multiplicidade de elementos existentes na sua vida coletiva, de forma a poder identificar demandas sociais internas e externas e, assim, atuar como agente transformador, assumindo um compromisso social inclusivo mais efetivo.

Esse é o fenômeno vivido pelo Unicentro Izabela Hendrix, que tem buscado soluções inovadoras para responder ao chamado do emergente Terceiro Setor, abrindo caminho entre os paradoxos da ação solidária civil, não como simples modismo ou como meio de valorizar a imagem da instituição, nem em substituição às ações do governo, mas como uma nova forma de manter viva a visão dos Metodistas de Oxford, engajados, como será discutido a seguir, na luta pela inclusão social.

3.1.1 O caminho do Movimento Metodista : Grã Bretanha ↔ Estados Unidos → Brasil

A Igreja Metodista, que hoje está presente em todos os continentes, faz parte do movimento Protestante, através da Igreja Anglicana, cujos trinta e nove artigos formam a base dos artigos de religião do Metodismo e cuja liturgia exerceu grande influência na liturgia metodista (REILY, 1999a).

O Metodismo originou-se na Inglaterra, com raízes em um movimento liderado por John Wesley (1703-1791), pastor da Igreja Anglicana, professor na Universidade de Oxford, onde estudara, em uma época em que a sociedade inglesa passava por rápidas e profundas transformações sociais (BOAVENTURA, 1978).

O nome “metodista” era, na verdade, um apelido pelo qual os jovens se referiam ao grupo que Wesley liderava na cidade, que era ‘metódico’ nos seus fazeres religiosos, reservando hora certa para estudo bíblico, para orações, comunhão, e, também, para visitar doentes, presos, e outros grupos de destituídos, o resultado de milhares de pessoas saírem da zona rural, a procura de emprego nas novas indústrias das cidades. Nesse ambiente de desilusão e frustração, os salários eram insuficientes, as pessoas não tinham moradia, alimentação nem assistência médica satisfatória e as crianças não iam à escola porque precisavam trabalhar para ajudar aos pais. As igrejas da época se preocupavam em salvar a alma do indivíduo, sem se preocuparem em lutar por uma sociedade mais justa (REILY, 1991b).

Foi nesse contexto que o jovem sacerdote Wesley teve sua vida mudada, pelo que ele define como ter sentido o “coração aquecido” por Deus, experimentando uma real compreensão da sua fé.

Wesley e os ‘Metodistas de Oxford’ acreditavam que não era suficiente serem convertidos à fé cristã, mas que precisavam colocar em prática o amor que recebiam de Deus. Assim, não se limitavam a evangelizar, nem a oferecer práticas assistencialistas, mas lutavam contra a escravidão das estruturas sociais. Acreditando na educação como forma de libertação, o grupo reuniu seus poucos recursos financeiros para remunerar uma professora para alfabetizar meninos e meninas de rua em Oxford.

Quando a Igreja Anglicana proibiu os Metodistas de pregarem em suas igrejas, Wesley passou a falar ao ar livre e, novamente, visando à transformação da sociedade através da educação, criou uma escola para os filhos dos mineiros de Kingswood. Em 1748, Wesley fundou a Kingswood School, em Bath, hoje famosa, a primeira escola metodista no mundo, que é o marco de mais de 250 anos de educação formal metodista, desdobrada em mais de 700 escolas em 67 países (HELIS, 2000).

Wesley ganhou seguidores e com eles organizou ‘sociedades’ dentro da Igreja Anglicana, uma vez que, apesar de ser reconhecido como o fundador do Metodismo, jamais se separou da sua Igreja original, mas quando o Bispo de Londres recusou-se ordenar pregadores metodistas, Wesley foi para os Estados Unidos da América, onde organizou a Igreja na ex-

colônia inglesa. Em 1748 nasceu a Igreja Metodista Episcopal, que tornou-se a maior Igreja nos Estados Unidos.

Fato interessante é John Wesley não ter pretendido criar uma igreja separada da Anglicana. A sua real intenção era renovar a religião inglesa e somente depois da sua morte é que surgiu a Igreja Metodista, que, com mais vitalidade espiritual e atuação social, não cabia mais dentro da Igreja Anglicana.

As chaves para a compreensão do Metodismo são, portanto, a experiência pessoal de Wesley com Deus, a evangelização em estreita ligação com o serviço ao povo e ação social, a ênfase no crescimento em graça (santificação) e na perfeição humana através do amor e, finalmente, o caráter missionário do movimento.

Essa última característica é a responsável, a partir de 1835, pela vinda de missionários americanos para o Brasil.

3.1.2 A educação metodista no Brasil

A Igreja Metodista no Brasil tem se destacado por seu trabalho educacional. A primeira das suas escolas foi fundada em 1881, em Piracicaba, o Colégio Piracicabano, que gerou a UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba.

Betts (2001, p.1) descreve como os metodistas entendem a educação, descrevendo-a como “uma missão, um chamado para transformar o mundo, combater a ignorância, a injustiça, a crueldade, a discriminação, a indiferença e todas as formas de intolerância”.

O fato de que existirem tantas instituições metodistas de ensino o mundo, sendo que 53 (cinquenta e três) delas estão no Brasil, deve-se ao fato de que o próprio John Wesley, fundador do Metodismo exortava “Para cada igreja, uma escola” (WESLEY, 1753/1998) e, ainda que a missão e a filosofias dessas escolas seja apresentada de formas ligeiramente diversas, suas crenças e valores centrais permanecem o mesmo, o que explica o alto grau de fraternidade existente entre todas.

Em sua luta em meio às profundas mudanças tecnológicas e sociais da atualidade, as escolas que oferecem educação metodista, entre elas o Unicentro Izabela Hendrix, continuam a fazer história, atendendo a desafios que devem ser respondidos através de esforços para que as pessoas desenvolvam valores éticos cristãos, centrados em direitos e deveres civis baseados no amor ao próximo, na dignidade humana e no respeito pelo meio ambiente, descobrindo novas formas de atender a novas necessidades da população.

3.2 Histórico do Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista

Para satisfazer a necessidade de contextualização da instituição pesquisada, foi incluída, aqui, uma análise documental para complementar o estabelecimento dos elementos motivacionais, temporo-espaciais e educacionais, relacionados com a ação social pesquisada no presente trabalho.

3.2.1 A educação metodista no contexto histórico de Belo Horizonte

A Igreja Metodista já começara a destacar-se na área educacional, com a fundação do Colégio Piracicabano, no Estado de São Paulo, em 1881, quando teve ampliado o seu trabalho evangelizador, com a vinda dos primeiros missionários americanos a trabalhar junto aos brasileiros utilizando a língua portuguesa.

Partindo de São Paulo e do Rio de Janeiro para outras regiões no Brasil, a missão chegou a Juiz de Fora, onde fundou o Instituto Granbery e, no final do século XIX, veio daquela cidade mineira para Belo Horizonte, a primeira cidade planejada do Brasil.

O fato de o metodismo pertencer ao ramo do liberalismo protestante e do pietismo alemão encontra, naquele momento histórico da realidade belorizontina, condições favoráveis à sua penetração e estruturação (BARRETO, 1999).

Assim sendo, a iniciativa da Igreja Metodista de apresentar um projeto educacional ao Dr. Bernardo Monteiro – prefeito da então recém inaugurada capital das Minas Gerais, foi imediatamente apoiada pelos políticos da época. Segundo Boaventura (1978), o novo modelo de educação protestante, de inspiração liberal e iluminista, era vista como uma alternativa capaz de contribuir para o avanço do projeto educacional brasileiro, até então restrito às escolas católicas e ao ensino público.

Na virada do século, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte fez a doação de um terreno no centro da cidade, hoje delimitado pelas ruas Espírito Santo, Tamoios, Bahia e Avenida Afonso Pena, onde futuramente seriam instalados um templo metodista e um colégio (SILVA, 1998).

3.2.2 A fundação do Colégio Izabela Hendrix

O nome *Izabela Hendrix* foi escolhido em homenagem a uma senhora da Igreja Metodista do sul dos Estados Unidos, mãe do Bispo Eugene Hendrix. Apesar de nunca ter estado no Brasil, aquela senhora sonhava com a criação de uma instituição educacional para moças

nesse país sul-americano, e organizou campanhas – atividade comum na cultura metodista americana – para a arrecadação de fundos que garantissem a implantação de tal escola.

No início do século XX, a missionária americana Martha Watts, a quem o atual reitor do Izabela Hendrix, Professor Ulysses de Oliveira Panisset, refere-se como a “Semeadora de Escolas”, veio para Belo Horizonte e lançou a pedra fundamental do colégio feminino, idealizado por Izabela Hendrix, uma instituição que tem o mérito de ter sido a primeira escola confessional da capital mineira e cujas atividades foram iniciadas, com apenas cinco alunas, em 05 de outubro de 1904.

Enquanto, no terreno doado pela prefeitura, ocorria a construção dos prédios para a igreja e o colégio, este funcionou em uma casa alugada na Praça da Estação de Belo Horizonte. Posteriormente, foi transferido para a Avenida João Pinheiro, funcionando em uma outra casa alugada, dessa vez no local onde hoje funciona o Arquivo Público Estadual.

Terminadas as obras do seu primeiro prédio próprio, à Rua Espírito Santo 605, o Colégio Izabela Hendrix passou a ocupá-lo imediatamente e ali funcionou de 1907 a 1938.

O povoado de Curral D’El-Rei, transformado na capital mineira, em substituição à Vila Rica (hoje, Ouro Preto), continuava a expandir-se. Com o crescimento da nova Belo Horizonte, cresceu também o movimento nas ruas; e os ruídos começaram a perturbar as aulas ministradas no Colégio Izabela Hendrix, que, como se sabe, estava localizado no centro da metrópole em pleno desenvolvimento. Tornou-se, então, necessária uma mudança de sede, e o Colégio Izabela Hendrix adquiriu o quarteirão delimitado pelas ruas Bahia, Alvarenga Peixoto, Espírito Santo e Tomaz Gonzaga, junto à Praça da Liberdade e ao Palácio do Governo de Minas Gerais. Em 1940, aconteceu a instalação das turmas nos novos prédios, projetados pela missionária e arquiteta Mary Sue Brown. “Miss Brown”, como era chamada, também supervisionou toda a construção, que incluía prédios de aula, auditório, laboratórios, quadras, cozinha, refeitório e um internato para moças, mantido em funcionamento até 1970.

3.2.3 A expansão do Colégio Izabela Hendrix

Em função das suas ações inovadoras, o projeto educacional metodista foi bem acolhido por parte do grupo progressista da nova capital. Segundo Barreto (1999), essa educação – simbolizando a porta para o desenvolvimento e o sinal de progresso por parte do grupo político da época em Belo Horizonte – provinha dos Estados Unidos, país considerado democrático, liberal e moderno. Contando, ainda, que a educação pública e a católica não

atendiam aos anseios da sociedade, a alternativa protestante, representada pelo Colégio Izabela Hendrix, foi considerada relevante (AZEVEDO, 1963, p.618-621).

A uma sucessão de momentos de vanguarda, característicos do Colégio Izabela Hendrix — desde a sua idealização como uma escola feminina, ainda no século XIX, por uma mulher americana, até ter sido fundado, em 1904, por uma missionária estrangeira, ter sido arquitetonicamente planejado, em plena década de 30, por uma arquiteta, e ser administrado apenas por mulheres até a década de sessenta — podem ser acrescentados a introdução de novas práticas pedagógicas, como a interdisciplinaridade, a valorização do trabalho em equipe e a cooperação, o apoio à cultura, e o interesse tanto pelo individual como pelo coletivo e tanto pela cultura material como pelos elementos espirituais. Esses foram alguns dos fatores que atraíram mais alunos, criando as condições necessárias para a expansão dessa organização educativa, conforme apresentado no IV, a seguir.

Quadro IV – Cronologia da expansão do Colégio Izabela Hendrix.

Datas	Eventos Indicadores da Expansão
1892	Vinda dos missionários metodistas para Minas Gerais.
5 de outubro de 1904	Atividades em Belo Horizonte, em casa alugada na Praça da Estação.
1907	Mudança para prédio próprio: Rua Espírito Santo 605 – Centro.
1939	Necessidade de mudança de instalações e obras para novos prédios.
Fevereiro de 1939	Registro do Curso Primário na Secretaria de Estado de Educação.
1940	Início das atividades no novo complexo: Rua Bahia 2020.
Fevereiro de 1943	Autorização para funcionamento do Curso Técnico de Contabilidade.
Fevereiro de 1947	Autorização para o Curso de Formação de Professores Primários.
Novembro de 1947	Registro do Pré-Escolar ¹ na Secretaria de Estado de Educação.
Agosto de 1970	Início das atividades da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
Junho de 1971	Reconhecimento dos Cursos Clássico e Científico.

Fonte: Documentos históricos cedidos pelo Centro de Extensão Cultural do Instituto Metodista Izabela Hendrix - Setor de Memória Institucional.

O quadro acima mostra que, em quase um século de existência, o Izabela Hendrix tem sido positivamente marcado pelo aumento da área física ocupada, pela multiplicação dos seus

¹ O Colégio Izabela Hendrix já mantinha esse curso desde a sua fundação.

cursos e, conseqüentemente, do seu corpo docente e discente, incluindo a evolução para Centro Universitário, em dezembro de 2001.

3.2.4 De Faculdade a Centro Universitário

Em 1970, ao receber a autorização para implantar a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Colégio Izabela Hendrix recebeu um novo nome, Instituto Metodista Izabela Hendrix, identidade que englobava a Educação Infantil, a Educação Básica e dois cursos de Educação Superior, seguindo-se os outros cursos mostrados no Quadro V:

Quadro V – Cronologia da implantação dos cursos superiores do Instituto Metodista Izabela Hendrix: de Faculdade a Centro Universitário.

1970	Implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
1972	Autorização para o início dos cursos de Ciências e Letras.
1976	Reconhecimento do Curso de Ciências.
1976	Reconhecimento do Curso de Letras.
1979	Autorização para o funcionamento do Curso de Biologia.
1979	Autorização para o funcionamento do Curso de Arquitetura e Urbanismo.
1980	1º Vestibular para Arquitetura e Urbanismo e Biologia.
1981	Início das obras de ampliação do prédio de aulas do Campus Central, à Rua da Bahia 2020, com acréscimo de um andar para salas do Curso de Arquitetura e Urbanismo, construção de um prédio para o Curso de Fonoaudiologia e uma clínica-escola.
1983	Reconhecimento do Curso de Arquitetura e Urbanismo.
1989	Autorização para o Curso de Fonoaudiologia.
1993	Reconhecimento do Curso de Fonoaudiologia.
1998	Incorporação do Curso de Administração do Instituto Champagnat, já em funcionamento desde 1977.
1999	Inauguração do segundo <i>campus</i> : Nova Lima.
1999	Autorização para o funcionamento do Curso de Direito.
2001	Transformação do Instituto Metodista Izabela Hendrix em Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, ficando a marca de <i>fantasia</i> Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista.
2002	Implantação do Curso de Fisioterapia.
2002	Implantação do Curso Normal Superior.
2002	Implantação do Curso de Ciência da Computação.

Fonte: Documentos históricos cedidos pelo Centro de Extensão Cultural do Instituto Metodista Izabela Hendrix - Setor de Memória Institucional.

De 1970 a 1999, à medida que, conforme cronologia apresentada no Quadro V, acima, mais faculdades eram introduzidas na instituição, uma nova meta foi estabelecida: a transformação do Instituto Metodista Izabela Hendrix em um Centro Universitário Metodista, o que lhe permitiria maior autonomia na implantação de novos cursos superiores, e, conseqüentemente, uma maior penetração na área educacional e um melhor atendimento à demanda da sociedade local para a formação de profissionais em outros campos de atuação, diferentes dos já oferecidos pela instituição pesquisada.

Com a criação do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, que atualmente oferece os cursos de Administração de Empresas, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Direito, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Normal Superior, houve uma reestruturação do organograma básico dessa organização: a instituição mantenedora passou a ser o Instituto Metodista Izabela Hendrix. Este compreende toda a Educação Básica – que resgatou o seu nome original, voltando a ser chamada de Colégio Izabela Hendrix – juntamente com os oito cursos superiores em andamento, segmento institucional que passou a ser conhecido como Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista. Dele, farão parte os próximos cursos que vierem a ser implantados, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Devido ao caráter de compromisso social da Igreja Metodista e de suas instituições de ensino com os destituídos, as atividades apresentadas no projeto político-pedagógico do Instituto Metodista Izabela Hendrix incluem a conscientização dos alunos sobre a realidade do país e a orientação sobre as possíveis frentes para ações de exercício e resgate da cidadania. Entre outras ações de cunho social, são realizadas campanhas de auxílio a pessoas carentes, visitas a orfanatos, creches, asilos e hospitais, sempre com o objetivo de cumprir a missão social que lhe foi confiada pela mantenedora.

3.3 A Missão Social do Unicentro Izabela Hendrix

Em razão do aspecto cronológico da implantação dos diversos níveis de educação oferecidos pelo Instituto Metodista Izabela Hendrix, as atividades discentes e docentes de âmbito social, que sempre estiveram presentes na proposta político-pedagógica da Educação Básica na instituição pesquisada, só foram implementadas nos cursos superiores por ocasião do desenvolvimento do Curso de Ciências Biológicas, a partir de 1979. Esse curso foi o

pioneiro em um projeto de apoio à comunidade carente do Morro do Papagaio, uma favela em Belo Horizonte, onde os futuros biólogos fizeram um levantamento dos principais problemas de saúde da área contemplada com o projeto, realizaram exames parasitológicos na população, encaminharam os casos de contaminação aos serviços públicos de saúde e acompanharam o tratamento dos problemas detectados, além de fazerem um trabalho de educação para a saúde, como forma de prevenção de novas patologias.

Conforme Mattos (2000, p. 59), como resultado de, entre os membros da Igreja Metodista no Brasil do século XIX, haver predominância de discurso e práticas eclesiais próprias do pietismo norte-americano, o núcleo central da obra educacional metodista no Brasil, “tinha a convicção própria do liberalismo de que a educação do ser humano para o bem é o caminho para o aperfeiçoamento social e moral da humanidade”. Assim, acreditando que, como instrumento de transformação social, a educação deve estar sempre presente na sua ação, foi por intermédio das suas instituições de ensino que a Igreja Metodista no Brasil, buscou a democratização e a liberalização da educação no país, através de propostas inovadoras e humanizantes, oferecendo um tipo de educação distintamente diferenciado dos rígidos sistemas jesuíta e governamental.

Porque faz parte da sua crença, que a ação divina atinge, transforma e promove as pessoas, sobretudo porque as desafia a tentar um relacionamento pleno e libertador com Deus e com o próximo, a Igreja Metodista prega que o Criador se manifesta em atos de amor e que, em Cristo, esse amor liberta do egoísmo e conduz a uma vida comunitária, na qual esse sentimento se revela no serviço prestado ao próximo, alcançando também os pobres, os oprimidos e os marginalizados. E essa Igreja entende a Educação Secular como aquela que promove “o processo que oferece formação melhor qualificada nas suas diversas fases, possibilitando às pessoas o desenvolvimento de uma consciência crítica e seu comprometimento com a transformação da sociedade, segundo a missão de Jesus Cristo” (Plano Para A Vida e a Missão da Igreja, 1982).

Refletindo esse pensamento sobre a Educação Secular, em 1980, no Rio de Janeiro, o Conselho Geral da Igreja Metodista, através de uma comissão de membros representativos, tornou público um documento contendo as “Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista”, que foi aprovado e sancionado pelo 13º Concílio Geral, em 1982.

As práticas que a Igreja espera das suas instituições educacionais, e que refletem a ação social pregada por seu fundador, John Wesley, na Inglaterra do século XVIII, estão

explicitadas no documento das Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista, inciso IV, alínea A, itens 1 e 2, reproduzidos a seguir:

1. O ensino formal praticado em nossas instituições não se limitará a preparar para o mercado de trabalho, mas, além disso, igualmente, deverá despertar uma percepção crítica dos problemas da sociedade.
2. As instituições superarão a simples transmissão repetitiva de conhecimentos, buscando a criação de novas expressões do saber, a partir da realidade e expectativa do povo.

Nesses dois itens transcritos neste trabalho, o emprego de expressões como “uma percepção crítica dos problemas da sociedade” e, logo a seguir, “a partir da realidade e expectativa do povo”, deixa clara a preocupação que permeia as ações do sistema educacional metodista em relação ao social e que é refletida nas orientações para que as escolas não se limitem ao fazer pedagógico, mas que toda a prática das instituições se caracterize por um contínuo aperfeiçoamento no sentido de democratizar cada vez mais as decisões e de desenvolver os ideais da solidariedade humana.

Tais considerações abrem o caminho para que sejam apresentadas as expectativas da Igreja Metodista para a educação secular, recomendações gerais que são seguidas pelo Unicentro Izabela Hendrix, como base para a ação educativo-social, assim compreendidas:

- a continuidade do processo educativo realizado por Deus, em Cristo, promovendo a transformação da pessoa em nova criatura e do mundo em novo mundo, na perspectiva do Evangelho;
- a motivação dos educadores e educandos a se tornarem agentes positivos de libertação, através de uma prática educativa de acordo com o Evangelho; o confronto permanente das filosofias vigentes com o Evangelho;
- a denúncia de todo e qualquer tipo de discriminação ou dominação que marginaliza a pessoa humana;
- o respeito e a valorização da cultura dos participantes do processo educativo, na medida em que estejam de acordo com os valores do Reino de Deus, conforme o Evangelho;
- o apoio aos movimentos que visem à libertação dos oprimidos dentro do espírito do Evangelho de Jesus Cristo;

- o despertar da consciência crítica e a sensibilização para o problema da justiça, num mundo marcado pela opressão.

Segundo as orientações da Igreja para a Educação Metodista, as ações sociais relacionadas no parágrafo anterior devem contemplar qualquer pessoa, quaisquer que sejam suas idéias, crenças políticas e econômicas, condição social, nível cultural e grau de religiosidade. O documento norteador para essa ação é o Credo Social da Igreja Metodista, aprovado pelo 10º Concílio Geral (1970-1971), atualizado pelo 16º Concílio Geral (1990-1991). De acordo com a apresentação no prefácio do Credo Social (1999), ele “é uma das marcas da identidade metodista no Brasil” e “declara a responsabilidade social da Igreja frente aos desafios do nosso tempo, e como resposta ao apelo missionário de Evangelho do Senhor Jesus”. O Credo Social aplica-se, também, às instituições de ensino do sistema metodista, entre as quais encontra-se o Unicentro Izabela Hendrix, que entendem que a pessoa deve ser alcançada por completo: espírito, mente e corpo, com todas as suas peculiaridades, necessidades e exigências.

Sendo assim, além de ministrar cursos de graduação, pós-graduação, extensão e seqüenciais; de estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, à criação e difusão de cultura, possibilitando o entendimento do homem e do meio em que vive; de promover a divulgação de conhecimentos científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade; de comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas; e de suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, bem como possibilitar a sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada, também é missão do Unicentro Izabela Hendrix, baseada nos valores da Igreja Metodista, nos princípios da moral e da fé cristã e nos tópicos pontuados nas suas Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista e no seu Credo Social, formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento que estejam aptos a participar do desenvolvimento da sociedade; desenvolver a formação integral do dentro dos mais elevados princípios da liberdade e dos ideais de solidariedade humana; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo, com esta, uma relação de reciprocidade.

E é exatamente pelo viés da reciprocidade que o Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista estabeleceu, com a Secretaria Municipal de Ação Social de Nova Lima, a parceria que é o objeto de estudo do presente trabalho, idéia gerada pela Pastoral da organização pesquisada e acolhida pela Prefeitura do município onde a instituição está localizada.

3.3.1 O papel da Pastoral Universitária

A introdução do documento do Colégio Episcopal Metodista, que começaram a vigorar a partir de 05 de março de 1993, apresenta as Diretrizes para as Pastorais Escolares e Universitárias da seguinte forma:

A Pastoral Escolar e Universitária é uma das expressões da missão da Igreja, marca da confessionalidade que caracteriza as instituições Metodistas de Ensino. A proposta do trabalho da Pastoral está fundada e fundamentada nos documentos oficiais da Igreja Metodista. À luz destes documentos, se estabelece a sua ação pastoral.

No inciso IV, alínea a, das Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista, aprovadas e sancionadas em 1982, pelo 13º Concílio Geral dessa instituição, o item 3 declara que “terá prioridade a existência de pastorais escolares e que atuem como uma consciência crítica das instituições, em todos os seus aspectos, exercendo suas funções profética e sacerdotal dentro e fora delas”, prioridade que se concretiza em cada uma das unidades do Sistema Educacional Metodista, no atendimento pastoral, como um serviço de apoio espiritual, com a finalidade de acolher, apoiar e ajudar as pessoas em seus momentos existenciais, quer sejam eles tristes ou alegres, e ser aliada no compromisso com a vida.

São características enfatizadas por esse serviço:

- A vida comunitária, que pode ser mais bem estruturada com o diálogo, a solidariedade e o bom relacionamento das pessoas envolvidas.
- O ecumenismo, uma tradição que faz parte dos elementos fundamentais da idéia de unidade do metodismo, que o defende historicamente. Considerando que tanto docentes quanto discentes e funcionários do Unicentro Izabela Hendrix são representantes de uma diversidade de denominações cristãs, não cristãs, e de outras posições religiosas ou não, a pastoral desenvolve o seu trabalho respeitando as diferentes expressões de fé.
- As atividades da Pastoral do Unicentro Izabela Hendrix são desenvolvidas em áreas tradicionalmente características das instituições confessionais de ensino, como:

- **Capelania:** aconselhamento, visitas a famílias, visitas a enfermos e acompanhamento dos membros da comunidade em situações de luto;
- **Recepção:** acolhida aos alunos, funcionários e professores, no momento em que, seja no contrato ou a cada semestre letivo, ingressam na instituição;
- **Campanhas:** apadrinhamento de crianças carentes, doações de agasalhos e alimentos;
- **Celebrações:** comemoração de aniversários da comunidade da organização e de datas litúrgicas e cívicas;
- **Reflexões:** momentos devocionais com alunos, professores e funcionários, oferecendo textos alusivos a datas do calendário litúrgico e cívico ou que possam contribuir para o crescimento pessoal e para o amadurecimento da consciência crítica de cada membro da comunidade.

Ullmann (1993) salienta que, no mundo atual, desponta, com intensidade sempre maior, a consciência de que os homens e as nações interdependem e, assim, o sobreviver, como a realização pessoal, reclama o convívio solidário. Essa visão oferece uma referência, além da filosofia metodista de atuação social, que pode contribuir para a compreensão clara da motivação existente para o **desenvolvimento de projetos de ação social**, o mais recente campo de ação da Pastoral Universitária da instituição pesquisada, a ser acrescentado à lista acima, e cuja ênfase tem sido a criação de situações para conscientizar a comunidade educacional das relações injustas que compõem a sociedade, proporcionando-lhe oportunidade de trabalhos, através dos quais sejam denunciados todo e qualquer tipo de discriminação e dominação que marginalize a pessoa humana e seja desenvolvida a criatividade na busca da superação dessas injustiças.

Nos próximos capítulos será discutida a parceria entre o Unicentro Izabela Hendrix e a Prefeitura de Nova Lima, marca do comprometimento social do Pastor Edésio de Oliveira Rocha, Agente Pastoral no Campus Nova Lima do Izabela Hendrix, que idealizou um projeto de estímulo para facilitar a atuação da instituição educacional pesquisada como empresa cidadã.

4. O CAMPO DE APLICAÇÃO: O MUNICÍPIO DE NOVA LIMA

O capítulo 4 pretende criar um campo de saber que auxilie na compreensão dos elementos relativos à cultura da sociedade onde se localiza o Unicentro Izabela Hendrix e as regras sociais que regem o subgrupo desta pesquisa.

4.1. Aspectos geográficos do Município de Nova Lima

Nova Lima, município com uma área de aproximadamente 428 quilômetros quadrados, localiza-se em uma área montanhosa, a 745 metros de altitude, sendo constituído unicamente de sua sede. Integra à micro região metropolitana de Belo Horizonte, cidade com a qual é interligada pela rodovia MG-030, tendo como municípios limítrofes, além da própria Belo Horizonte, Sabará, ao norte; Itabirito, ao sul; Raposos, a leste; Brumadinho, a oeste.

Segundo os Dados Preliminares do IBGE (2000), a população do município de Nova Lima é de 64.295 habitantes, que apresentam um traço marcante: têm um orgulho especial do lugar, o que cria uma personalidade distinta, que impede a absorção significativa das características culturais da capital, ainda que, para um grande número de pessoas que residem em Nova Lima e trabalham ou estudam em Belo Horizonte, de onde a cidade dista 15 quilômetros, o município menor seja apenas uma ‘cidade dormitório’.

4.2 Uma Sinopse Histórica do Município de Nova Lima

Segundo as informações colhidas junto à Secretaria de Comunicação Social do Município de Nova Lima, a história do município tem origem na segunda metade do século XVII, quando as Entradas e Bandeiras exploravam o Brasil Colônia, e, nos idos de 1680, Fernão Dias Paes Leme e seu genro, Borba Gato, descobriam ouro às margens do Rio das Velhas, nas Minas Gerais.

Em seguida, por volta de 1700, o bandeirante Domingos Rodrigues da Fonseca Leme descobriu ouro nos ribeirões do Cardoso e dos Cristais, em um lugarejo conhecido como Campos de Congonhas, que, dois séculos mais tarde, tornou-se o município de Nova Lima.

A descoberta atraiu outros mineradores e, em 1720, já havia um número considerável de habitantes em Campos de Congonhas, uma população composta de libertos, escravos e aventureiros, os chamados ‘faiscadores’ – pessoas que apanhavam palhetas de ouro em terras de mina lavrada. A partir de 1725, o ouro passou a ser explorado a céu aberto, em uma mina

no alto no da montanha, a Morro Velho, e a quantidade de ‘faisqueiras’ surgidas fez com que a localidade passasse a ser conhecida como Congonhas das Minas de Ouro. A exploração aurífera não se restringiu ao lugarejo, estendendo-se por outras regiões próximas, como Vila Rica (hoje Ouro Preto), a Fazenda do Curral D’El Rei (hoje Belo Horizonte), e São João Del Rey, localidade elevada à categoria de vila em decorrência do impacto da extração do ouro em seu território.

Vale interromper a linha de fatos históricos apresentados até o momento, para que seja estabelecido um rápido paralelo entre esses dados e descrições dos primórdios do Movimento Metodista, das quais trata o Capítulo 3 do presente trabalho.

Quando o Movimento Metodista nasceu – na Inglaterra da Revolução Industrial do século XVIII – a primeira classe de destituídos, à qual os irmãos Wesley ofereceram serviços de ação social e a mensagem cristã, foi a dos mineiros de Kingswood e Bath, a quem a Igreja Anglicana não dava importância. Naquele mesmo século XVIII, estabelecia-se, no Brasil, o Arraial de Congonhas, cuja maioria populacional também era composta de trabalhadores de minerações, característica esta que perdura na sua descendente, a cidade de Nova Lima, no atual século XXI. Coincidentemente, portanto, muitos dos favorecidos pela parceria que é objeto desta pesquisa são familiares de mineiros, atendidos, agora, pela missão social, também metodista, do Unicentro Izabela Hendrix, assim como foram atendidos os mineiros, e seus dependentes, na época de John Wesley, o criador daquele movimento religioso inglês.

A linha do tempo anterior é retomada em 1748, quando, por um Ato Episcopal, o povoado foi elevado à condição de freguesia. Quase meio século mais tarde, aconteceu o início do declínio da extração de ouro aluvional no Brasil Colônia, o que resultou no início da decadência da região. No século XIX, o ouro começou a ser explorado subterraneamente. Em 1834, a Mina Morro Velho, então pertencente ao Padre Freitas, foi vendida à Saint John Del Rey Mining Company, mineradora oriunda de São João Del Rey. Trazendo consigo a nova tecnologia para a lavra subterrânea, a companhia inglesa instalou-se em Congonhas das Minas de Ouro, criando o Arraial Morro Velho. Com o seu crescimento, este integrou-se ao Arraial das Congonhas.

A presença dos ingleses influenciou a arquitetura local, a língua inglesa ficou sendo muito usada, a religião era a anglicana (a mesma de John Wesley), e a população passou a ser predominantemente branca. O povo local, no entanto, manteve seus hábitos e rituais folclóricos que, ainda hoje, sobrevivem em Nova Lima. Entre as marcas da cultura dos ingleses da companhia mineradora, computa-se a volta do Arraial à prosperidade.

A Lei Provincial de 8 de abril de 1836 criou o Distrito, subordinado ao município de Sabará, e o Arraial teve seu nome alterado para Congonhas de Sabará. A emancipação veio em 5 de fevereiro de 1891, com o Decreto 361, e a localidade passou à condição de Vila Nova de Lima, denominação escolhida para homenagear o poeta e historiador Augusto de Lima, político natural da região, que governou o Estado de Minas Gerais no início do período republicano.

Já na condição de município, a simplificação do nome para Nova Lima foi oficializada por Bráulio Carsalade Villela, em 1923. Era o começo de um novo século, marcado por várias mudanças significativas na cidade, entre elas, a do controle da antiga Saint John Del Rey Mining Company passar, na década de sessenta, a ser exercido pela Companhia Morro Velho. Nos anos noventa, a sul-africana Anglo-Gold obteve o controle da mineração em torno da qual a vida da cidade tem se concentrado desde os primeiros tempos.

Atualmente, Nova Lima passa por uma rápida expansão urbana devido ao crescimento imobiliário, o surgimento de vários condomínios particulares e a abertura de novas empresas. Assume, assim, um novo perfil, o de município prestador de serviços, conforme a declaração de Walter Salvador de Oliveira, Consultor de Desenvolvimento Econômico do Prefeito Vitor Penido, que diz: “a realidade que Nova Lima vive só vem a confirmar a tendência da formação de um pólo de empresas prestadoras de serviço, com forte concentração, também, na atividade comercial”. Entre as empresas implantadas em Nova Lima, estabeleceram-se várias organizações educacionais. Em uma reportagem sobre os empreendimentos de porte instalados em Nova Lima, a jornalista Andréa Rocha (2000, p. 10) registra, por exemplo, que “merecem ser citados, na área de educação, o Instituto Metodista Izabela Hendrix, a Fundação Torino a Faculdade Milton Campos, o Centro Internacional de Tecnologia e Gestão Empresarial da Fundação Dom Cabral e a Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae”.

Atenta ao desafio que consiste organizar o crescimento do município e mantê-lo sob controle, a Prefeitura de Nova Lima tem procurado estabelecer os necessários limites para a ocupação do solo, criar parcerias com empresas privadas e investir recursos e esforços em projetos que contemplem aspectos sociais, ambientais e culturais. O maior destes projetos trata da reconstrução da imagem urbana e da identidade cultural do município. Esses trabalhos estão sendo coordenados pela atuação voluntária dos arquitetos Adriano Mattos Correia e Monique Sanches, ambos professores do Curso de Arquitetura do Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista, instituição que, em parceria com o poder público, além do projeto do

qual trata este estudo de caso, e de um outro trabalho não-remunerado de reconhecimento científico da flora e da fauna da região, realizado por alunos de Ciências Biológicas do mesmo Unicentro, está disponibilizando equipes de arquitetos-estagiários, também voluntários, que farão todo o levantamento necessário para o projeto da reconstrução da imagem urbana da sede do município de Nova Lima.

4.3 A Política Social da Prefeitura Municipal de Nova Lima

Do estudo do programa de governo da Prefeitura Municipal de Nova Lima pode-se inferir que a sua grande proposta é a valorização dos cidadãos novalimenses, garantindo-lhes o exercício da cidadania à qual têm direito,

A partir da preocupação dessa Administração Municipal com a comunidade da cidade, têm sido implementadas ações que visam ao desenvolvimento do município nas áreas de negócios – através da busca de novas atividades de renda para o município e de alternativas de empregos para a população; de cultura – contemplando diversos segmentos, tais como folclore, artesanato, teatro, dança, música, literatura e artes plásticas; de turismo – com o planejamento, a pesquisa, a promoção, a divulgação e a capacitação para o desenvolvimento sustentável dessa atividade; de esporte e lazer – oferecendo espaços para a prática e para competições nos mais diversos tipos de esporte, programas de atividade física para idosos e crianças, assim como investimentos em escolinhas desportivas em vários bairros. Devido às suas ações para o meio ambiente – com a preservação de extensa área verde e desenvolvimento de programas de conservação ambiental, acrescidas da sua rica programação cultural, do seu eficiente sistema de saúde – que administra programas de atendimento gratuito para a comunidade, e de uma estrutura educacional que garante vaga para todas as crianças do município, Nova Lima foi considerada, pela Organização das Nações Unidas, a oitava cidade mineira em qualidade de vida.

A política de ação social da Prefeitura de Nova Lima está voltada para a criação de cursos profissionalizantes, principalmente para jovens, para o oferecimento de palestras para a comunidade – com o objetivo de esclarecer o cidadão sobre assuntos de interesse geral, como planejamento familiar, higiene corporal, doenças sexualmente transmissíveis, os problemas do alcoolismo e das drogas, segurança pública e defesa civil. Preocupa-se, também, com as atividades de lazer e programas de valorização individual e social para grupos de terceira idade, e volta-se até mesmo para a construção – pelos próprios moradores – de apartamentos

populares. Neste último caso, a infra-estrutura urbana (água esgoto, energia elétrica), oferecida pela Prefeitura, foi acompanhada do seu fornecimento de alimentação, mão de obra especializada e serviços médicos. Para maior integração entre os moradores do conjunto habitacional, a Secretaria Municipal de Ação Social promoveu palestras para a conscientização da comunidade sobre a importância da convivência harmoniosa e da cooperação mútua para o desenvolvimento da sociedade.

Como pode ser observado, o pilar básico do trabalho da Secretaria Municipal de Ação Social tem sido a retomada do conceito de assistência social participativa, que se concretiza no programa denominado Centro de Atividades Comunitárias – CEACOM. Seus projetos – geralmente resultantes de parcerias com o setor privado, visam ao resgate da dignidade do cidadão, à melhoria das relações humanas e à conscientização do papel do cidadão na comunidade, o que tem sido possível com a atuação, em especial, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pela gestão da política social da administração pública de Nova Lima, e do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Lima, órgão permanente e autônomo, que deve garantir os direitos da criança e do adolescente no município.

4.3.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Através da análise dos documentos que foram apresentados à pesquisadora, sabe-se que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi implantado através da Lei Municipal Nº 1424/95, de 28 de abril de 1995, que “Dispões sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”, em cumprimento à Lei Federal Nº 8069/90, que trata da proteção integral à criança e ao adolescente, com a criação do seu Estatuto.

Em 16 de setembro de 1998, foi sancionada a Lei Nº 1576/98, que modificou a redação original de alguns artigos da lei anterior, a 1424/95, sem, contudo, alterar seu conteúdo. Esses textos legais podem ser encontrados, em sua íntegra, nos Anexos B e C deste trabalho. Estando em vigor até o momento deste estudo, essas leis confirmam a criação, os objetivos e as atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, caracterizando-o “como órgão deliberativo e controlador da Política de Atendimento, vinculado à Secretaria Municipal de Ação Social, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, nos termos do artigo 88, inciso II, da lei Federal 8069/90” (Lei Nº 1567/98, Art.6º).

Esse Conselho define a política voltada para o atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscaliza as ações municipais voltadas para esses segmentos e define as prioridades básicas destinadas ao bom atendimento, desenvolvimento e proteção à infância e à adolescência. Exemplo disso são os programas específicos para a saúde e a educação, como os que acompanham as grávidas adolescentes e propiciam orientação sexual nas escolas.

O Conselho Municipal tem o mesmo número de membros que os representantes das organizações populares e dos órgãos oficiais do Município, cujas ações estejam diretamente relacionadas com o atendimento à criança e ao adolescente. Os representantes dos órgãos oficiais são indicados pelo Prefeito e os representantes das entidades populares são votados diretamente pelas entidades cadastradas pela Secretaria Municipal de Ação Social. O mandato de dois anos, não-remunerado, é para que o Conselheiro participe de conferências municipais.

Nos três primeiros meses da atual administração, no ano 2000, a Prefeitura de Nova Lima, a Secretaria de Ação Social e o Conselho Municipal fizeram o levantamento dos aspectos populacional, sócio-econômico, educacional, de saúde e da rede de atendimento municipal destinada à criança e ao adolescente, a fim de que a ampliação dos serviços pudesse ser realizada conforme o resultado do diagnóstico das necessidades da comunidade. Os dados obtidos têm sido utilizados como referencial no acolhimento das solicitações da comunidade – referentes a doações em geral, na definição de programas destinados à criança e ao adolescente – desenvolvidos pela Prefeitura e por órgãos não-governamentais, e na fiscalização das políticas básicas e do uso dos recursos disponíveis, no e para o município, de forma que o atendimento à criança e ao adolescente seja realizado satisfatoriamente.

Através de participação direta nas discussões sobre as prioridades orçamentárias do Município, o Conselho Municipal deve propor ações de trabalho em assistência social e gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que reúne recursos existentes no município, os que vêm do Estado, da União, de entidades internacionais e das empresas privadas, todos destinados ao financiamento de programas como estes que estão atualmente em andamento: implantação de cursos profissionalizantes para jovens na faixa etária de 15 a 18 e para serventes, manipuladores de alimentos, cozinheiros, monitores e orientadores de creches; orientação e apoio sóciofamiliar; capacitação dos membros do próprio Conselho Municipal e do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3.2 O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990 pela Lei Federal 8069, prevê os

direitos à Vida e à Saúde, à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, à Convivência Familiar e Comunitária, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, à Profissionalização e à Proteção ao Trabalho.

Para garantir o cumprimento desse Estatuto, o primeiro Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nova Lima tomou posse no dia 02 de fevereiro de 2000, com a implementação da Lei Nº 1576/98, de 16 de dezembro de 1998, a mesma que criou o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente. Em seu Artigo 13, o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente é caracterizado como um órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, cujos membros, em número de cinco, são escolhidos, através de resolução própria, sob a responsabilidade do Conselho Municipal e fiscalização do Ministério Público, para prestarem quarenta horas semanais de serviço remunerado, ao longo de um mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição.

Uma entrevista realizada com a Conselheira Alcione Ferreira de Souza, em outubro de 2001, revelou ser comum que a população confunda o Conselho Tutelar com o Comissariado de Menor e, que — para haver maior cooperação da comunidade com esses órgãos e mais efetividade em seus resultados, é fundamental que a sociedade conheça o Conselho Tutelar e as suas atribuições, que a Conselheira compara com as do Comissariado da seguinte forma:

As funções destes órgãos são diferentes. Enquanto o Conselho adota medidas de proteção toda vez que o bem-estar da criança e do adolescente está ameaçado, o comissariado executa as portarias judiciais e fiscaliza bares e clubes noturnos. Entre os casos apurados pelo Conselho Tutelar os mais frequentes são maus-tratos, abandono e abuso sexual. Estes casos são encaminhados à Justiça e os responsáveis punidos. O menor infrator com mais de 12 anos de idade recebe pena sócio-educativa. [...] As crianças com menos de 12 anos são levadas de volta ao convívio familiar, pelo Conselho, que, por sua vez, também orienta os pais ou responsáveis.

O Conselho Municipal e o Conselho Tutelar têm finalidades diferentes, mas são complementares. O primeiro formula e fiscaliza as políticas e os recursos públicos para a promoção da criança e do adolescente no Município, no Estado e no País. Já o segundo, atua apenas no Município, escutando, orientando, aconselhando, encaminhando e propondo soluções concretas e objetivas para os casos em que a criança e o adolescente estejam em situação de risco ou não tenham seus direitos assegurados. A criação do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão garantidor do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, está relacionada, também, com a implementação da visão da função da família e da responsabilidade da sociedade na formação do indivíduo, responsabilidade esta que tem sido cobrada pelo Conselho aos grupos mencionados e

assumida, no caso da sociedade civil, por meio de iniciativas de serviço voluntário, junto à Secretaria de Ação Social e ao Conselho Municipal, em atividades de parceria que complementam as atividades de cunho político-social executadas pela Prefeitura do Município de Nova Lima.

4.4 A Parceria entre o Unicentro Izabela Hendrix e a Prefeitura de Nova Lima

4.4.1 O ponto de partida: uma Pastoral Universitária atuante e uma Secretaria Municipal de Ação Social dinâmica.

Como já mencionado no Capítulo 3 do presente trabalho, o Credo Social da Igreja Metodista, as Diretrizes para o Ensino e para as Pastorais Escolares e Universitárias das instituições vinculadas ao sistema de educação metodista mostram que as preocupações básicas do Movimento Metodista original, tais como amor ao próximo, solidariedade, as condições de vida do trabalhador, sua remuneração e segurança apropriadas, foram preservadas até os dias de hoje.

Sobre os primórdios do Metodismo, Boaventura (1978) relata que Wesley desmistificou a idéia da Igreja e simplificou o seu papel junto aos homens, fazendo dela mais um local de encontro da humanidade para serem discutidos e equacionados os problemas dos homens. Ainda em Boaventura (1978), encontramos referências ao caráter ecumênico do movimento, que combateu toda forma de sectarismo religioso e eliminou a necessidade de pertencer a uma determinada Igreja para se ter acesso aos ensinamentos encontrados na Bíblia. Além disso, é narrado que, quando a Igreja Anglicana, à qual os metodistas pertenciam, impediu os pregadores *wesleyanos* de falar, Wesley usou uma frase que se tornou um moto do movimento Metodista: “O mundo é a minha paróquia” (BUYERS, 1965).

Os pensamentos registrados no parágrafo anterior são traduzidos em ações significativas pela Pastoral Universitária do Unicentro Izabela Hendrix. Esse órgão, longe de exigir das pessoas que constituem a comunidade na qual atuam, que pertençam à Igreja que ele representa, tem olhado a sociedade do município onde essa organização educacional está instalada, como uma extensão da sua própria paróquia, independentemente de ser outra a religião dominante entre seus membros. Tem, também, procurado influenciar o poder público constituído, através da apresentação de propostas concretas e exequíveis, em defesa da causa social.

Seguindo o Inciso 2 das Diretrizes para as Pastorais Escolares e Universitárias, que deixa claro ser esperado que esse departamento se perceba como “comunidade missionária a serviço do povo”, a Pastoral Universitária do Unicentro Izabela Hendrix procurara a direção geral da instituição para discutir a utilização do espaço físico da escola pesquisada, em seus horários ociosos, por um projeto que contemplasse alunos da rede pública de ensino do Município.

Enquanto o projeto estava sendo analisado pela administração, uma equipe de assistentes sociais da Secretaria Municipal de Ação Social de Nova Lima, realizou uma visita técnica, para apresentar a política social da Prefeitura a que estavam subordinadas e explicar a iniciativa, que partira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de buscar parcerias com as empresas instaladas naquela região.

Nessa reunião, a direção do Unicentro Izabela Hendrix, representada pelo seu Vice-reitor, Professor Edson Gomes Travassos, vislumbrou o campo para a aplicação do projeto idealizado pelo Pastor Edésio de Oliveira Rocha, Agente da Pastoral, reconhecendo uma forma de poder colocar em prática, imediatamente, os conceitos de promoção e responsabilidade social, característicos do terceiro setor, cuja atuação está intimamente relacionada com a doutrina metodista professada pela organização pesquisada: a parceria entre uma instituição educacional confessional privada e o setor público, como forma de contribuir com programas de inclusão. Nascia, assim, o Projeto Empresa Cidadã.

4.4.2 Os papéis das partes envolvidas no projeto pesquisado

O Projeto Empresa Cidadã – que transformou-se no estudo de caso aqui apresentado – é consequência da nova visão do empresariado mineiro, que entende a necessidade de dar retorno social para a comunidade na qual está inserindo, participando da soma de esforços para a melhoria da qualidade de vida dos seus semelhantes.

A parceria foi celebrada entre dois grupos: um deles, de caráter político-social, foi composto pela Secretaria Municipal de Ação Social de Nova Lima, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Lima. No outro, estiveram reunidos os atores da área da educação – o Unicentro Metodista Izabela Hendrix e as Escolas Públicas Estaduais de Nova Lima.

Os primeiros objetivos do Projeto foram estabelecidos como sendo iniciar adolescentes na faixa etária de 13 a 17 anos, residentes em Nova Lima, selecionados conforme critérios estabelecidos pelos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente, no aprendizado do uso do computador e da Internet, como ferramentas de inclusão e promoção social, e despertar, nesses adolescentes, a consciência da sua própria responsabilidade social e do seu papel de multiplicadores na comunidade onde vivem.

O Laboratório de Informática do Unicentro Izabela Hendrix, Campus Nova Lima, foi preparado para atender 24 (vinte e quatro) jovens, às terças e quintas-feiras, de 14:00 às 17:00 horas, ficando sob responsabilidade dessa instituição de ensino disponibilizar um professor, de dois monitores, de material para as aulas e o oferecimento de um lanche – sanduíches e sucos – durante o intervalo entre dois módulos de aula, com duração de uma hora e quinze minutos cada.

A Prefeitura Municipal de Nova Lima disponibilizou o transporte para os alunos e um Conselheiro Tutelar foi designado para acompanhar o desenvolvimento do grupo e analisar, juntamente com os representantes do Conselho Municipal e da direção do Unicentro Izabela Hendrix, as atividades do Projeto Empresa Cidadã.

4.4.3 A implementação das atividades escolares idealizadas para o Projeto Empresa Cidadã

Para viabilizar o Projeto Empresa Cidadã e implementar as suas atividades nas instalações do Unicentro Izabela Hendrix, o primeiro passo dado pela Secretaria Municipal de Ação Social foi a utilização do diagnóstico feito no início da administração da atual Prefeitura, utilizando o perfil mencionado no item 4.3.2 deste trabalho, para identificar as instituições públicas de ensino que atendiam à população dos adolescentes na faixa etária apropriada para o projeto. No mês de agosto de 2001, a Secretaria de Ação Social fez a divulgação da trajetória pretendida para o Projeto Empresa Cidadã junto às direções administrativas e pedagógicas de 03 (três) escolas estaduais que apresentavam as características desejadas. Cada uma dessas diretorias ficou incumbida de selecionar 08 (oito) alunos, entre 13 e 17 anos de idade, para participarem do projeto promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em parceria com o Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista. Feita a seleção, que será detalhadamente discutida no Capítulo 5, os pais desses alunos foram convocados para uma reunião explicativa, realizada em 19 de setembro de 2001, sob a coordenação da Assistente Social Cláudia Fonseca Spakoski, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o objetivo de tornar os responsáveis pelos adolescentes cientes da parceria, e conseguir a autorização desses adultos

para a participação dos seus filhos e das suas filhas no grupo escolhido para integrar o Projeto Empresa Cidadã.

Enquanto a Secretaria Municipal de Ação Social tomava essas providências, a direção do Unicentro Izabela Hendrix e a Pastoral Universitária divulgavam o Projeto em sua própria instituição de ensino, negociando o lanche com a cantina do Campus Nova Lima – cujo fornecimento de lanches é terceirizado, e solicitando, entre os alunos e os professores, pessoas que desejassem trabalhar voluntariamente nas atividades de monitoria e nas aulas de informática, respectivamente. A resposta positiva foi imediata e, entre os alunos que se apresentaram, foram selecionados dois jovens do Curso de Direito, Jurandy Monteiro – 3º ano, e Soraya Batista – 1º ano, que auxiliaram o Técnico em Informática, Gustavo Diniz, na monitoria do Curso de Iniciação ao Uso do Computador. O Professor de Informática das turmas do Ensino Fundamental, Márcio Carneiro, foi o voluntário que se encarregou do planejamento e da execução do curso para os adolescentes de Nova Lima, utilizando a infraestrutura do Laboratório de Informática em seus momentos ociosos, às terças e quintas-feiras, de 14:00 às 17:00 horas.

A implantação do Projeto Empresa Cidadã veio como uma forma de resgate da percepção de John Wesley que, segundo assinala Lopes (2000, p. 85), “tinha a educação como um dos meios pelos quais as pessoas podiam superar a pobreza e aspirar a uma vida digna”.

No dia 02 de outubro de 2001, quando o Projeto foi entregue aos alunos das escolas públicas pelo Unicentro Izabela Hendrix, pela Pastoral Universitária e pelos representantes da Prefeitura Municipal de Nova Lima, todos participaram de uma celebração ecumênica em Ação de Graças, tendo a valorização do ser humano como tema central, o que vem enfatizar, mais uma vez, a estreita ligação existente entre a Igreja Metodista e a responsabilidade social, justificativa inicial do estudo de caso apresentado neste trabalho, cujos procedimentos serão detalhados no capítulo seguinte.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em conformidade com o pensamento de Minayo (2002, p. 42), o capítulo sobre os aspectos metodológicos empregados na pesquisa, “mais do que uma descrição formal dos métodos e técnicas utilizadas, indica as opções e a leitura operacional que a pesquisadora fez do quadro teórico”.

5.1 Perspectivas do Estudo

Demo (1991) salienta que, em um primeiro momento da sua tarefa de descobrir e criar, o cientista precisa questionar crítica e criativamente, e deve valorizar, de forma teórica e prática, a intervenção competente na realidade. Alerta para essa advertência, a pesquisadora utilizou-se de questões investigativas sobre a realidade observada, para vincular pensamentos a ações, com a consciência de que há que se focalizar o campo da pesquisa como mais do que apenas o teatro da confirmação do que já se acredita saber, mas que é necessária uma postura que permita percebê-lo como uma possibilidade de novas revelações.

Dada a natureza complexa da investigação científica, e de não existir apenas um modo dela ser feita, o raciocínio da pesquisadora deixa transparecer a evidência da utilização da metodologia dialética de Hegel, quando da interpretação dinâmica da realidade, sendo os fatos considerados como pertencentes a um contexto sócio-político-econômico (GIL, 1999). Também faz-se presente a fenomenologia, conforme proposta por Husserl, pois, segundo Gil (1999) e Triviños (1992), a realidade não é única, posto que existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações.

Com a preocupação de que esta pesquisa fosse dotada de qualidade política e qualidade formal (Demo, 1999), o modo como a metodologia foi tratada neste trabalho inclui as concepções teóricas da abordagem, o instrumental técnico que possibilita a reconstrução da realidade pesquisada e o potencial criativo da pesquisadora, elemento responsável pelo diálogo crítico com a realidade, apresentando, como resultado, construção de conhecimento.

Porque, como assinala Silva (2001, p. 20), este estudo envolve verdades e interesses locais e possui objetivos que estão relacionados com a geração de “conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”, a investigação pode ser classificada como pesquisa aplicada.

O problema foi abordado de forma qualitativa, o que justifica-se pelo fato de que este estudo considera que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Silva (2001, p. 20) explica a existência de “um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e o subjetivo do sujeito, que não pode ser traduzido em números”.

É, também, Silva (2001, p. 20), que elucida:

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. Processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A escolha da classificação é validada pela explicação de Spencer (1993), que contempla o que esse tipo de pesquisa, a qualitativa, oferece, ou seja, a oportunidade para que as pessoas revelem seus sentimentos, assim como a complexidade e a intensidade dos mesmos, além de que são fatores reconhecidamente importantes: o modo como as pessoas falam sobre as suas vidas, a linguagem que usam e as conexões que realizam, reveladoras que são de como o mundo é percebido por elas.

Ainda sobre as características da abordagem qualitativa, Ullmann (1993) oferece a seguinte contribuição:

A pesquisa qualitativa pode ser particularmente útil em situações em que variáveis relevantes e/ou seus efeitos não são aparentes ou quando o número de sujeitos e/ou dados obtidos são insuficientes para análise estatística. Na pesquisa qualitativa, os sujeitos podem variar em tamanho – de um indivíduo até grandes grupos – e o foco do estudo pode variar de uma ação particular de uma pessoa ou pequeno grupo para a função de uma complexa instituição. Os investigadores estão preocupados com as crenças, motivações e ações das pessoas, organizações e instituições.

Tomando-se como referência os objetivos deste trabalho de pesquisa, ele pode ser considerado, conforme classificação de Gil (1999), do tipo descritivo-exploratório, pois, ao mesmo tempo em que visa descrever as características de determinada população e estabelecer relações entre variáveis, envolvendo técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e observação, também envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com as pessoas que fazem parte do problema pesquisado e analisa exemplos que estimulam a compreensão, de forma a proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo explícito ou para construir hipóteses (SILVA, 2001). A pouca quantidade de material de estudo para o desenvolvimento da investigação foi um dos fatores que levou a pesquisadora a optar pela associação do trabalho descritivo a uma exploração que lhe permitisse descrever a

realidade, além de fazer levantamento de outros possíveis problemas de pesquisa (TRIVIÑOS, 1992).

Sendo intenção desta investigação a análise de uma unidade organizacional específica, ela é caracterizada como um estudo de caso, procedimento técnico que, conforme idéia advogada por Bruyne e colaboradores (1977), permite o estudo de um ou poucos objetos e de casos particulares, para conhecimento detalhado de uma organização. Goldenberg (1997), assinala que esse tipo de pesquisa tem por característica a coleta e o registro de dados de um caso particular, com vistas a apreender a totalidade da situação, e com o objetivo de avaliá-la analiticamente. É um processo através do qual supõe-se ser possível adquirir conhecimento sobre o fenômeno estudado a partir de sua exploração, reunindo informações detalhadas, a fim de serem compreendidos elementos complexos de um caso concreto.

A esse procedimento, a pesquisadora associou a pesquisa documental, uma vez que foram coletados dados, registros oficiais, documentos históricos e outros materiais que, para este estudo de caso, dispensavam o tratamento analítico.

Como lembra Lévi-Strauss (1980, p. 215), “numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma grande parte de sua observação”. Tal relação está presente nesta pesquisa, uma vez que ela “lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o pesquisador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos” (MINAYO, 2002, p. 14). O comprometimento solidário que ocorre entre a pesquisadora e os participantes do Projeto Empresa Cidadã, aqui investigado, será discutido posteriormente.

Por ser um estudo de caso, nesta pesquisa não há apenas a descrição dos fatos estudados, mas é feita, também, uma análise interpretativa dos eventos e de suas variáveis, na busca da compreensão e da classificação dos processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Segundo o pensamento de Richardson (1999), estes são elementos indicativos da predominância da abordagem qualitativa, que, desenvolvida a partir da interação entre a pesquisadora e os membros da situação investigada, está associada ao fato de que, conforme aponta Silva (2001, p. 22), “os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Devido ao carácter multifacetado das pesquisas qualitativas de natureza aplicada, como esta é, as etapas da investigação, revistas a seguir, não se resumiram a um só tipo de procedimento, havendo emprego de técnicas de ação participativa associadas.

5.2 Do Processo Investigativo: os Ciclos da Pesquisa

Bastante pertinente é a colocação de Minayo (2002, p. 25), ao contrastar a concepção das artes, geradas pela inspiração, com a criação da pesquisa, que “é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói em ritmo próprio e particular”.

Esse processo de pesquisa é descrito por Minayo (2002, p. 26) como aquele que – longe de ser formado por etapas estáticas, limitadas por si mesmas – apresenta o dinamismo percebido em um espiral, cujas voltas se complementam a cada ciclo e que, delimitadas no tempo por um cronograma, integram os diferentes planos do espiral. Dessa forma, o início, calcado em um problema ou em uma pergunta, se desenvolve através da construção teórico-histórica, terminando com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações, permitindo que a produção de conhecimentos não se feche, mas que continue a oferecer condições para a continuação do trabalho investigativo da academia.

A pesquisadora destinou o primeiro plano desse processo espiralar à uma reflexão sobre o objeto, sobre os pressupostos, sobre que metodologia seria a mais apropriada para dar conta das teorias envolvidas na investigação e sobre como operacionalizar o trabalho de campo. Em linhas gerais, nessa fase foi construído o projeto da pesquisa e foram desenvolvidos os seus aspectos exploratórios.

O trabalho de campo, a combinar observações, entrevistas, levantamento de documentos oficiais e institucionais e bibliografia, fez-se importante por seu carácter de ação empírica. Já na última fase, o foco da pesquisadora foi o tratamento do material recolhido no trabalho de campo, tendo – na ordenação do material, na sua classificação e na análise dos dados – um modo de confrontar a abordagem teórica com as contribuições obtidas no recorte prático presente no segundo ciclo do seu processo investigativo.

5.3 O Espaço e a População da Pesquisa

Tanto o espaço quanto a população da pesquisa foram escolhidos em razão da implantação do Projeto Empresa Cidadã, uma parceria entre o Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista e a Secretaria Municipal de Ação Social de Nova Lima, implementado como resposta à busca dos representantes do Conselho Municipal daquele município por empresas, cujo grau de consciência sobre responsabilidade social fosse suficiente para sensibilizá-las a atuarem como voluntárias em ação social, o que coincidia com o perfil do próprio Unicentro onde foi desenvolvida a investigação aqui apresentada.

5.3.1 O espaço da realização pesquisa

O espaço físico foi subdividido nas seguintes áreas:

- Em um primeiro momento, as instalações do Campus Nova Lima do Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista, uma instituição educacional, cuja necessidade de oferecer atividades extracurriculares a alunos das escolas públicas do município onde está localizada, resultou da consciência da importância do serviço civil voluntário, prática aprendida com o fundador de um movimento na Inglaterra do século XVIII, movimento esse que veio a tornar-se a Igreja Metodista, mantenedora da instituição pesquisada.
- Paralelamente, o espaço é representado, também, por três escolas públicas estaduais com funcionamento na cidade de Nova Lima, Minas Gerais, que foram selecionadas para o projeto Empresa Cidadã, pela Secretaria Municipal de Ação Social, com base no 1º Diagnóstico Municipal da Criança e do Adolescente. São elas: Escola Estadual Augusto de Lima, Escola Estadual George Chalmers e Escola Estadual João Felipe da Rocha.
- O terceiro plano do espiral investigativo descrito na sessão anterior, foi a combinação dos espaços físicos mencionados acima, unidos pelo ponto comum entre si: o município de Nova Lima.

Esses espaços nos quais ocorreu a parceria pesquisada, parte de um programa voluntário social de inclusão, podem ser assim descritos:

O Unicentro Izabela Hendrix é uma instituição que visa atender aos objetivos de inclusão social da região, tendo uma estrutura que conta com dois *campi*, a saber, o Campus Central –

em Belo Horizonte, oferecendo toda a educação básica e quatro cursos de educação superior, e o Campus Nova Lima – na micro região metropolitana da capital mineira, que oferece educação superior, sob a forma de quatro cursos de graduação, dois seqüenciais, diversos cursos de pós-graduação *lato senso* e, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, o Mestrado em Engenharia de Produção, na modalidade presencial virtual.

As três escolas públicas, onde estudam os alunos que compuseram a primeira turma do Projeto Empresa Cidadã, fazem parte de um universo total de 05 (cinco) escolas públicas do Sistema Estadual de Ensino, com atividades em Nova Lima, que foram selecionadas por critérios próprios da Secretaria Municipal de Ação Social, cujos detalhes serão comentados no Capítulo 6, por ocasião das avaliações feitas por esta investigação.

Este trabalho de pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso diretamente ligado ao Unicentro Izabela Hendrix e à sua atuação como organização educacional, através da sua participação, como empresa cidadã, em um programa de inclusão, cujo viés mais evidente é o da consciência da responsabilidade social da instituição pesquisada, que se revela no comprometimento com uma contribuição prática.

Assim que tomou conhecimento da pesquisa qualitativa aqui apresentada, a Secretaria Municipal de Ação Social de Nova Lima tornou-se interessada em participar ativamente das investigações, colaborando com a apresentação imediata do material para a pesquisa documental, dos membros da sua equipe para as entrevistas, fazendo a ligação entre a pesquisadora e as direções das escolas envolvidas no Projeto Empresa Cidadã e buscando, juntamente com o Unicentro Izabela Hendrix, elementos avaliativos e norteadores para as ações em parcerias futuras.

5.3.2 A caracterização da população pesquisada

O universo da pesquisada foi selecionado de forma não-probabilística, racional, sendo uma amostra intencional, que privilegiou os indivíduos sociais com uma vinculação significativa para o problema a ser investigado. Segundo Pessoa (1999), a intencionalidade permite que o problema seja percebido sob diferentes perspectivas, de acordo com as características, os comportamentos ou as experiências das pessoas participantes da pesquisa. A seleção intencional foi facilitada por haver, por parte da pesquisadora, um conhecimento considerável da população e do subgrupo selecionado, uma vez que ela mesma está inserida na organização que solicitou o estudo de caso.

Além disso, devido ao seu posto de trabalho nessa instituição, a pesquisadora participou dos contatos da Pastoral Universitária do Unicentro Izabela Hendrix – que idealizou o Projeto Empresa Cidadã – e do setor administrativo dessa mesma organização educacional com as assistentes sociais representantes da Secretaria Municipal de Ação Social e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Nova Lima – que buscaram a parceria, nas reuniões com os adultos responsáveis pelos alunos do grupo selecionado e com os próprios alunos, que compõem o subgrupo da população.

Um outro subgrupo atuou paralelamente aos alunos participantes, totalmente disponíveis para entrevistas formais, contatos informais e ajuda sistematizada: as três diretoras das três escolas públicas estaduais que foram escolhidas para participarem do Projeto e as assistentes sociais lotadas na Secretaria Municipal de Ação Social de Nova Lima, que foram elementos de conexão que permitiu que a comunicação entre os sujeitos pudesse ser estabelecida.

Ainda que a pesquisa qualitativa não se baseie no critério numérico para garantir sua representatividade (Minayo, 2002), a quantidade de sujeitos selecionados para a primeira turma do Projeto Empresa Cidadã, ou seja, o subgrupo da população pesquisada, composto de um total de 24 (vinte e quatro) sujeitos, viabilizou a observação participante direta da pesquisadora sobre a totalidade dos seus indivíduos, o que acrescenta aos resultados um grau significativo de confiabilidade e, por ser uma amostra representativa, existe maior possibilidade de serem feitas generalizações sobre as descobertas.

5.4 Os Procedimentos Técnicos da Investigação

A definição dos instrumentos a serem utilizados na pesquisa e dos procedimentos para a análise dos dados foi regida pela opção primeira da pesquisadora: a elaboração de um estudo de caso através de uma pesquisa qualitativa.

5.4.1 A abordagem qualitativa e sua implicação para a coleta e a análise dos dados

O pesquisador que faz a opção por utilizar-se de uma abordagem qualitativa busca uma compreensão subjetiva da experiência humana e trabalha com o caráter epistemológico da pesquisa. Os dados coletados são descrições de pessoas, situações, acontecimentos e vivências, e a análise dos dados coletados não está centrada nas evidências, mas sim na compreensão do problema.

Sendo assim, “o processo e o seu significado são os focos principais da abordagem”, o que dispensa o uso de métodos e técnicas estatísticas na interpretação dos fenômenos e na atribuição de significados básicos da pesquisa, na qual “o ambiente natural é a fonte direta e o pesquisador é o instrumento-chave” (SILVA, 2001, p. 20).

5.4.2 A coleta de dados

Sendo uma investigação qualitativa, este estudo de caso comporta aspectos multimetodológicos, que, por sua vez, oferecem diversos procedimentos técnicos para a coleta de dados pelo pesquisador, que baseou cada uma das suas escolhas nos objetivos que pretendia atingir.

Foi empregada a triangulação intramétodo que, segundo Jick (1979), consiste no uso de três técnicas, combinadas, para a coleta de dados: a observação, a entrevista e a pesquisa documental.

A primeira dessas técnicas a ser utilizada pela pesquisadora ocorreu quando, nos meses de setembro e outubro de 2001, ela examinou, *in loco* e pela *Internet*, uma série de documentos históricos originais, pertencentes tanto à Igreja Metodista quanto ao Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista e ao Arquivo Histórico do Município de Nova Lima. Foram feitas fotocópias, anotações, e foram impressos os textos utilizados como fontes de consulta sobre os aspectos histórico-geográficos necessários para a contextualização do problema. Tais dados secundários foram complementados com os resultados da investigação dos elementos da política de ação social da Prefeitura Municipal de Nova Lima que entram em consonância com o Credo Social da Igreja Metodista e com as diretrizes para a atuação da Pastoral Universitária nas instituições metodistas de ensino. Fica caracterizada, assim, a pesquisa documental realizada neste trabalho.

A segunda forma de coleta de dados foi uma pesquisa-ação, que aconteceu com a estreita colaboração das assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Nova Lima, dos diretores das escolas participantes do Projeto Empresa Cidadã, e dos alunos do projeto estudado, através de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, assim como de questionários com perguntas abertas e fechadas, cujos modelos podem ser encontrados nos Apêndices B e D, ao final deste trabalho. As entrevistas, segundo Richardson et al (1999), são importantes na medida em que permitem o desenvolvimento de laços de relacionamento entre as pessoas. Nesta pesquisa, elas foram elaboradas de forma que permitissem a expressão espontânea dos sujeitos, o que vem a ser um meio mais apropriado para se chegar a informações sobre assuntos complexos e

movidos pela emoção humana. As entrevistas encontram-se gravadas em fitas de vídeo e estão arquivadas na videoteca da Universidade Virtual do Unicentro Izabela Hendrix, à disposição dos interessados para consultas. Para que o conteúdo das respostas dadas às entrevistas e aos questionários pudesse ser divulgado, a pesquisadora pediu permissão por escrito aos entrevistados. Os modelos da solicitação encontram-se no Apêndice A e no Apêndice C desta investigação.

Nas respostas às perguntas que foram feitas aos indivíduos do subgrupo, no primeiro dia de contato deles com o Projeto Empresa Cidadã, a pesquisadora buscou obter dados primários ou informações sobre o que os indivíduos do subgrupo sabiam, sentiam, desejavam, pretendiam fazer ou esperavam que fosse feito a respeito de alguns itens essenciais, tais como o projeto em si, a seleção dos participantes e o desenvolvimento das atividades propostas pelo Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Nova Lima. Após o período de duração das atividades da parceria com a primeira turma, buscou-se o mesmo tipo de informação com os diretores das escolas convidadas para participar do Empresa Cidadã.

As entrevistas com a Pastoral Universitária e com a administração geral do Unicentro Izabela Hendrix foram conversas informais ao longo do projeto, sempre alimentadas por perguntas abertas, que oferecem maior liberdade às respostas dos indivíduos, mas estruturadas com duas visões que, conforme Hoch (1999), são necessárias para quem quer compreender os eventos vivenciados e intervir no futuro: a avaliação, *como foram*, e as reflexões – *como são, como podem ser e como devem ser*.

A pesquisadora colocou em prática, então, a técnica de observação do subgrupo, sendo que a relevância da escolha da observação participante pode ser explicada por Minayo (2002, p. 59-60):

A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma verdade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

Em alguns momentos, a observação foi realizada com distanciamento; em outras ocasiões, a pesquisadora atuou como participante plena; constantemente com a elaboração de notas escritas para análise posterior. Vale ser mencionado que esses conceitos de distanciamento e de inserção da pesquisadora, em relação à população estudada e ao seu campo de pesquisa, contudo, só são utilizados para fins de análise, pois, na realidade, nenhuma das duas situações ocorre puramente.

Diferentemente da análise documental ou da entrevista estruturada, é na observação participante que a pesquisadora, em um processo no qual ela tanto pode modificar quanto ser modificada pelo situação em que se encontra, é “parte do contexto da observação e estabelece uma relação face a face com os observados” (MINAYO, 2002, p. 60).

5.4.3 A análise dos dados

Contemplando a abordagem qualitativa empregada neste estudo de caso, a pesquisadora descreveu e interpretou dos dados obtidos.

Os elementos primários, aqueles coletados através das entrevistas, procedimento que permite a obtenção de dados objetivos e subjetivos, foram analisados a partir do conteúdo, indicado por Triviños (1992), como sendo de utilidade para decifrar o que está manifesto ou latente nas mensagens orais e escritas.

A análise do conteúdo das entrevistas e das anotações geradas pela observação participante detectou indicadores que permitiram inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens e que tornaram-se a base de dados que confirmaram onde houve clareza na compreensão dos propósitos e nos procedimentos de consolidação das fases do Projeto Empresa Cidadã, que refutaram atuações inadequadas (que podem ter interferido no projeto em relação à sua idéia original) e que ampliaram as perspectivas inicialmente planejadas na parceria estabelecida entre o Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista e a Secretaria Municipal de Ação Social de Nova Lima.

As fontes secundárias de informação, registros históricos e outros, ofereceram dados objetivos e foram registrados a partir da análise documental, que, segundo Bruyne et al (1977), permite que o pesquisador identifique, em documentos, elementos que forneçam informações relevantes ao objeto de estudo.

A análise do conteúdo dos documentos obtidos no Arquivo Histórico e na Secretaria Municipal de Ação Social de Nova Lima, da documentação da Igreja Metodista e demais itens dos acervos consultados, levou a pesquisadora a estabelecer:

- correlação entre a época do surgimento do movimento metodista na Inglaterra e a da povoação da área onde hoje se encontra o município de Nova Lima, ambas o século XVIII;

- um paralelo entre a situação econômica desses dois locais e a situação das respectivas sociedades, em um mesmo momento histórico, ainda que em hemisférios geográficos diferentes;
- o nível de reciprocidade existente entre a responsabilidade social pregada por John Wesley, fundador do metodismo, o reflexo dessa crença na atuação do Unicentro Izabela Hendrix da Igreja Metodista, já no século XXI, as atividades da Prefeitura Municipal de Nova Lima, através da sua Secretaria Municipal de Ação Social e a parceria para o Projeto Empresa Cidadã, aqui pesquisado.

As descrições e interpretações das informações primárias e secundárias, cujos conteúdos foram analisados e categorizados no contexto das atividades da parceria que inseriu o Unicentro Izabela Hendrix, uma instituição não-pública de ensino, em um programa público de inclusão social, foram viabilizadas através dos procedimentos de campo apresentados a seguir.

5.5 Procedimentos de Campo

Tendo como referência a abordagem de pesquisa empregada no presente trabalho, pode ser ressaltada, em concordância com Minayo (2002, p. 51), que:

Na pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo.

Com base em Minayo (2002), “concebemos campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”.

5.5.1 A entrada no campo

A aproximação com os grupos estudados, que poderia ter sido um obstáculo no percurso da investigação, foi facilitada, pelo que a pesquisadora atribui a dois fatores: ela mesma ser parte da comunidade do Unicentro Izabela Hendrix e a vontade política manifesta que tornou-se fator motivacional para todos os objetos desse estudo.

Desde o início, foi explicada, ao subgrupo pesquisado, a importância do papel que teria na investigação e que benefícios poderiam advir dos resultados obtidos. Uma relação na qual

estava presente respeito pelos objetos, em vez de uma postura simplesmente assistencialista, resultou em laços de afetividade entre a pesquisadora e o subgrupo pesquisado, o que permitiu que a pesquisa fosse realizada sem constrangimentos, gerando depoimentos genuínos e o comprometimento de todos os envolvidos com a viabilização da própria parceria entre público e privado e da investigação sobre seus resultados.

5.5.2 A análise documental

Como explicado anteriormente, a fase de coleta de dados sócio-histórico-geográficos ocorreu nos meses de setembro e outubro de 2001. Foi realizada a partir de visitas ao Centro de Extensão e Cultura do Unicentro Izabela Hendrix, localizado no Campus Central, que abriga um setor de documentos diretamente ligados à Igreja Metodista e referentes à memória da instituição, com dados sobre fatos que vêm desde a sua fundação, em 1904.

A pesquisadora atualizou-se por meio da página mantida por essa Igreja na Internet e através de trabalhos de pesquisa científica, recém publicados pelas universidades metodistas de São Paulo e de Piracicaba, UMESP e UNIMEP, respectivamente, versando sobre as instituições que oferecem educação metodista no Brasil.

5.5.3 As entrevistas

Longe de ser uma conversa neutra, o uso das entrevistas pela pesquisadora objetivou a obtenção de informações que contivessem, além dos dados objetivos, *transparentes*, a possibilidade de uma leitura dos aspectos subjetivos, aqueles que *deixassem transparecer* valores, atitudes e opiniões dos sujeitos-objetos entrevistados.

As entrevistas aconteceram em momentos pré-agendados. No caso da população da Pastoral Universitária, da administração do Unicentro Izabela Hendrix e da Secretaria Municipal de Ação Social, o contato foi estabelecido pela própria pesquisadora, que deslocou-se para o local de trabalho de cada um destes elementos do Projeto. O agendamento com o subgrupo foi feito pela administração do Unicentro Izabela Hendrix junto ao Conselheiro Tutelar que acompanhava os pesquisados, sendo que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Lima foi o responsável pelos encontros da pesquisadora com as diretorias das três escolas participantes, o que aconteceu no ambiente físico de cada

uma dessas instituições, as Escolas Estaduais Augusto de Lima, George Chalmers e João Felipe da Rocha.

Tanto nas entrevistas escritas – com adultos e alunos, assim como nas orais – gravadas em vídeo apenas com os alunos, houve um primeiro momento para a exposição do objetivo da realização do trabalho, quando também foram solicitados dados de identificação do entrevistado: nome, instituição a que pertencia, a idade do aluno e a série que cursava, no caso dos adolescentes, ou dados sobre o cargo ocupado, quando o entrevistado era um adulto.

No primeiro dia dos trabalhos do Projeto Empresa Cidadã, com a turma do subgrupo de adolescentes já no Laboratório de Informática do Unicentro Izabela Hendrix, os vinte e quatro alunos das escolas públicas estaduais de Nova Lima, selecionados pelas respectivas diretorias de cada escola, foram entrevistados pela pesquisadora, através de questionário.

Durante os meses de outubro e novembro, período de realização do projeto pesquisado, o coordenador técnico do Laboratório de Ensino a Distância da instituição pesquisada fez entrevistas registradas com imagem e som, com gravações em fitas de vídeo cassette.

As diretorias das escolas públicas, por outro lado, foram entrevistadas apenas pela pesquisadora somente no final do projeto.

As entrevistas foram realizadas com uma articulação entre um roteiro previamente estabelecido e a flexibilidade necessária para que algumas questões pudessem ser mais amplamente exploradas – como ocorre nas entrevistas abertas. A construção do questionário (reproduzido no Apêndice B) seguiu as recomendações de Young e Lundberg (*apud* PESSOA, 1999), que aconselham cuidados especiais na elaboração das perguntas, para que sejam relacionadas apenas com os objetivos da pesquisa, favoreçam a honestidade das respostas, sejam construídas em blocos temáticos, para que cada pergunta focalize apenas uma questão a ser respondida pelo informante e para que a linguagem, acessível à média da população pesquisada, seja clara, direta e isenta de sentidos dúbios ou sugestões e induções às respostas.

A entrevista inicial foi composta de perguntas fechadas que estavam sempre associadas às abertas, para serem respondidas por escrito pelo informante. As entrevistas que ocorreram durante o Projeto, como já foi pontuamos, foram gravadas em fitas de vídeo cassette.

O subgrupo de alunos foi entrevistado tanto de forma coletiva quanto individual, enquanto as diretorias das escolas foram entrevistadas apenas individualmente.

5.5.4 A observação

O contato direto da pesquisadora com o fenômeno estudado, “para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (MINAYO, 2002, p. 59), fez a observação ser reconhecida como sendo do tipo participante. Já a sua abordagem foi assistemática, pois dispensou um planejamento ou controle previamente planejado.

As questões centrais da observação participante relacionaram-se com os principais momentos da realização da pesquisa. As capacidades de empatia da observadora com os observados e a aceitação dela pelo grupo foram fatores decisivos para o desenvolvimento da investigação, assim como a consciência da pesquisadora de que a sua entrada em campo não se prestaria simplesmente para confirmar fatos conhecidos, mas que deveria desenvolver percepções, objetivando a captação de novos elementos.

Foi por intermédio do trabalho de campo, portanto, que a pesquisadora pôde dialogar com a realidade representada pelas pessoas ou grupos que se tornaram objeto deste estudo. Isso foi possível a partir da construção da fundamentação teórica da pesquisa, da escolha dos instrumentos a serem utilizados e da delimitação do espaço da investigação, palco de intersubjetividade e dinâmica social interativa entre a pesquisadora e grupos estudados, cujos resultados, visando à geração de novos conhecimentos, serão discutidos no Capítulo 6.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, a pesquisadora apresenta a análise e a interpretação dos dados obtidos durante a investigação, revisitando os campos de conhecimento introduzidos nos capítulos 2 e 3, neste trabalho, e o campo de aplicação descrito no capítulo 4, conforme a metodologia indicada no capítulo 5.

A comprovação dos resultados aqui discutidos é feita através da transcrição de trechos dos relatórios escritos, das entrevistas e dos questionários utilizados, que sejam relevantes para os dados constatados.

6.1 Atores e Cenário da Parceria: o Unicentro Izabela Hendrix e a Prefeitura de Nova Lima, em uma Colaboração Pioneira

A solidariedade, a justiça social, a liberdade, a igualdade, o pluralismo e a democracia são valores inerentes da doutrina da Igreja Metodista e configuram parte das atribuições da Pastoral de Escolas e Universidades dessa organização religiosa (BARBIERI, 1983). Aliando esse pensamento wesleyano à possibilidade de revertê-lo para a prática e inspirado nos programas do Ano Internacional dos Voluntários, o Agente da Pastoral Universitária do Instituto Metodista Izabela Hendrix, Campus Nova Lima, idealizou um projeto de investimento na área social, que foi apresentado à reitoria e por ela aprovado. A intenção, apresentada pelo Pastor Edésio de Oliveira Rocha em seu planejamento, era o aproveitamento do espaço dos laboratórios de informática do Campus Nova Lima, ocioso na período da tarde, quando não são ministradas aulas regulares na instituição, e convocar voluntários para criarem e ministrarem um curso de iniciação no uso das ferramentas tecnológicas para alunos das escolas públicas do município de Nova Lima.

Na íntegra, a introdução do Projeto Social da Pastoral elaborado pelo Pastor Edésio é a seguinte:

Sabemos que nem todas as pessoas têm acesso ao conhecimento; que um número pequeno de Escolas da Rede Pública tem computadores; que no Município de Nova Lima existem crianças e adolescentes em situação sócio-econômica precária, que necessitam do aprendizado da comunicação. Assim, respondendo ao apelo do Ano Internacional dos Voluntários, conscientes de que esta iniciativa beneficiará pessoas, mesmo que o grupo seja limitado, nossa proposta é iniciar crianças e adolescentes de escola públicas no município de Nova Lima no aprendizado e no uso do computador e da Internet.

Neste estágio, o Unicentro Izabela Hendrix adquiriu uma característica inédita: adotou uma posição pro-ativa ao ter a iniciativa de querer encontrar caminhos para contribuir com soluções para os problemas da sociedade (MARTINELLI, in Ioschpe, 2000).

Na mesma época, o início do segundo semestre de 2000, representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Lima visitaram o Unicentro Izabela Hendrix para apresentar os resultados de suas expectativas no campo das parcerias. A visita fez parte de um programa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Ação Social do município, com o intuito de alargar a visão da sociedade para as possibilidades de ajuda do setor privado ao setor público, sem a necessidade de doações ou de altos investimentos financeiros, pois a política social da Prefeitura Municipal de Nova Lima, concordando com Kanitz (2002), defende que “é um grave erro equacionar todos os problemas como sendo simplesmente econômicos e dependentes de mais dinheiro”. Tal fato foi inferido pela pesquisadora, a partir do texto recebido da Assistente Social Cláudia Fonseca Spakoski, que, assim, explicita a missão da Secretaria Municipal de Ação Social:

Gerir e implementar a Política de Assistência Social, em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS Lei Nº 8742/93, destinada à população novalimense em condições de vulnerabilidade sócio-econômica; constituir, bem como publicar uma rede de serviços e programas de proteção, promoção e inserção, que assegurem os mínimos sociais dos usuários, de forma articulada com as demais políticas públicas, rompendo com o paradigma assistência social = assistencialismo, alcançando o desenvolvimento do potencial humano do munícipe e acabando com o círculo vicioso da miséria para atingir o ciclo virtuoso da promoção social, trabalhando na transição do bem estar social, do conforto, do comodismo, e do imediatismo, para a ação social, entendida como agir, conquistar, crescer e alcançar a cidadania.

O projeto da Pastoral foi apresentado aos visitantes que, imediatamente, o acolheram, explicando que a iniciativa do Izabela Hendrix preenchia uma lacuna existente no planejamento anual da Secretaria Municipal de Ação Social, que necessitava de ação significativa, de cunho parcial ou totalmente profissionalizante, para munícipes na faixa etária de 13 a 17 anos.

A pesquisadora reconheceu a necessidade de esclarecer quais antecedentes sociopolíticos haviam determinado as ações dos agentes da Prefeitura novalimense. Em reunião na Secretaria de Ação Social do município, foram entrevistadas a Secretária de Ação Social de Nova Lima, senhora Mônica Perez Grant dos Santos, e a Assistente Social Cláudia Fonseca Spakoski, que explicaram os passos da ação orientada para o alcance da cidadania pelas populações de risco da região.

O primeiro deles, atribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi um diagnóstico quantitativo para levantamento dos dados das necessidades da população e do que já era oferecido na região, em termos de instalações físicas e recursos humanos, para atendimento a crianças e adolescentes. A partir dos resultados encontrados, as entidades públicas com o perfil desejado foram cadastradas pela Secretaria, para que pudesse haver maior efetividade na distribuição de recursos e fossem criados projetos que realmente as atendessem. Seguiu-se uma análise qualitativa, realizada com a ajuda do Conselho Municipal e do Conselho Tutelar, aos quais coube fazer correlação entre o que já havia no município e as necessidades da comunidade foco. Vencida essa etapa, os membros dos referidos conselhos foram a campo, para estabelecer contatos como aquele do qual resultou a parceria pesquisada neste estudo de caso, considerada pela Secretária Municipal de Ação Social, como iniciativa pioneira, pois a resposta do Izabela Hendrix foi a primeira ação concreta relacionada com as aspirações da Prefeitura de Nova Lima.

O Projeto Social da Pastoral Universitária recebeu o nome de Projeto Empresa Cidadã, o que nos remete a Martinelli (in Ioschpe, 2000), que conceitua um trabalho empresarial cidadão como aquele que oferece “uma visão inovadora para uma ação transformadora”, característica que se aplica ao caso estudado para o Unicentro Izabela Hendrix, um caso que pode ser comparado ao que Handy (1995, p.1) descreve como uma “cumplicidade com o seu entorno, evidenciada num programa de atuação comunitária”

Após o contato com o Unicentro Izabela Hendrix, a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou o Projeto Empresa Cidadã aos Conselho Tutelar, objetivando a sua aprovação e poder estimulá-los a constituir um Comitê Temático que acompanhasse o processo de implantação do Projeto junto ao Izabela Hendrix.

Em entrevista no dia 27 de setembro de 2001, a Assistente Social Cláudia Fonseca Spakoski relatou: “O interesse de todos os conselheiros em participar do projeto foi imediato! Foi aí que percebemos, pela disposição mostrada para acompanharem o trabalho, que ele nos satisfaria realmente. E nosso entusiasmo começou neste ponto”.

Os Conselheiros Tutelares da equipe a ser formada foram indicados por seu Presidente e a Comissão Temática se reuniu, já no dia seguinte à aprovação da proposta, tendo como pauta os critérios para adesão ao Projeto e a agenda de encontro com os diretores das escolas participantes e do parceiro, o Unicentro Izabela Hendrix.

A Comissão Temática elegeu as escolas para a sua seleção de alunos, baseando-se nos seguintes critérios, pré-estabelecido por eles mesmos: que a escola pública fosse estadual

(porque havia um projeto para as municipais), que tivesse computadores (para os alunos poderem fazer uso do seu novo conhecimento) e que oferecesse séries para alunos de 13 a 17 anos (o grupo com prioridade para ser atendido). As três escolas que se enquadraram nesses itens foram:

- Escola Estadual Augusto de Lima;
- Escola Estadual George Chalmers;
- Escola Estadual João Felipe da Rocha.

A Comissão Temática que entrou em contato com as diretorias das escolas públicas estaduais selecionadas revelou, em entrevista a esta pesquisadora, que foi “recebida de forma agradável, sendo possível perceber o entusiasmo de todos em acolher o Projeto Empresa Cidadã e disponibilizá-lo para o alunado”. Cientes dos critérios de seleção (ou assim pareciam estar), as diretorias “salientaram a importância da parceria da Prefeitura com uma empresa local” e ficaram responsáveis pela mobilização do corpo docente para a identificação dos 8 (oito) alunos em cada escola, totalizando 24 (vinte e quatro) adolescentes, para compor um grupo com o seguinte perfil:

- Ter entre 13 e 17 anos (por ser esta a faixa etária necessitando de um projeto específico para eles).
- Estar cursando série compatível com a idade (por ser um possível indicador de facilidade de aprendizagem).
- Mostrar capacidade de liderança (para se tornarem monitores nas respectivas escolas).
- Apresentar algum nível de responsabilidade social (para, em sua comunidade, tornarem-se agentes multiplicadores do que vivenciassem).
- Ter condição social que acene para a possibilidade de ascensão na sociedade (como diferencial para seu trabalho futuro de ajudar os mais necessitados a terem chance de crescimento).

O Vice-reitor do Unicentro Izabela Hendrix fez um contato com o Departamento de Informática, através do Professor Márcio Carneiro, para explicar o Projeto Empresa Cidadã e esse mesmo professor apresentou-se como voluntário, juntamente com o técnico em informática do Campus Nova Lima, Gustavo Diniz, para ministrar as aulas, que aconteceram às terças e quintas-feiras, de 14:00 às 17:00.

A Pastoral trabalhou, internamente, em uma campanha de sensibilização entre os alunos dos cursos de Administração e Direito do Izabela Hendrix – por serem cursos então existentes

no próprio Campus Nova Lima, buscando voluntários para atuarem como monitores junto à turma do Projeto Empresa Cidadã, durante os horários das aulas a serem ministradas no Unicentro. A resposta foi imediata e dois alunos do Curso de Direito foram selecionados para a tarefa, que desempenharam com satisfação. A pesquisadora observou, porém, que o comprometimento de um dos voluntários ainda trazia a marca da antiga forma de prestar assistência social, causando a impressão de que sua colaboração estava mais próxima de ser um favor do que uma doação, pois privilegiava os seus próprios horários e compromissos ao invés de estar junto ao grupo do Projeto Empresa Cidadã, do início do período até o final das atividades de todas as aulas.

Segundo Fischer & Falconer (2001), geralmente as ações de cunho social ficam prejudicadas com o absenteísmo e a impontualidade do voluntário. No caso específico deste estudo de caso, não houve prejuízo do todo, mas, algumas vezes, a dinâmica das aulas foi interrompida ou alterada por causa dessa atitude de um dos voluntários. O comportamento descrito leva à dedução da necessidade de ser estabelecida uma forma de gestão no programa de voluntariado, o que é sugerido por esses mesmos autores, com vistas a tornar o trabalho de todos os voluntários mais efetivo.

Quando esta investigação levou a pesquisadora a aprofundar-se no estudo da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre trabalho voluntário (Conselho da Comunidade Solidária, 2001), encontrou um Termo de Adesão ao Serviço Voluntário, cujo modelo – reproduzido no Anexo D desta pesquisa – pode vir a ser uma opção adequada para ajudar na formalização do tempo dedicado a este tipo de atividade, ainda não totalmente internalizada pela sociedade brasileira.

O modo como as articulações entre o Unicentro Izabela Hendrix e a Secretaria Municipal de Ação Social foram resultando em um positivo encadeamento de ações despertou o interesse da pesquisadora para uma investigação qualitativa, que permitisse estudar o tipo de influência que o Projeto teria na vida pessoal dos adolescentes nele inscritos e na organização voluntária.

Para concluir a primeira etapa do Projeto Empresa Cidadã, antes da sua implantação final, a Secretaria Municipal de Ação Social promoveu uma reunião com os pais dos alunos selecionados, acompanhados dos próprios alunos, a fim de que os passos seguintes fossem explicados e a sua adesão fosse manifestada através da assinatura de uma autorização dos responsáveis para cada pessoa selecionada poder ser inscrita no Projeto.

O primeiro encontro foi conduzido por assistentes sociais, com a presença, também, do Pastor Edésio Rocha e da pesquisadora, que atuou como observadora. A ansiedade por parte dos pais e dos seus filhos era visível, os primeiros mostrando-se preocupados com os detalhes do planejamento, enquanto os adolescentes, inquietos, manifestavam curiosidade sobre o projeto e sobre a sua inclusão nele.

A desconfiança inicial cedeu lugar ao entusiasmo de todos, a partir do momento em que a Pastoral assumiu a liderança e a população presente percebeu a intenção de fortalecimento da comunidade que acompanha a missão do Izabela Hendrix.

Daí em diante, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente restringiu-se a esclarecer dúvidas, na sua maioria, relacionadas com a operacionalização em geral, o que trouxe tranquilidade aos adultos. Ao final da reunião, estes concordaram em assinar o termo de adesão ao projeto, autorizando seus filhos a participarem dele.

Um outro ator de importância no Projeto Empresa Cidadã foi o Conselheiro Tutelar Luciano Robson Pereira, designado para acompanhar os alunos de Nova Lima nos momentos em que se tornassem alunos do Izabela Hendrix. A decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para que houvesse esse acompanhamento deu-se em função de uma referência internacional do Estatuto da Criança e do Adolescente que tem sido pouco aplicada na prática: a necessidade de que a figura do Conselheiro Tutelar se distancie da imagem punitiva com a qual é associado por estar ligado à lei que o cria. O objetivo da Secretaria Municipal de Ação Social tem sido valorizar a imagem conciliatória do Conselho Tutelar, usando a lei de forma educativa, deixando claro que ela só é aplicada depois de serem esgotados todos os recursos da educação.

A função do Conselheiro Tutelar junto aos alunos foi a de aproveitar o trajeto de ônibus para trabalhar com eles as idéias do Estatuto da Criança e do Adolescente, discutir direitos e deveres e fazer uma avaliação contínua do Projeto Empresa Cidadã. Um outro aspecto relevante da situação do transporte de ônibus especial é que este serviu para integração social entre moradores de bairros diferentes, entre o subgrupo feminino e o masculino, e pessoas de várias idades, desenvolvendo, entre os participantes, um sentido de unidade e equipe bastante importante para o desempenho positivo no trabalho.

Para dar início às atividades, o que aconteceu no dia 02 de outubro de 2001, a Pastoral Universitária organizou uma cerimônia de abertura que incluiu a entrega de pastas com material personalizado para cada aluno, para as assistentes sociais e para o Conselheiro

Tutelar e um Culto Ecumênico, cujo tema foi desenvolvido em torno das palavras de um dos cânticos escolhidos: “*Valorize o que você tem; você tem valor; você é alguém*”.

Já no laboratório de informática, após o impacto do novo ambiente e da acolhida pelo professor, pelo técnico de informática e pelos voluntários monitores, ocorreu a aplicação do questionário inicial (Apêndice B), um dos meios que a pesquisadora usou para obter dados qualitativos sobre aquela primeira turma do Projeto Empresa Cidadã, visando à geração de conhecimento que pudesse orientar as adequações que se fizessem necessárias para a melhoria dos procedimentos de todos os envolvidos ou que viesse a confirmar as linhas de ação adotadas.

6.1.1 A extensão inesperada

O cronograma inicial, negociado entre o Unicentro Izabela Hendrix, a Prefeitura de Nova Lima e as famílias dos alunos selecionados pelas escolas públicas, marcava o início do projeto Empresa Cidadã para o dia 02 de outubro de 2001 e previa o seu término para o dia 31 do mesmo mês, no mesmo ano.

As instituições envolvidas comprometeram-se a, durante esse período, repartir as suas responsabilidades da seguinte forma:

- Unicentro Izabela Hendrix: ceder espaço físico, 24 computadores, professores, alunos monitores, curso, material didático e lanche.
- Prefeitura de Nova Lima: fazer a divulgação do projeto, o contato com as escolas estaduais e com as famílias, oferecer transporte e garantir a presença de um Conselheiro Tutelar junto aos alunos.

No entanto, valores intangíveis foram sendo desenvolvidos ao longo do curso, entre eles a elevação da auto-estima dos participantes, motivada pela percepção de que a sua inclusão em um contexto de escola particular de educação superior – uma possibilidade antes considerada remota, julgada inatingível nas expectativas de vida daqueles adolescentes e de seus familiares, havia se tornado uma realidade semanal.

Seu desejo de aprender, sua integração com o novo meio ambiente e seu desempenho na informática levaram a pesquisadora, apoiada pela Pastoral Universitária, a elaborar uma proposta para a Direção Geral do Unicentro Izabela Hendrix, complementando o Projeto Empresa Cidadã com outras atividades além do curso de informática, agora já servindo de “pano de

fundo” para o desenvolvimento humano tanto dos adolescentes quanto dos adultos atuantes, não só do Unicentro Izabela Hendrix mas também da Prefeitura de Nova Lima.

A proposta, aprovada de imediato pelos parceiros, foi fundamentada no item (b) das Formas de Parceria Empresa-Escola, sugeridas por Ribas Junior (2001), que menciona “Atividades de complementação educacional”, que podem ir além do “apoio especializado conforme as competências da empresa”, que havia sido o procedimento inicial do Projeto, uma atuação também discutida pelo mesmo autor.

Os adolescentes foram ouvidos em um levantamento dos temas de interesse para o grupo e a inclusão de atividades contemplou os campos:

- Artes Plásticas.
- Relações pessoais na família, na escola e na comunidade.
- Técnicas de estudo e transformação de informação em conhecimento.
- Educação sexual.
- Drogas, violência e sua prevenção.

Em vez de permanecer no Unicentro Izabela Hendrix por apenas 4 (quatro) semanas, a turma do projeto Empresa Cidadã foi acolhida por mais um mês, aumentando a carga horária das aulas de informática e reservando tempo para as discussões dos temas citados.

O laço afetivo entre a escola voluntária e os participantes do Projeto Empresa Cidadã pôde, então, ser estreitado. Houve crescimento social junto com o conhecimento adquirido, e as mudanças atitudinais que foram observadas mostraram os adolescentes exercitando o agir como sujeitos ativos na sua própria história. Um dos exemplos a serem citados é o diálogo entre a mãe de um dos participantes e um Conselheiro Tutelar, relatado à pesquisadora por uma das assistentes sociais responsáveis pelo segmento Nova Lima do Projeto, e que é transcrito a seguir:

— *Ei! O que foi que vocês fizeram com o meu filho?*

(O Conselheiro, sem entender, isentou-se de qualquer culpa, quando percebeu o elogio contido na mensagem que a mãe continuou a transmitir.)

— *Ele nem cumprimentava minhas visitas, mas depois que foi pra esse projeto de vocês, mudou muito. Outro dia, minhas vizinhas foram lá em casa e ele apareceu na sala para conversar. Até café ofereceu!*

Outras falas similares serão relatadas no item 6.2, Depoimentos Registrados, confirmando a concepção de Azevedo (2002) de que “ações simples podem gerar resultados surpreendentes”.

6.2 Depoimentos Registrados

6.2.1 Os depoimentos dos alunos

As respostas ao questionário do primeiro dia de atividades foram essenciais para a avaliação do projeto por esta pesquisadora junto ao Unicentro Izabela Hendrix, à Pastoral Universitária e à Secretaria Municipal de Ação Social de Nova Lima, pois nelas evidenciaram-se algumas distorções nos procedimentos de seleção que se acreditava terem ficado claros e terem sido seguidos à risca. Entre o que os alunos responderam, cita-se:

- Todos os 24 entrevistados tomaram conhecimento do Projeto através da direção das suas respectivas escolas, mas, como regra geral, foram apenas chamados pelas diretorias dessas escolas e participados de sua inscrição no projeto.
- Nenhum dos entrevistados teve conhecimento das regras para a escolha das escolas, acreditando que era, como escreveram, “*Porque minha escola é em Nova Lima*” ou “*Porque o Conselho Tutelar quis*”.
- Em função do item anterior, ficaram impossibilitados de opinar sobre o critério utilizado ter sido justo ou não.
- Os alunos participantes não sabiam como as escolas os haviam escolhido, mas acreditavam ser por suas notas, responsabilidade, facilidade de comunicação, inteligência, um deles mencionando que devia ser porque a família era carente e não podia pagar o curso.

A elevação da auto-estima parece ter sido o primeiro efeito do Projeto Empresa Cidadã, como pode ser inferido a partir das respostas que foram dadas pelos adolescentes, quando questionados sobre sua reação com a indicação. Os resultados a seguir foram uma constante nas respostas dos vinte e quatro alunos do subgrupo, que iniciaram suas repostas com “*Eu me senti...*”:

- emocionado(a) por nunca tive uma chance assim.
- privilegiado(a).
- com alegria total.
- com alta expectativa.
- feliz com o reconhecimento por parte da escola.
- com muita emoção e gratidão.

- ansioso(a) pelos detalhes e privilegiado(a) pela escolha entre tantos.
- honrada. Me senti especial.
- muito importante.
- lisonjeada.
- tão surpresa que não sei explicar.
- com “um frio na barriga”, mas gostei de saber que acreditavam na minha capacidade.
- bem. Senti que sou uma boa pessoa.
- com muita responsabilidade, porque de vai depender de nós o sucesso e a continuação do projeto.

Todos os alunos mencionaram acreditar na possibilidade de mudança na vida a partir do curso que estavam para iniciar, e os elementos de justificativa para sua opinião podem ser classificados em:

- Preocupação com o mercado de trabalho e o seu futuro:
(“Terei mais capacidade co mercado de trabalho. / O mercado hoje exige isso./ Pode me ajudar em relação ao futuro. / Pode me ajudar no currículo. / Serei cobrado disso no mercado de trabalho. / Poderei competir no mercado de trabalho. / Além de aprimorar o conhecimento, seremos competitivos no mercado de trabalho. / Além de ser um simples varredor de rua, posso ser um analista de sistema. / Com noções de informática poderei fazer cursos mais profundos. / O computador é fundamental em qualquer trabalho.”)
- Noção de inclusão social:
(“Porque é uma porta que se abre para mim./ Porque vamos ficar por dentro./ Nos dias de hoje a gente tem que saber informática. / Atualmente esse conhecimento é essencial. / Com esse conhecimento as coisas ficam mais fáceis. / Vai trazer outras amizades e mais conhecimento. / A partir daí o mundo se abre para mim. / Poderei competir no mesmo nível que todo mundo./ Este será o primeiro passo para entrarmos no mundo globalizado”.)
- Noção de poderem se tornar multiplicadores da inclusão:
(“Quem sabe poderei ensinar a outros também? / Poderei ser um monitor na minha escola. / Tenho uma grande responsabilidade: preciso aprender o máximo que puder para passar para os meus colegas da escola. / Devemos

fazer com que esse projeto continue e dê oportunidade para outras pessoas. / Muitos estão investindo em nós, e preciso fazer a minha parte. / Preciso corresponder à confiança que depositaram em mim. / Preciso passar o que aprender para os outros. / Depende de mim dar oportunidade a outros. / Preciso aprender bastante e ajudar a colegas que não têm conhecimento na área. / Se eu me sair bem, abro caminho para outras turmas. / Colaborando com a pesquisa, estou ajudando o Projeto. / Por ser uma privilegiada, preciso aprender para ajudar aos que não tiveram a mesma oportunidade. / É minha responsabilidade passar o que aprender aqui para outras pessoas”.)

Finalizando o questionário, no espaço reservado para expressões espontâneas, todos deixaram mensagens de agradecimento e incentivo para o Unicentro Izabela Hendrix, para a Secretaria de Ação Social, para o Conselho Tutelar e para professores e monitores, entre elas o desejo de que a parceria continuasse e de que a ela fossem acrescentados cursos de línguas estrangeiras, música, primeiros socorros, educação ambiental, escolinhas de esportes e projetos que pudessem ser executados na escola onde estudavam, tais como capacitação profissional, palestras para professores da rede pública e debates sobre temas atuais. Foram esses indicadores que alertaram a pesquisadora para a possibilidade de já ser acrescentada ao projeto original alguma atividade extra, no intuito de apresentar aos adolescentes uma resposta imediata às suas aspirações.

6.2.2 Os depoimentos dos diretores das escolas públicas parceiras

As entrevistas com as diretorias aconteceram ao final do projeto, tendo sido pedida, e concedida, permissão para que as respostas fossem usadas nesta pesquisa (Apêndice C). Foi dada ênfase à pergunta “Foi percebida alguma mudança na vida dos alunos indicados para participarem do projeto? Explique:”.

Uma vez que o resultado da análise das respostas dos alunos havia sinalizado desconhecimento sobre detalhes do projeto – o que pode, inclusive, ter sido uma das causas da ansiedade inicial nas reuniões com a Secretaria Municipal de Ação Social – as perguntas do questionário dos alunos foram apresentadas para os diretores, praticamente da mesma forma, apenas com a palavra ‘você’ substituída pela expressão ‘sua escola’, conforme modelo no Apêndice D. Além das perguntas iguais, a pesquisadora acrescentou outras que pudessem nortear o refazer dos procedimentos de explanação do projeto em outras edições. Foram elas:

- “Quem lhe falou sobre as regras do projeto? Quando, onde e o que foi explicado a essa diretoria?”
- “Como a sua escola comunicou aos escolhidos que haviam sido indicados para participarem do projeto?”

Na análise das respostas, os seguintes fatos chamaram a atenção da pesquisadora:

- As diretorias não sabiam os critérios para a escolha das escolas ou não se lembravam deles.
- As regras apresentadas pelo representante do Conselho Municipal OU apreendidas pelos diretores foram apenas: selecionar alunos carentes e sem conhecimento de computador.
- O critério que a escola usou para indicá-los foi, em geral, como uma premiação para alunos com boas notas e boa disciplina.
- Os alunos foram convocados para serem avisados de que participariam do projeto compulsoriamente.
- Ao longo do Projeto Empresa Cidadã, a atitude dos alunos nas respectivas escolas mudou: tornaram-se mais seguros, mais participativos, mais integrados com as atividades de sala e do colégio, mais responsáveis e com visão mais ampla de mundo.
- Como idéias para outros projetos, as diretoras apresentaram sugestões para serem oferecidos cursos de idiomas e profissionalizantes, duas das necessidades sentidas pelos adolescentes também.

6.3 Avaliações do Projeto Empresa Cidadã

As avaliações foram contínuas, o que pode ser comprovado, inclusive, pela prorrogação do período pré-estabelecido para a primeira turma pesquisada, com o Projeto ainda em andamento, em razão das necessidades apresentadas pelo grupo ao longo das atividades programadas.

Posteriormente, ao final dos dois meses de atividades, houve uma reunião com a presença de todos os segmentos da parceria, para discussão das variáveis em relação à proposta inicial. O grupo avaliou os resultados e replanejou a edição seguinte do Projeto Empresa Cidadã, de forma que mais escolas e mais alunos fossem contemplados com o convite para participar do Projeto no ano de 2002.

Os documentos de avaliação, que encontram-se na íntegra no Anexo E, são resumidos a seguir.

6.3.1 A avaliação do representante do Conselho Tutelar:

- Pontos positivos: o material, as aulas, a alimentação, o ambiente e a decisão de haver uma solenidade de formatura para entrega de certificado. (Este pode ser visualizado no Anexo F).
- Pontos para serem reestruturados: aumentar a duração do curso, evitar os atrasos do ônibus da prefeitura.
- Ponto para inclusão: aula de digitação, pois a maioria dos adolescentes não tem essa base.
- Depoimento final, transcrito literalmente:

Sinto a vontade de me expressar sobre a importância do curso, devido à seriedade, a veracidade, com objetivos concretos em priorizar o futuro dos nossos jovens. Devemos reavaliar o contexto das faltas, pois houve um aumento, sem justificativa, no período de 6/11 a 29/11. É importante ressaltar a iniciativa deste projeto que com certeza é essencial no mercado de trabalho, a nível intelectual, para a formação do cidadão do futuro. (Luciano Robson Pereira, Conselheiro Tutelar)

6.3.2 Avaliação das diretorias das escolas participantes

Das três escolas inscritas no Projeto Empresa Cidadã, duas enviaram o relatório solicitado pela pesquisadora, avaliando as atividades no início de 2002. A que não respondeu ao pedido, também não enviou qualquer justificativa.

A diretora da Escola Estadual Augusto de Lima fez o seguinte relato final:

Os alunos que participaram do Projeto Empresa Cidadã demonstraram, ao longo do curso, um melhor relacionamento com os outros colegas além de auto-estima elevada. A escola enviou alunos considerados líderes dentro das salas e essa liderança aumentou depois do curso. Os alunos declararam na escola a importância de fazer encontros dessa natureza e disseram que foi de muito valia o encontro sobre educação sexual, as aulas sobre computação e trabalhos manuais. Esperamos poder continuar com a parceria junto ao Centro Universitário Izabela Hendrix, o que muito auxilia os nossos alunos em relacionamento, conhecimento e valorização do ser humano.

O relatório da direção da Escola Estadual George Chalmers mencionou a excelência do Projeto Escola Cidadã e qualificou-o como dotado de resultados que merecem confiabilidade. Acrescentou que ele serviu para “verificar que trabalhar, investir no adolescente, com fé,

amor, objetivo, disponibilidade e aceitação é a certeza de termos nossos jovens felizes, com perspectivas boas e amplas de vida”. Além disso, elaborou uma lista comparativa sobre os oito alunos representantes da escola, mostrando suas atitudes antes e depois de participarem da parceria pesquisada, colaboração que está reproduzida a seguir, no Quadro VI.

Quadro VI – Comparação das atitudes de alunos antes e após a sua participação no Projeto Empresa Cidadã.

Alunos	Antes do Projeto Empresa Cidadã	Após o Projeto Empresa Cidadã
A	Tímido em excesso.	Acabou sua timidez.
B	Pensava que ser <i>hippie</i> era a maior ‘onda’.	Descobriu que existem outros caminhos a seguir.
C	Tinha visão mais fechada do mundo.	Horizontes amplos e aceitação dos outros sem preconceitos.
D	Bastante tímido.	Dominou a timidez.
E	Uma visão pequena de mundo; pouca comunicação.	Seguro de si, capaz de resolver problemas, apresentando bom controle emocional; auto-orientação.
F	Disciplina muito difícil.	Exemplo de aluno preocupado com a sua aprendizagem, bastante responsável.
G	Praticamente reprovado em nota e frequência; pertencente a grupo de risco social; indisciplinado; rebelde.	Novas perspectivas de vida, não recusa nenhum serviço, visando uma melhoria na renda. Participante ativo em sala de aula, sendo o atual representante de turma. Aproveitamento total nas notas. Socialmente adaptado
H	Timidez em excesso	Extrovertida, melhor rendimento escolar.

(Obs: A pesquisadora optou por omitir os nomes dos adolescentes, para evitar qualquer tipo de rotulação dos sujeitos.)

6.3.4 Avaliação final dos representantes do Unicentro Izabela Hendrix

A equipe responsável pelo Projeto Empresa Cidadã no Izabela Hendrix, composta do Vice-reitor, do Agente da Pastoral, do Professor de Informática, do Técnico de Informática, dos dois voluntários monitores e da pesquisadora deste estudo de caso, reuniu-se com os representantes do Conselho Municipal e do Conselho Tutelar, ficando registrados os seguintes pontos relevantes:

- O aproveitamento da maioria dos alunos superou o esperado.
- As dificuldades que tinham puderam ser solucionadas com a ajuda dos monitores e do técnico.
- Alguns alunos inscritos pelas escolas já sabiam informática.

- Faltaram noções iniciais de digitação.
- Os momentos de manifestação religiosa foram bem aceitos.
- Aspectos psicológicos positivos foram reforçados.
- Houve identificação de talentos no grupo.

Em relação ao último item, um dado concreto sobre os frutos do Projeto Empresa Cidadã foi a contratação, pelo próprio Unicentro Izabela Hendrix, de um dos sujeitos do subgrupo, como auxiliar do almoxarifado da instituição pesquisada, que ofereceu-lhe uma função na qual já coloca em prática os conhecimentos de informática adquiridos no Projeto.

Como foi discutido nos capítulos anteriores, a relação de ajuda social tem uma longa história de paternalismo assistencialista: um doa o que decide que quer doar; o outro recebe a doação, mesmo se esta não for a sua prioridade; os dois pouco se conhecem, mas mantêm uma relação de dependência, muitas vezes, manipuladora. No entanto, pelos resultados das relações mediadas pelo conceito de ‘empresa cidadã’, apresentados e discutidos neste estudo, percebe-se que a possibilidade de intercâmbio se abre quando são diagnosticadas as reais necessidades de um grupo e são criadas oportunidades para que os parceiros possam refletir, planejar, avaliar e replanejar em conjunto.

Em decorrência dessa percepção, que sinalizou a necessidade de haver mais diálogo com os parceiros indiretos, a pesquisadora realizou uma interferência junto ao Unicentro Izabela Hendrix e ao Conselho Municipal, recomendando uma reunião com as diretorias de todas as escolas estaduais que participaram do Projeto Empresa Cidadã, antes que fosse iniciada a reedição do Projeto para 2002. A sugestão foi acatada e os atuais critérios de seleção são o resultado de uma participação mais abrangente e articulada, envolvendo a Direção Geral do Izabela Hendrix, a Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Lima, de representantes do Conselho Tutelar e das diretorias das Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino do município. Sob a coordenação da pesquisadora, o grupo decidiu por observar os seguintes critérios na próxima edição do Projeto Empresa Cidadã:

- Atendimento de 5 escolas por ano, com projetos de dois meses de duração cada um.
- Cada escola poderá inscrever 5 dos seus alunos.
- Deve-se procurar atender alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na proporção de 3 para 2.

- O Conselho Tutelar fica responsável por fazer o levantamento de nomes de adolescentes em situação de risco social e encaminhar a sua lista para as escolas onde estudam.
- A escolha dos cinco nomes finalistas fica a cargo da escola, observando os seguintes critérios específicos, já vigentes: alunos sem noção de computação, matriculados em série compatível com a sua idade, privilegiando-se tanto meninos quanto meninas, desde que demonstrem características de liderança e perfil de multiplicadores.

Dessa mesma reunião saiu o consenso sobre a importância do trinômio que deve nortear as futuras parcerias: **agir → transformar → agir novamente.**

7. CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Neste capítulo serão apresentadas as conclusões que a pesquisa realizada alcançou como resposta aos objetivos dessa investigação.

Essas conclusões vão alicerçar recomendações que pretendem dar subsídios para a melhoria qualitativa do caso estudado para o Unicentro Izabela Hendrix.

Finalmente, serão relacionadas algumas sugestões para o desenvolvimento de novas investigações que venham a complementar o cenário que esta pesquisa começou a desenhar.

7.1 Conclusões

É certo que problemas econômicos não resolvidos acabam gerando problemas sociais, mas existe uma série de outros embates que não podem ser resolvidos com o aumento de salários ou de empregos, por estarem diretamente ligados ao ser humano total e não à sua sobrevivência física apenas. Podem ser acrescentadas aqui, as questões de atendimento às crianças, aos adolescentes, aos idosos e às pessoas com necessidades especiais, grupos que, muitas vezes, são mais difíceis de serem cuidados.

Nesse contexto, a idéia de que a população tem que esperar do Estado toda a ação para a satisfação das suas necessidades tem enfraquecido e o setor civil está promovendo uma verdadeira revolução social ao assumir responsabilidades no desenvolvimento da comunidade. Ainda que tenha que conviver com uma série de problemas próprios do mercado econômico, o setor privado tomou consciência de que é mais ágil e mais rápido para oferecer respostas à sociedade e compreendeu que a sua participação no ambiente comunitário é essencial, uma vez que ele mesmo faz parte do meio social. É assim que as empresas particulares têm assumido um posicionamento moderno, de importância profunda e abrangente: a cidadania empresarial, atitude que enxerga pelos olhares da ética, da participação social, do respeito às diferenças e do compromisso com o outro.

Amaral (2001) aponta que “de maneira legítima as organizações buscam superar seus desafios posicionando e reposicionando a sua forma de fazer as coisas e agregando valor ao seu papel na sociedade”. Esse novo modelo de atuação é reconhecido como sendo a participação no Terceiro Setor, originalmente conceituado como um espaço de atuação de organizações sem fins lucrativos, mas que, dinamicamente, tem provocado uma releitura de

seu significado, caracterizando a multiplicação de ações práticas, em frentes variadas e de muitos modos, para o desenvolvimento de projetos sociais (MARTINELLI, 2000).

À medida que essa nova prática vai se enraizando, os empresários percebem que esta é uma atitude cuja ação ultrapassa as barreiras da simples relação positiva com a sociedade e que ela abraça o próprio desenvolvimento organizacional, impactando o conjunto de crenças e valores, o clima, a cultura da organização, pois os recursos e as competências que as empresas mobilizam para atingir seus objetivos de negócios são empregados de forma diferente da habitual.

Vale salientar que os brasileiros têm dado um valor cada vez maior às empresas que atuam com responsabilidade social, contribuindo, com isso, para diminuir as desigualdades, uma tendência que pode ser considerada motivadora para os dirigentes empresariais que buscam o reconhecimento das suas marcas. Existem ganhos, é claro, com a prática da cidadania empresarial, mas são gerados por subprodutos, tais como o valor agregado à imagem da empresa, ou seja, a atitude favorável da sociedade em relação a quem atua com responsabilidade social.

Há que ser reconhecida, contudo, a linha divisória entre o comercial e o social. Martinelli (2000) esclarece que uma empresa tem mecanismos comerciais para atingir seus objetivos econômicos, mas que os recursos mobilizados para atingir objetivos a serviço do bem comum precisam ser compreendidos como instrumentos sociais, não devendo sequer compor o custo dos produtos.

As escolas privadas, que muitas vezes não são percebidas pela população como instituições empresariais, precisam alcançar, sim, os objetivos econômicos que garantirão a sua sobrevivência, mas, seguindo a tendência crescente no mundo empresarial, precisam também buscar instrumentos sociais que privilegiem alvos de caráter público. E é a satisfação desses objetivos que as transforma em atores voluntários no Terceiro Setor.

Embora os dados levantados devam ser refinados e reconfirmados por trabalhos futuros, a pesquisa permitiu que fossem identificados alguns instrumentos facilitadores para o alcance de objetivos sociais, o que responde ao problema de como uma instituição de ensino não-pública pode contribuir para programas públicos de inclusão. Um desses instrumentos é a parceria com o Setor Público, através da qual uma escola privada pode desenvolver projetos exemplares, capazes de serem reproduzidos e de beneficiarem, em médio prazo, toda a sociedade onde estiver inserida, o que confirma a validade do Projeto Empresa Cidadã.

Existem dois tipos básicos de parceria: a instrumental, mais pragmática, na qual há um arranjo que é de interesse dos próprios parceiros, que conseguem benefícios por meio de alianças estratégicas, como meio de obter e utilizar recursos de forma mais econômica. A sua prática é comum no exercício da filantropia tradicional ou para agregar valor à imagem dos parceiros. A outra forma de estabelecer parcerias é orientada pelo princípio democrático e cria condições para a execução de ações conjuntas que se baseiem em uma causa comum, percebida como socialmente relevante. São parcerias “regidas pelo espírito cívico e voltadas à obtenção de benefícios para a sociedade, sendo mantidas as eventuais diferenças entre os parceiros” (RIBAS JR, 2001).

Uma parceria do segundo tipo foi a configuração utilizada para a realização do Projeto Empresa Cidadã, que não apresentou o objetivo de desobrigar o Estado da sua atuação, mas que buscou encontrar meios adequados da iniciativa privada complementar a ação do poder público.

Estão relacionados, a seguir, os aspectos considerados importantes pelos autores consultados para a fundamentação teórica, pelos acadêmicos citados nesse estudo de caso e pelas conclusões da própria pesquisadora, para que o resultado das possíveis parcerias tenha sucesso. Tais elementos são, por sua vez, os objetivos atingidos pela pesquisadora com esta pesquisa:

- O primeiro passo é olhar à volta, obter informações sobre o entorno social e encontrar uma forma de atuação que responda às necessidades da comunidade que cerca a organização. Entrar em contato com órgãos públicos e ONGs locais é o caminho que leva uma organização que deseja inserir-se no Terceiro Setor a escolher adequadamente como e onde a sua ajuda poderá ter resultados positivos.
- Qualquer que seja o processo de parceria, a negociação deve ser uma ferramenta sempre presente, sendo necessário que haja disposição para diálogo que promova a identificação de necessidades e competências de ambos os lados e oriente a alocação de recursos.
- As empresas não devem ‘fazer para’, mas precisam desenvolver uma atitude de co-responsabilidade com as escolas, de modo a possibilitar aprendizagens coletivas, o que é possível se os objetivos forem elaborados de forma compartilhada.

- A capacidade empresarial de planejamento e administração precisa ser mobilizada para o gerenciamento do orçamento reservado às ações sociais e a criatividade deve ser colocada a serviço da criação de meios de gerar recursos para serem aplicados nas ações de cidadania, de modo que os recursos iniciais não se esgotem.
- É aconselhável uma gestão participativa dos recursos a serem alocados, pois esse comportamento gera comprometimento por parte do público-alvo e dos funcionários da empresa.
- Considera-se que o apoio especializado conforme a competência da empresa (Martinelli, 2000) é efetivo, porque, quando uma instituição não-pública oferece serviços que integram o seu *know-how* específico, contribui exatamente com aquilo que sabe fazer, o que agiliza o processo.
- É através de atividades de complementação educacional, que uma instituição não-pública pode ‘emprestar’ seus profissionais para que organizem e ministrem cursos, assim como aqueles que foram desenvolvidas pelo Projeto Empresa Cidadã, pesquisado neste trabalho. Podem ainda, capacitar profissionais das escolas públicas, oferecer palestras periódicas para alunos e educadores e atividades esportivas para crianças e adolescentes, conforme aspiração da sub-população observada.
- Os atores necessários para a execução de uma parceria entre uma instituição educacional não-pública e a escola pública devem ser recrutados entre os funcionários da organização privada por um programa de voluntariado, instrumento inovador na gestão de recursos humanos.
- A pluralidade da população em uma parceria social não faz sentido pela multiplicação quantitativa dos “eu”, mas sim pelo que é, em cada um, o complemento do outro, visto que o trabalho voluntário é uma grande fonte de satisfação e crescimento tanto para os que oferecem a ação social quanto para os que a recebem, desenvolvendo atitudes de bem-estar, resultantes em auto-estima elevada e sentido de pertencimento inclusivo, em ambos os lados da parceria.
- Para que a colaboração com programas públicos de inclusão seja efetiva, é necessário que a empresa cidadã desenvolva um programa de sustentabilidade. Assim, a ação social não será apenas uma ocorrência pontual, mas poderá

realmente promover mudanças sociais. Para isso, é necessário que sejam desenvolvidas as competências dos agentes educacionais, de modo que, no futuro, eles mesmos possam garantir a não-interrupção do processo. Novos parceiros devem ser procurados enquanto um projeto ainda estiver em andamento, para evitar a descontinuidade..

- A parceria estabelecida para projetos educacionais sociais é dinâmica e deve ser continuamente avaliada e adequada em relação ao que a comunidade precisa, pois as demandas sofrem alterações ao longo do processo, à medida que as necessidades iniciais vão sendo satisfeitas.

Durante a observação das atividades do Projeto Empresa Cidadã, foram percebidas ações que poderiam ser otimizados se encaminhadas de outra forma. Na próxima seção, portanto, a pesquisadora apresenta recomendações para esses casos.

7.2 Recomendações

São inquestionáveis os benefícios do Projeto Empresa Cidadã, seja através da iniciativa do trabalho social do Unicentro Izabela Hendrix, da participação voluntária dos seus profissionais ou da visão inclusiva de mundo da política social da Prefeitura Municipal de Nova Lima.

Porém, é responsabilidade da pesquisadora apresentar recomendações que minimizem possíveis desencontros acontecidos ao longo do Projeto, que – neste trabalho – serão agrupadas em três áreas:

- O diálogo entre os parceiros diretos e indiretos:

Várias foram as ocasiões em que os parceiros primários – Unicentro Izabela Hendrix e Conselho Municipal de Ação Social de Nova Lima – se reuniram e discutiram critérios e procedimentos para o Projeto Empresa Cidadã. Os parceiros indiretos, contudo, não tiveram representatividade decisória nos planejamentos das atividades, limitando-se a ser o elo entre o Projeto e seus alunos.

Percebe-se que o papel das diretorias, talvez, até mesmo dos professores, deve ser maior, pois a sua participação mais direta poderá oferecer subsídios para o reconhecimento das reais necessidades da comunidade das escolas públicas da

região, permitindo uma colaboração mais efetiva da parceria institucional público/não-público.

O espaço do diálogo com os adolescentes atendidos precisa acontecer durante a elaboração do projeto tanto quanto na sua implementação e no desenrolar do processo. Desse modo, a parceria poderá representar a resposta mais próxima possível das suas aspirações.

Um trabalho prévio de discussão das leis nº 9608, de 18/02/98, e nº 9790, de 23/03/99, e a formalização da parceria através de um documento elaborado e assinado pelas partes, delimitando os campos de atuação de cada participante, também são procedimentos que esta pesquisa reconhece como sendo recomendáveis.

- O trabalho voluntário no Unicentro Izabela Hendrix:

A sensibilização da comunidade da organização educacional que se dispôs a agir conforme os preceitos da cidadania empresarial deve ser feita de forma mais abrangente, com antecedência em relação à implementação do projeto social, através da divulgação da política social da empresa, da estruturação de programas de incentivo à atuação voluntária, e do diagnóstico das potencialidades e das experiências dos funcionários e professores para/com o trabalho voluntário. A identificação do perfil de voluntariado dentro da organização já conta com o apoio técnico de vários projetos, i.e., o questionário específico para tal detecção, oferecido pelo programa Voluntários das Gerais (FIEMG, 2001).

Uma outra recomendação é que seja dado conhecimento aos voluntários sobre a Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, e que sua atuação seja formalizada através de um Termo de Voluntariado assinado pelas partes envolvidas.

- A continuidade da atuação junto à turma de adolescentes assistidos pelo projeto:

Mais fáceis são os processos de reconhecimento da responsabilidade social, da decisão sobre qual a forma ideal de participar como empresa cidadã e o desenvolvimento das atividades de parceria do que a manutenção dos programas criados e a sustentabilidade dos projetos.

Assim sendo, segundo as aspirações dos próprios participantes, recomenda-se que sejam oferecidos outros cursos aos egressos, e que eles mesmos sejam

convidados a atuar como monitores voluntários, junto às novas turmas do Projeto Empresa Cidadã.

7.3 Sugestões para Trabalhos Futuros

Esta investigação transitou por um campo novo, rico de oportunidades, mas ainda desconhecido de muitos. Portanto, há espaço e necessidade para muitos outros estudos serem feitos nessa área, inclusive para a complementação de lacunas existentes nessa pesquisa, que não tenham sido preenchidas devido às limitações mencionadas no capítulo 1.

Portanto, em concordância com Coelho (2000), que chama atenção para o fato de que a universidade constitui centro privilegiado de reflexão, vivência política e formação de cidadania, valorizando e disseminando a cultura de raízes nacionais e a universal, privilegiando a dimensão técnica do saber, em articulação com o compromisso político da atuação profissional, em benefício de melhor qualidade de vida para a população, esta pesquisa sugere temas para investigações futuras.

Entre eles, a pesquisadora elegeu os seguintes campos de estudo:

- Formas de atuação de instituições não-públicas e não-confessionais em programas públicos de inclusão social.
- Potencialização dos recursos de cidadania empresarial já existentes.
- Instituições educacionais e indústrias: uma comparação entre perfis distintos de investimento social.
- Programas de incentivo ao voluntariado empresarial.
- Benefícios intangíveis da responsabilidade social da empresa.
- A construção de uma rede de parcerias com as instituições locais e os órgãos públicos para reunir as competências e os recursos necessários para atingir as metas definidas.
- Avaliação dos resultados da ação social das empresas na comunidade.
- Avaliação dos resultados internos da ação social das empresas.
- Como adaptar culturalmente o Projeto Empresa Cidadã aplicado em Nova Lima, Minas Gerais para a sua implementação em escolas metodistas de outras regiões geográficas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Roberto Galassi. **Responsabilidade Social, Cidadania e Terceiro Setor**. Disponível em <<http://www.rh.com.Br>>. Acesso em 03/09/2001.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 4^a. Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- AZEVEDO, Francisco de Assis O. Como a empresa privada pode colaborar com o desenvolvimento social. **Integração – revista do terceiro Setor**. Disponível on line em <<http://www.fgvsp.org.Br>>. Acesso em 2 de julho de 2002.
- AVANCINI, Marta. **Abandono de trabalho voluntário é alto**. O Estado de São Paulo, 02/07/2001, Geral. Disponível em <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso em 11 de julho de 2001.
- BARBIERI, Sante Umberto. **Aspectos do metodismo histórico**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1983.
- BARRETO, M. I. As organizações sociais na reforma do Estado Brasileiro. In: PEREIRA, L. C. B; GRAU, N. C. **O Público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 107-150.
- BETTS, Davi N.; GUIMARÃES, Luciano S.R.; NOSEWORTHY, James A. In: **Global Methodist Education Network**. Belfast, IAMSCU/UMESP, July 16-20, 2001.
- BOAVENTURA, Elias. **A Educação Metodista no Brasil – Origem, evolução e Ideologia**. 1978. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UNIMEP, Piracicaba.
- BRASIL. Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 de fevereiro de 1998. Disponível em <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso em 15 de julho de 2002.
- BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de março de 1999. Disponível em <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso em 15 de julho de 2002.
- BRUYNE, P. et al. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1977.
- BUYERS, Paul Eugene. **Trechos do diário de John Wesley**. São Paulo: Junta Geral de Educação Cristã, 1965.
- CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da Sociedade Civil. **Conferência proferida no III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro, setembro de 1996.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

CRIPPA, Adolfo. **A Universidade**. São Paulo: Convívio, 1980.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pesquisa e construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

DOMENEGHETTI, A. M. In: Avancini, M. **Abandono de trabalho voluntário é alto**. Disponível em <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso em 11 de julho de 2001.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINS GERAIS. Relatório do Conselho de Cidadania da FIEMG. In: **GESTOR**. Revista Mineira de Administração. Tudo pelo social. Belo Horizonte, Ano I, # 2, p. 14-19, setembro de 2001.

FERNANDES, Rubem César. Elos de uma cidadania Planetária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, 1995.

_____. “O que é o 3º Setor?” In: IOSCHPE, E. **3º Setor – desenvolvimento social sustentado**. 2ª edição. Rio de Janeiro: GIFE; Paz e Terra, 2002.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andres P. Voluntariado empresarial – estratégias de empresas no Brasil. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 36, n. 3, p. 15-27, julho/setembro 2001.

FREIRE, Fátima de Souza; SILVA, César A. T. **Balanco Social – Teoria e Prática (Inclui o novo modelo do IBASE)**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

FROES, César; MELO NETO, Francisco Paulo. **Responsabilidade Social E Cidadania Empresarial – Administração do Terceiro Setor**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro, Qualitymark: 2001.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em <<http://www.fgvsp.org.br>>. Acessos múltiplos no ano de 2002.

GALEMBECK, F. et al. **Um projeto para a universidade**. Disponível em <<http://www.adunicamp.org.br/jornal/projeto.htm>>. Acesso em 30 de março de 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GILLETTE. Os voluntários na linha de frente da paz e da exclusão. **O Correio da Unesco**. Brasília, Edição Especial AIV, p. 22, agosto de 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

GRAJEW, Oded. Pessoa Física em Paz com a Jurídica. **Valor**. Coluna Empresas & Comunidades, p. B-2, 01 de junho de 2000.

HANDY, Charles. **A Era do Paradoxo - Dando um Sentido para o Futuro**. São Paulo: Makron Books, 1995.

HELMS, Sharon J.(ed.). **Methodism and Education: From Roots to Fulfillment**. Nashville, USA: General Board of Higher Education and Ministry, 2000.

HOCK, Dee. **Nascimento da Era Caórdica**. São Paulo: Cultrix, 1999.

IDAC. **A emergência do Terceiro Setor**. São Paulo: IDAC, 2002. Disponível em <http://www.Idac.tits.org.Br/idac_voluntariado.html>. Acesso em 29 de abril de 2002.

IGREJA METODISTA. Plano para a Vida e a Missão da Igreja. In: **Relatório ao 13º. Concílio Geral da Igreja Metodista**. COLÉGIO EPISCOPAL Biblioteca Vida e Missão/Documentos.

IGREJA METODISTA. **Cânones da Igreja Metodista, 1998**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1992.

IGREJA METODISTA. Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista. In: **Cânones da Igreja Metodista, 1998**. Santo Amaro: Cartgraf Editora, 1992.

IGREJA METODISTA. **Diretrizes para as Pastorais Escolares e Universitárias**. São Paulo: Colégio Episcopal, 5 de março de 1993.

IGREJA METODISTA. **Relatório ao 16º. Concílio Geral da Igreja Metodista**. COLÉGIO EPISCOPAL Biblioteca Vida e Missão/Documentos, nº 3, Santo Amaro: Cartgraf Editora, 1997.

IGREJA METODISTA. **Credo Social da Igreja Metodista**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados Preliminares do Censo 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 11 de maio de 2001.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX. **Documentos históricos sobre a fundação do Colégio Izabela Hendrix**. Cento de Extensão Cultural, Setor de Memória Institucional. Belo Horizonte, outubro de 2001. (Também disponível em <<http://www.ihendrix.br>>).

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX. **Documentos históricos relativos à expansão do Colégio Izabela Hendrix**. Cento de Extensão Cultural, Setor de Memória Institucional. Belo Horizonte, outubro de 2001. (Também disponível em <<http://www.ihendrix.br>>).

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX. **Documentos históricos sobre as Faculdades Metodistas Integradas Izabela Hendrix**. Cento de Extensão Cultural, Setor de

Memória Institucional. Belo Horizonte, outubro de 2001. (Também disponível em <<http://www.ihendrix.br>>).

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX. **Missão das Faculdades Metodistas Integradas Izabela Hendrix**. Cento de Extensão Cultural, Setor de Memória Institucional. Belo Horizonte, outubro de 2001. (Também disponível em <<http://www.ihendrix.br>>).

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX. **PDI: Programa de Desenvolvimento Institucional do Unicentro Izabela Hendrix**. Assessoria de Graduação. Belo Horizonte, outubro de 2001.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX. **Material publicitário**. Anos 2001 e 2002. (Também disponível em <<http://www.ihendrix.br>>).

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX. **Linhas e Plano de Ação da Pastoral Escolar e Universitária para 2001/2002**. Pastoral do Unicentro Izabela Hendrix. Campus Nova Lima. Nova Lima, novembro de 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Divulgação dos resultados finais da pesquisa de ação social das empresas**. Março de 2000. Disponível em <<http://www.academiasocial.org.br>> . Acesso em 23 de junho de 2002.

IOSCHPE, Evelyn et.al. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JICK, T.D. Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. **Administrative Science Quarterly**, v.24, p.602-611, December 1979.

JUNQUEIRA, Luciano P. In: AVANCINI, M. **Abandono de trabalho voluntário é alto**. Disponível em <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>> .Acesso em 11 de julho de 2001.

KANITZ, Stephen. O que é o Terceiro Setor? **FILANTROPIA.ORG**. São Paulo. Disponível em <<http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>>. Acesso em 10 de julho de 2002.

LEITE, Celso Barroso. **Filantropia e contribuição social**. São Paulo: LTr, 1998.

LÉVI-STRAUSS. **O conceito de estrutura em etnologia**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LOPES, Sérgio Marcus P. **As instituições de ensino no metodismo: fatores de sua criação**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UNIMEP, Piracicaba.

MANCE, Euclides. **Trabalho, Ciência e Tempo Livre em Karl Marx - Dos Grundisse a O Capital**. Disponível em <<http://www.aol.com.br/mance/trabalho.htm>>. Acesso em 23 de dezembro de 2001.

MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa Cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, E. (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. 2ª. Edição. São Paulo: GIFE; Paz & Terra, 2000.

MATTOS, Paulo Ayres. **Mais de um século de Educação Metodista**. São Paulo: COGEIME, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org). **Pesquisa Social** – Teoria, método e criatividade. 2ª. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MOISEICHYK, Ana Elizabeth. **Universidade e filantropia: uma contribuição do estudo da cultura organizacional para inserção no Terceiro Setor**. 2001. Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

NOVA LIMA. Lei nº. 1424/95, de 28 de abril de 1995. Dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente. Diário Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte, 28 de abril de 1995.

NOVA LIMA. Lei nº. 1532/97 de 30 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Diário Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte, 30 de dezembro de 1997.

NOVA LIMA. Lei nº. 1576/98, de 16 de dezembro de 1998. Modifica a redação original da Lei Municipal nº. 1424/95. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 16 de dezembro de 1998.

NOVA LIMA. Secretaria Municipal de Ação Social. **Diagnóstico Municipal da criança e do Adolescente: ficha de inscrição, questionários, plano de ação**. Fevereiro de 2000.

NOVA LIMA Secretaria Municipal de Ação Social. **Relatório do diagnóstico da comunidade e dos planos de ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**. 27 de setembro de 2001.

NOVA LIMA Secretaria Municipal de Ação Social. **Entrevista com a Secretária Municipal de Ação Social sobre o Projeto Empresa Cidadã**. 27 de setembro de 2001.

NOVA LIMA Secretaria Municipal de Ação Social. **Entrevista com a Assistente Social Cláudia Spakoski sobre o lançamento do Projeto Empresa Cidadã**. 27 de setembro de 2001.

NOVA LIMA. **Jornal da Prefeitura. Nova Lima**. Ano 1, nº 8, outubro 2001, Gerais. p. 3.

NOVA LIMA. Secretaria Municipal de Ação Social. **3º Seminário Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Diagnóstico Disponível em <<http://www.novalima.org.br>>**. Acesso em 21 de junho de 2002.

NOVA LIMA. Secretaria Municipal de Comunicação. **História de Nova Lima**. Disponível em <<http://www.novalima.org.br>>. Acesso em 21 de junho de 2002.

O ESTADO DE MINAS. **Revista de Economia**. Informe Especial da FIEMG. Belo Horizonte, p. 14-19, no. 43, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolution Adopted by the General Assembly**. International Year of Volunteers, 52/17, 20 November 1997. Disponível em <<http://www.iyv.org>>. Acesso em 4 de junho de 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Improving the status and role of volunteers as a contribution by the parliamentary Assembly to the International Year of Volunteers 2001.** Draft Recommendation. Doc. 8917, 22 December 2000. Disponível em <<http://www.iyv.org>>. Acesso em 4 de junho de 2002

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Volunteer fact sheet.** Facts on Volunteering. IYV, Media Room. Independent Sector, 2000. Disponível em <<http://www.iyv.org>>. Acesso em 4/6/2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Council of Europe adopts recommendation on pro-volunteer policies. **News Release.** 25 January 2001. Disponível em <<http://www.iyv.org>>. Acesso em 2 de agosto de 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Marking End of International Year of Volunteers. **Fifty-sixth General Assembly Plenary, GA/9990,** 5 December 2001.

PASCOAL, Luís Norberto. **A valorização do voluntariado.** Disponível em <http://www.filantropia.org.Br/artigos/artigos_pascoal.htm>. Acesso em 10 de julho de 2002.

PESSOA, Walter. A coleta de dados na pesquisa empírica. Disponível em <<http://www.cgnet.com.br/~walter/artigo.html>>. Acesso em 20 de julho de 1999.

REILY, Ducan A. Momentos decisivos do metodismo. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1991.

_____. Metodismo brasileiro e wesleyano. São Paulo: Imprensa Metodista, 1991.

RIBAS JUNIOR, Fábio. **Parceria entre escolas e empresas: alternativas e desafios.** Prattein-Consultoria em Educação e Desenvolvimento Social. Disponível em <<http://www.fgvsp.org.br>>. Acesso em 20 de outubro de 2001.

RICHARDSON, Roberto J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIFKIN, Jeremy. The end of work. **Conferência proferida no III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor.** Rio de Janeiro, Brasil, 19 de dezembro de 1996.

RITS: **Rede de Informações para o Terceiro Setor.** Disponível em <<http://www.rits.org.br>> Relatórios semanais recebidos a partir de 29 de abril de 2002.

ROCHA, Andréa. In: **SAGARANA – Turismo e Cultura em Minas Gerais.** Nova Lima: amplidão das Alterosas. Ano III, No. 13, p. 8-19, 2001.

SILVA, Edna Lúcia da.; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** – 3ª. ed. rev. atual, Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Luiz Roberto. **Dossiê de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Editora Gráfica Ltda., 1998.

SPENCER, J. C. **The usefulness of qualitative methods in rehabilitation:** issues of meaning, of context and of change. In: *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*, 74: 119-126, 1993.

TEODÓSIO, A. S. S.; Resende, G. A. Desvendando o Terceiro Setor: trabalho e gestão em organizações não-governamentais. In: CARVALHO NETO, A. M.; NABUCO, M. R. (Orgs.) **Relações de trabalho contemporâneas.** Belo Horizonte: Instituto de relações do Trabalho/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.

_____. **Pensar pelo avesso o Terceiro Setor:** mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil. BH: PUC Minas, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **O Solidarismo.** São Leopoldo: Unisinos, 1993.

WESLEY, John. Twelve Rules of a Helper (1753). In: **A History of The Methodist Church in Great Britain.** London: Epworth Press, 1998.

WOLFE, Alan. Três Caminhos para o Desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil. In: WOLFE, Alan. **Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs.** Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992.

OBRAS CONSULTADAS

- ABONG. As ONGs e a realidade brasileira – 1. **A questão do Estado**. São Paulo, ABONG, 1995.
- ABONG. As ONGs e a realidade brasileira – 2. **Perspectiva de parceria com cooperação internacional**. São Paulo, ABONG, 1995.
- ABONG. As ONGs e a realidade brasileira – 5. **Iniciativas empresariais e projetos sociais sem fins lucrativos**. São Paulo, ABONG, 1995.
- AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ALBUQUERQUE, J.A.G. **Instituição e Poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- ÁLVARES, L. C. ONGs: uma alternativa aos descaminhos do desenvolvimentismo. In: **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte: v.5 n. 10, p. 39-61, jan/jul 2000.
- ALVES, Júlia Favilene. **Metrópoles: cidadania e qualidade de vida**. São Paulo, Moderna, 1992.
- ALVES, Sérgio. **Revigorando a cultura da empresa: uma abordagem cultural nas organizações, na era da globalização**. São Paulo: Makron Books, 1997.
- ANHEIER, Helmut; SEIBEL, Wolfgang. **The Third Sector: Comparative Studies of Nonprofit Organizations**. New York, Random House, 1992.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1989.
- ARGYRIS, Chris. **The executive mind and double-loop**. *Organizational Dynamics*, Autumn, 1982.
- ARIÉS, Phillipe. **O tempo da história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- AZEVEDO, S.; PRATES A. A. Planejamento Participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais. ANPOCS, 1991, p. 122-152.
- AZEVEDO, Tasso R de. **Buscando recursos para seus projetos**. São Paulo: TextoNovo, 1998.
- BARKER, Robert. **Discovering the future: the business of paradigms** (video). New York: Warner, 1986.
- BEM-NER, Auner; GUI, Benedetto (eds.). **The Non-profit Sector in the Mixed Economy**. Michigan, USA: Ann Auner; University of Michigan Press, 1993.
- BJUR, Wesley e CARAVANTES, G. **Readministração em Ação**. Porto Alegre: AGE, 1995.

- BLAU, Peter M., SCOTT, W. Richard. **Organizações formais**. São Paulo: Atlas, 1970.
- BOAVENTURA, Elias. **Reflexões sobre o papel dos metodistas no ensino superior brasileiro**. (Texto fotocopiado, s.d.).
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
- BONINO, José Miguez. **Metodismo: releitura latino-americana**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1983.
- BOUDON, André. Social S. A. que dá. **Especial para Conjuntura Econômica**. p. 31-35, Fevereiro de 2001.
- BOWEN, William G. et alii. **The Charitable Nonprofits**. San Francisco: Jossey-Bass, 1994
- BRADNER, J. H. It starts with you...The volunteer administrator. In: **The Journal of Volunteer Administration**. Association of Volunteer Administration, spring 1993 issue, volume IX, n. 3, p. 20-22.
- BURKE, Mary Na; LILJENSTOLPE, Carl. **Recruiting Volunteers – A Guide to Non-profits**. USA: Crisp, 1992.
- BURKE, Peter (org.) **A escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- BUSINESS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY. **Volunteerism**. Disponível em <<http://www.bsr.resourcecenter/index.html>>. Acesso em 18/03/2001.
- BUTLER, Stuart M. Practical Principles. In: NOVAK, Michael (org.) **To Empower the People: from State to Civil Society**. Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1996.
- CALOIA, A. **L'imprenditore-sociale**. Asti: Edizione Piemme, 1999.
- CAMARGO, M.F.; SUZUKI, F.; UEDA, M. ; SAKIMA, R.; GHOBRI, A. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil – Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Futura, 2001.
- CAMPANTE, Delcio M. S. **Metodismo e setores populares**. 1985. Dissertação de Mestrado – Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Estudos Avançados em Educação.
- CAMPBELL, Katherine N.; Ellis, Susan J. **Guide to Volunteers Management**. USA: Energize, 1998.
- CARCANHOLO, M. D. et al (Orgs.) **A quem pertence o amanhã? – Ensaio sobre neoliberalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- _____. **Cidadania Empresarial: o desafio da responsabilidade**. *Update*, São Paulo. a. 16, n. 363, p. 114-121, agosto 2000.

_____. ; FRANCO, A.; OLIVEIRA, M.D. **Um novo referencial para a ação do Estado e da Sociedade: sete lições da experiência da Comunidade Solidária.** Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, PNUD, 2000.

CARRION, R. M. Organizações sem fins lucrativos – A participação do mercado no terceiro Setor. In: **Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP, São Paulo: volume 12, n. 2, novembro de 2000.

CARVALHO, Nanci V. de. O terceiro sujeito: um novo ator para um velho cenário. In: DOWBOR, L. et all (Orgs.). **Desafios da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1997, p. 199-214.

_____. **Autogestão: O nascimento das ONGs.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CENPEC. A participação do setor privado na melhoria da gestão e da qualidade da educação no Brasil. São Paulo: mimeo, 1992.

CEPIK, M. Direito à informação: situação legal e desafios. In: **Informática Pública.** Ano 02, n. 2, dez. 2000, p. 43-53.

CESAR, Ely Eser Barreto. Educação e confessionalidade. **Revista do COGEIME.** São Paulo, 6/11, p.12-13, 1997.

CHIANCA, Thomaz; MARINO, E.; SCHIESARI, L. **Desenvolvendo a cultura da avaliação em organizações da sociedade civil.** São Paulo: Instituto Fonte, 2001.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1985.

CKAGNAZAROFF, I. B. A relação entre a Prefeitura e o Terceiro Setor na área da criança e do adolescente em Belo Horizonte. In: **Anais do VIII Colóquio Internacional sobre Poder Local.** Salvador: NPGA / UFBA, 1999.

CLARKE, Adam. *Memoirs of the Wesley Family: Collected Principally from Original Documents.* New York: Carlton & Porter, n.d.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R (orgs.). **Handbook of Organizational Studies.** 1st edition. London: Sage Publications, 1996.

CODO, Wanderley; LANE, Silvia T.M. (orgs.) **Psicologia Social – O homem em movimento.** 13^a. Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

COGEIME. **Propostas para a criação do Sistema Metodista de Ensino.** Documento 9 do 16^o. Concílio Geral da Igreja Metodista, 1997.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS. Tudo pelo social. **GESTOR.** Revista Mineira de Administração. Belo Horizonte, p. 14-19, 2 de setembro de 2001.

CORREIA, José de Anchieta. A Escola e a Cidade. Revista Dois Pontos. Belo Horizonte, v. 5, no. 43, p. 69-71, jul/ago 1999.

CORRULLÓN, M. O voluntariado no Brasil. In: **Terceiro setor do voluntariado**. Brasília: Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, s.d.

COSTA, Alfredo. **Um desarrollo social com nueva escala: nota sobre el espacio entre el gobierno y la empresa privada**. Brasília: PNDU / RR-BRASIL, 1995.

COSTA, Aloysio Teixeira. **Administração de entidades sem fins lucrativos**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. ; FILHO Barnabé M. **Voluntariado na Empresa**. Gestão eficiente da participação cidadã.

COTTER, Dick. **Farmers, Ringmasters and Builders: A History of Kingswood College**. Bristol: Box Hill, 1985.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento**. São Paulo: Atlas, 1994.

CURY, Thereza Christina H. Elaboração de Projetos Sociais. In: **Gestores Sociais – textos de apoio**. São Paulo: s/d, 1998, p. 55-82.

DeGEUS, A. **A empresa viva: como as organizações podem aprender a prosperar e a se perpetuar**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel – A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

_____. **Aprendiz do Futuro - Cidadania hoje e amanhã**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

DINGLE, Alan (Editor). **Measuring Volunteering: a Practical Toolkit**. New York: Independent Sector; United Nations Volunteers, 2001.

DOHME, Vânia. **Voluntariado: equipes produtivas - como liderar ou fazer parte de uma delas**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001,

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1995.

DONEGAMA, Constanzo. **Eles, os excluídos**. Superando a apartação social com a comunhão. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1995.

DURKEIM, E. **A Divisão Social do Trabalho**. Lisboa: Presença, 1991 (Primeira Edição em Língua Francesa em 1893).

DRUCKER, Peter F. O Novo Papel da Administração. **Coleção Harvard de Administração**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **Post-capitalism Society**. New York: Harpers Collins, 1993.

_____. **Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos – Princípios e Práticas.** São Paulo, Thomson Learning/Pioneira: 1990.

_____. **Inovação e Espírito Empreendedor.** São Paulo: Pioneira, 1995.

_____. (org.). **A Comunidade do Futuro: idéias para uma nova comunidade.** São Paulo: Futura, 1998.

_____. **O Melhor de Peter Drucker: A Sociedade.** São Paulo, Nobel: 2001.

EMPRESA e o Cidadão, A. Ação & Participação. São Paulo, n. 43, p4, setembro 1999.

ESTRATÉGIAS de empresas no Brasil: atuação social e voluntariado. São Paulo: Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, 1999.

ETZIONI, Amitai. **The Spirit of Community.** New York: Touchstone, 1994

_____. **New Communitarian Thinking: Persons, Virtues, Institutions and Communities.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1995.

FARR, R e MOSCOVICI. 5ª Eds. **Social Representations.** Cambridge: University Press: 1984.

FEATHERMAN, D. What does society need from higher education? **Social Science Research Council.** p. 38-43, June-September 1993.

FERRAREZI, Elisabete. A mudança do marco legal no Terceiro Setor no Brasil.

_____. Estado e Setor Público Não Estatal: perspectivas para a gestão de novas políticas sociais. In: **II Congresso Internacional do CLAD sobre Reforma do Estado e da Administração Pública,** Isla de Margarita, Venezuela, outubro de 1997.

_____. El nuevo marco legal del Tercer Sector em Brasil. **Revista del CLAD – Reforma e Democracia.** Venezuela, nº 20, junho de 2001.

FEUERSTEIN, Marie-Thérèse. **Avaliação: como avaliar programas de desenvolvimento com a participação da comunidade.** São Paulo: Paulinas, 1986.

FISCHER, Julie. **Nongovernment: NGOs and the political development of the third world.** West Harford, Connecticut: Kumarian Press, Inc., 1998.

FISCHER, Rosa Maria; Falconer, Andres P. Voluntariado empresarial – estratégias de empresas no Brasil. **Revista de Administração.** São Paulo, v. 36, n. 3, p. 15-27, julho/setembro 2001.

FISCHER, Tânia (org.). **Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FLEURY, Maria Tereza Leme e FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e Poder nas Organizações.** 2. ed., São Paulo: Atlas, 1996.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cultura Organizacional e estratégias de mudanças: realçando estas questões no cenário brasileiro.** São Paulo: Atlas, 1995.

FLEURY, Maria Tereza Leme e FLEURY, Afonso. **Aprendizagem e Inovação Organizacional**. São Paulo: Atlas, 1995.

FOLHA DE SÃO PAULO. 28 de outubro de 2001. **Caderno Especial: Voluntariado**. São Paulo, p.1-12.

FRANCO, Augusto de. A questão do fim público das organizações do Terceiro Setor. In: **Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil**. São Paulo: PNUD / IPEA, 1997.

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL; COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **Coletânea de Legislação do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1998.

GALBRAITH, John Kenneth. **A sociedade justa**. Uma perspectiva humana. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

GARRISON, J.W. **Do Confronto à colaboração**: relação entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília: Banco Mundial, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GIDDENS, A. **Modernity and Self Identity**: self and society in the late modern age. Stanford, California: Stanford University Press, 1991.

GIFE. **Relatório 1995/1996**. São Paulo, 1997.

GOES, Sérgio. **Relatório de Pesquisa para Filantropia e Cidadania**. Rio de Janeiro: ISER, 1995.

GOLDBERG, R; ABUMANSSUR, H; CORULLÓN, M. **A rede de centros de voluntários e o meio empresarial no Brasil**: decisões estratégicas para o fortalecimento de parcerias. S.I., 1999.

_____. **Como as empresas podem implementar programas de voluntariado**. São Paulo: Instituto Ethos / Programa Voluntários, 2001.

GONÇALVES, Hebe Signorini (ORG.). **Organizações não-governamentais: solução ou problema**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **Responsabilidade Social Empresarial como valor para a sociedade**. São Paulo: FGV. Disponível em <<http://www.fgvsp.br/ano5/12/opinioao.htm>>. Acesso em 2/8/2002.

GRAU, Nuria. **Repensando lo público a través de la sociedad** – Nuevas formas de gestión pública y representación social. CLAD. Caracas: Nueva Sociedad, 1997.

GUARINO, Pablo. Los dilemas de las ONGs em América Latina. In: **Construindo nossa agenda comum**. São Paulo: ABONG, 1995.

HALL, Richard H. **Organizações: Estruturas e Processos**. 3. ed, Rio de Janeiro: Prentice/Hall do Brasil, 1984.

HANDY, Charles. **A Era do Paradoxo - Dando um Sentido para o Futuro**. São Paulo: Makron Books, 1995.

HEITZENRATER, Richard P. **Wesley and the People Called Methodists**. Nashville: Abingdon Press, 1995.

HELMS, Sharon J. (ed.). **Methodism and Education: From Roots to Fulfillment**. Nashville, USA: General Board of Higher Education and Ministry, 2000.

HESELBEIN, Francil et al. **The Community of the Future**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

HIRSCHMAN, Albert O. **De consumidor a cidadão – atividades privadas e participação na vida pública**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HODGKINSON, Virginia; McCARTHY, Katheen. **The Voluntary Sector in International Perspective: an Overview**. San Francisco: Jossey-Bass, 1992.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**. O desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Simon and Schuster, 1998.

HUME, David; EDWARDS, Michael. **NGOs, States and Donors: Too Close for Comfort?** Londres: MacMillan, 1997.

IAMSCU. **The International Association of Methodist-related Schools, Colleges and Universities: 2001 Directory**. Nashville, USA: General Board of Higher Education and Ministry, 2000.

IBASE. **SOS Brasil: Guia para participação Empresarial no Apoio à cidadania**. Rio de Janeiro, Ibase, 1993.

INSTITUTO ETHOS. **Manual de primeiros passos de responsabilidade social empresarial**. São Paulo, 1998.

INSTITUTO ETHOS. **O que as empresas podem fazer pela criança e pelo adolescente**. (Manual). São Paulo: CENPEC; Fundação Abrinq, 2000. Disponível em <<http://www.cenpec.org.br/oquepublic.htm>>. Acesso em 9 de julho de 2002.

INTEGRAÇÃO – **Revista eletrônica do terceiro Setor**. São Paulo: FGV, 2002. Disponível em <<http://integração.fgvsp.br>>. Acesso em 10/7/2002.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; MANCEBO, Deise (orgs.) **Psicologia Social - Abordagens Sócio-históricas e desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1999.

JARBOE, Betty M. Minutes of Some Conversations (1781). In: **Wesley Quotations**. Lanham, MD: Scarecrow Press, 1990.

- JOIA, Sonia (org.). **O empresário e o espelho da sociedade**. Rio de Janeiro, Ibase, 1994.
- JOSGRILBERG, Rui de Souza. O que é filosofia cristã e confessionalidade no metodismo? **Revista do COGEIME**. São Paulo, 1/1, p. 84, 1992.
- JUNTA GERAL de EDUCAÇÃO CRISTÃ. **Relatório ao 16º Concílio Geral da Igreja Metodista**. Biblioteca Vida e Missão/Documentos, nº 3, São Paulo: Colégio Episcopal, 1997.
- KANAANE, Roberto. **Comportamento Humano nas Organizações: O homem rumo ao século XXI**. São Paulo: Atlas, 1995.
- KATZ, Daniel e KAHN, Robert L. **Psicologia Social das Organizações**. São Paulo: Atlas, 1978.
- KAPAZ, E. A comunhão entre o público e o privado. In: **O Empresário e o Espelho da Sociedade**. Rio de Janeiro: Banco Arbi, 1994.
- KENNEDY, J.L. **Cincoenta anos de methodismo no Brasil**. São Paulo: Imprensa Methodista, 1927.
- KERR, Clark. *The Uses of the University*. 4th edition. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- KHOURY, G; ROSTAMI, J.; TURNBULL, P. L. **Corporate social responsibility: turning words into action**. (Executive Summary, 255-99), The Conference Board of Canada, 1999.
- KINGSWOOD SCHOOL. **General Information: Admissions & Procedures, Examinations & Scholarships**, Bath: 2000-2001.
- KÜNG, Hans. **Global Responsibility: In Search of a New World Ethic**. New York: Crossroad.1991.
- KISIL, R. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001.
- LADIN, Leilah. **Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil**. (Textos de Pesquisa), Rio de Janeiro: ISER, 1993.
- _____.; CORIM, Lectícia. **ONGs: um perfil**. São Paulo: ABONG/ISER, 1996.
- _____. (org.). **Ações em sociedade**. Militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: Nau, 1998.
- _____.; SCALON, M. C. **Doações e trabalho voluntário no Brasil: uma pesquisa**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- LANE, Jan-Erik. **The Public Sector: Concepts, Models and Approaches**. 2nd edition, Newbury Park: Sage, 1995.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

- LAVILLE, J. L. (org). **L'économie solidaire**. Une perspective internationale. Paris: Desclée de Brouwe, 1994.
- LEIBRECHT, W.; TILLICH, P. **A Handbook of Christian Theologians**. New York: The World Publishing Company, 1965.
- LEVAGI, Virgilio. **Organizaciones de empleadores en Latinoamérica**. Reflexiones desde el cono Sul. Chile: Equipo Técnico Multidisciplinario, Oficina Internacional del trabajo, 1999.
- LEVY, Daniel C. **Building the Third Sector: Latin America's Private Research Centers and Nonprofit Development**. Pittsburgh: University of Pittisburgh Press, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C. Aula Inaugural. In: ZALUAR, Alba (org.) **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p. 211-244.
- LEYENS, Jacques-Phillipe; YZERBYT, Vincent. **Psicologia Social**. (Nova Edição revista e aumentada). Lisboa, Portugal: Edições 70, 1997.
- LODOVIC, E. S.; BERNAREGGI, G. M. (orgs.). **Parceria público e privado**. São Paulo: Summus Editorial, 1996.
- MACLEAOD, Flora. **Motivating and Managing Today's Volunteers**. Canada: Self-Counsel, 1993.
- MAIA, Almir de S. A educação no contexto das mudanças. **Revista do COGEIME**. São Paulo, 6/11, p. 46-47, 1997.
- MARCO LEGAL do Terceiro Setor. **Cadernos do Conselho de Solidariedade**. Brasília, vol. 5, IPEA, 1998.
- MARCOVITCH, J. Da exclusão à coesão social: profissionalização do terceiro Setor. In: IOSCHPE, E. (org.) **3o. Setor: desenvolvimento social sustentado**. 2ª edição. Rio de Janeiro: GIFE; Paz & Terra, 2000.
- MARINO, Eduardo. **Manual de avaliação de projetos sociais: uma ferramenta para a aprendizagem e desenvolvimento de sua organização**. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 1997.
- MARTIN, J & SIEHL, C. **Organizational culture and counterculture: an uneasy symbiosis**. *Organizational Dynamics*, autumn 1983.
- MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa Cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, E. (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. 2ª. Edição. São Paulo: GIFE; Paz & Terra, 2000.
- MARTINIC, Sérgio. Desafios de la Educación Latino Americana para uma época de globalización. **Revista do COGEIME**. São Paulo, 6/11, p. 39, 1997.
- MARSDEN, George M.; LONGFIELD, Bradley J. (eds.) **The Secularization of the Academy**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

- MATTOS, Paulo Ayres. **Mais de um século de Educação Metodista**. São Paulo: COGEIME, 2000.
- MAXIMINIANO, Antonio Cezar A. **Administração de projetos: transformando idéias em resultados**. São Paulo: Atlas, 1997.
- MEDEIROS FILHO, Benedito C. **Revolução na Cultura Organizacional**. São Paulo: STS, 1992.
- MENDONÇA, Antônio G. Educação, confessionalidade e ecumenicidade. **Revista do COGEIME**. São Paulo, 4/7, p.154, 1995.
- MEREGE, Luiz Carlos; ALVES Mário Aquino. **Desenvolvendo a Filantropia Empresarial através da Educação: uma experiência brasileira**. EAESP/FGV, CETS, Cadernos do III Setor, nº. 1, São Paulo: nov., 1997.
- _____.; BARBOSA, Maria N. L. 3º Setor: reflexões sobre o marco legal. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MESQUIDA, Pery. **Hegemonia norte-americana e educação Protestante no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.
- MONETNEGRO, Thereza. **O que é ONG**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
- MOREIRA, A. S. P. e OLIVEIRA D. C. (Orgs) - **Estudos Interdisciplinares de Representação Social** - Goiânia - AB, 1998.
- MORRISON, Emily K. **Leadership Skills** - Developing Volunteers for Organizational Success. USA: Fisher Book, 1994.
- MOSCOVICI, S. **Psychologie Sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.
- MOSCOVICI, Fela. **Renascença Organizacional**, 3. ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.
- MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. Organizadores. **Cultura organizacional e Cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.
- MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão Contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- NAISBITT, John. **Paradoxo Global: quanto maior a economia global, mais poderosos são os seus protagonistas menores: nações, empresas e indivíduos**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- NANUS, Burt; DOBBS, Stephen M. **Liderança para o Terceiro Setor: estratégias de sucesso para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Futura, 2000.
- NAVARRO, Ana; Neto, Brasília A. Voluntariado. *Revista Profissão Mestre*. São Paulo, v. 2, no. 22, p. 10-13, jul 2001.

NEDER, Ricardo Toledo. **Organizações não-governamentais na (re)construção da sociedade civil no Brasil:** (dinâmicas, sujeitos e vinculações entre público e privado nos anos 90). EAESP/FGV, NPP, São Paulo: Relatório n.º. 10, 1996.

_____. As ONGs na reconstrução da sociedade civil no Brasil. In: **Seminário Internacional Sociedade e Reforma do Estado**. São Paulo, 1998, p. 1-8.

O CORREIO DA UNESCO. **Voluntariado:** uma riqueza invisível. Brasília, v. 29, no. 8, agosto 2001, p. 16-37.

OFICINA INTERNACIONAL del TRABAJO. **Decent Work**. Genebra: OIT, 1999.

OLIVEIRA, Anna Cynthia. **Construindo um marco regulatório para a consolidação do setor privado não lucrativo e de fins públicos no Brasil**. Brasília: Conselho Comunidade Solidária, 1996.

_____. **Terceiro setor:** uma agenda para reforma do marco legal. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária, 1997^a.

OLIVEIRA, Miguel D. **Cidadãos construindo a sociedade civil planetária**. World Alliance for Citizen Participation. Washington: Civicus, 1995.

OUTLER, Albert. Methodists in Search for Consensus. In: Meeks, Douglas (ed.). **What Should Methodists Teach?** Nashville, USA: Kingswood Books, 1990.

PADILHA, Andrea F.N. **Terceiro Setor:** Fiscalização e outras formas de controle. Recife: Nossa Livraria, 2002.

PAES, José Eduardo S. **Fundações e Entidades de Interesse Social – Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

PALMER, Parker. **Conhecer como somos conhecidos**. São Paulo: UNIMEP, 1999.

PARADELA, Clóvis de O. **A ideologia da educação metodista**. Rio de Janeiro: FGV / UNIMEP, 1993.

_____. **Decisão em colegiados e o papel dos conselhos diretores – O caso do Instituto Metodista Izabela Hendrix**. 1998. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Escola Brasileira de Administração Pública, FGV, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Custódio. **Captação de Recursos (Fund raising) – Conhecendo melhor porque as pessoas contribuem**. São Paulo. Editora Mackenzie, 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (ORG.). **O Público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Editora ENAP, 1999.

_____.; GRAU, Nuria C. (Orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PORTAL DO VOLUNTÁRIO. **Centros de Voluntários: o que é e o que faz um Centro de Voluntários?** . Disponível em <http://www.portaldovoluntario.org.br/centro_vol/oquee.asp>. Acesso em 10/7/2002.

POWELL, Fred; GUERIN, Donal. **Civil Society and Social Policy**. Dublin: A&A Farmar, 1997.

RACK, Hendry D. **Reasonable Enthusiast: John Wesley and the Rise of Methodism**. London: Epworth Press, 1988.

RAFAEL, Edson José. **Fundações e direito – 3o Setor**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.

RAPOSO, R. **Elaboração e avaliação de projetos**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas, s.d.

REICH, R. **The Work of Nations**. New York: Vintage Books, 1992.

REILY, Ducan A. **Momentos decisivos do metodismo**. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1991.

_____. **Metodismo brasileiro e wesleyano**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1991.

RICO Elizabeth M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais; Cortez, 1998.

RITS: **Rede de Informações para o Terceiro Setor**. Disponível em <<http://www.rits.org.br>> Relatórios semanais recebidos a partir de 29 de abril de 2002.

ROBBINS, S; COULTER, M. **Responsabilidade Social e Ética na Administração**. São Paulo: Prentice-Hall, 1998.

RODRIGUES, M. C. P. **Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, ano 32, n. 5, Setembro /Outubro, 1998, p. 25-67.

SAGARANA – Turismo e Cultura em Minas Gerais. **Nova Lima: amplidão das Alterosas**. Ano III, No. 13, p. 8-19, 2001.

SALAMON, Lester M. **The Emerging Sector: An Overview**. Philadelphia: The Johns Hopkins University, 1994.

_____.; ANHEIER, H. K.; LIST, R.; TOEPLER, S.; SOKOLOWSKI, S.; W. and Associates. **Global Civil Society – Dimensions of the nonprofit Sector**. Baltimore: The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1999.

SANTA ANA, Júlio. **Confessionalidade e Educação: uma visão ecumênica**. **Revista do COGEIME**. São Paulo, 1/1, p. 15-16, 1992.

SANTARO, Robson. Ética e Responsabilidade Social. **Brazilian Business**. n. 148, fevereiro de 2002. Disponível em <<http://www.agenciabrasil.com>>. Acesso em 15/06/2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinvenção solidária e participativa do Estado. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO. MARE, 26-29 de março, São Paulo, 1998.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura**. 15ª Ed, São Paulo, Brasiliense, 1994.

SCHEIN, Edgard. **Liderança e Cultura Organizacional** (1996). In: HESSELBEIN, Frances & GOLDSMITH, Marshal & BECKHARD, Richard. O líder do Futuro. São Paulo: Futura, 1997.

_____. **Psicologia Organizacional**. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1984.

_____. **The role of the founder in creating organizational culture**. Organizational Dynamics, Summer 1983.

_____. **Three cultures of management: the key to organizational learning**. Sloan Management Review, Fall, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. Sociedade Civil em movimento. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Revista da Fundação Seade, v. 8, jul-set, 1994, p. 6-14.

SCOTT, Cyntia D. **Gerenciando a Mudança Organizacional**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1994.

SENGE, Peter ... et al. **A Quinta Disciplina: caderno de campo: estratégias e ferramentas para construir uma organização que aprende**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1999.

SILVA, Ana Amélia. Do privado para o público: ONGs e os desafios da consolidação democrática. In: JUNQUEIRA, Luciano, A.P. (coord.) **O Brasil e a nova ordem internacional**. Anais do IX Congresso Internacional dos Sociólogos. São Paulo: Sinsesp, 1992.

SOUZA, Maria do Rosário. Gestão de projetos sociais. In: **Gestores Sociais – Textos de apoio**. São Paulo: s/n, 1998, p.83-110.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Cidadania ou Filantropia: um dilema para o CNAS**. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, 1994.

SROUR, Robert H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

STECKEL, Richard. **In Search of America's Best Nonprofits**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1997.

STONER, J. A.; FREEMAN, R.E. **At the Heart: the New Volunteer Challenges to Community Agencies**. San Francisco: The San Francisco Foundation, 1998.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: Regulação no Brasil**. São Paulo: GIFE; Editora da Fundação Peirópolis, 2001.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONG's – Principais funções gerenciais**. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

_____ et alii. **Elaboração de Projetos Comunitários: abordagem prática**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____ (coord.). **Gestão Social: metodologia e casos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____ (coord.). **Avaliação de projetos comunitários: abordagem prática**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. **Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos dilemas e perspectiva da ação social organizada no Brasil**. In: STENGEL, M. et al (Orgs.) **Políticas públicas de apoio sociofamiliar – curso de capacitação de conselheiros municipais e tutelares**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.

TERCER Sector. Una publicación editada por Fundación Del Viso, Buenos Aires, Argentina. Disponível em <<http://www.tercersector.org>>.

THE POINTS OF LIGHT FOUNDATION. **Corporate Volunteer Programs - a strategic resource for business: basic guidelines and considerations for start up and strengthening of corporate volunteering in Brazil**. Washignton, s.d.

TOFFLER, Alvin e Heide. **Criando uma nova civilização**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia M. D. **Mobilização Social: “Um modo de construir a democracia e a participação”**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, ABEAS/UNICEF, 1997.

VALA, J e MONTEIRO. M. B. (Orgs) **Psicologia Social**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

VIEIRA, Listz. **Os argonautas da cidadania – A Sociedade Civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WEBER, Max. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**. New Edition. London: Unwin University Books. 1958.

WESLEY, John. **Twelve Rules of a Helper (1753)**. In: **A History of The Methodist Church in Great Britain**. London: Epworth Press, 1998.

WILD, C. **Corporate volunteer programs: benefits to business**. (Report 1029), New York: The Conference Board of Canada, 1993.

WILHEIM, A. M. **Iniciativas empresariais e projetos sociais sem fins lucrativos**. Cadernos ABONG. São Paulo, n. 12, 1995.

WUTHNOW, Robert. **Between States and Markets: The Voluntary Sector in Comparative Perspective.** New Jersey: Princeton University Press, 1991.

ZELL, Deone. **Projetado para mudar: inovação organizacional na Hewlett-Packard.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Belo Horizonte, outubro de 2001.

Caro Aluno,

Este questionário faz parte de uma pesquisa que estamos realizando, com o objetivo de conhecer melhor as suas idéias e os seus desejos, de modo que possamos melhorar o Projeto Empresa Cidadã.

Instruções:

- A) Preencha o cabeçalho de forma legível, com seu nome, idade, série que cursa e com o nome da escola onde estuda.
- B) As perguntas devem ser respondidas de forma clara, direta e... Verdadeira! As nossas ações para ajudá-lo(a) estão dependendo das informações que você nos der.
- C) Quando uma pergunta aceitar a resposta SIM ou a resposta NÃO, lembre-se de marcar uma destas duas palavras E explicar a sua escolha.

IMPORTANTE

A sua autorização:

Nossos planos incluem usar as informações obtidas através deste questionário em uma pesquisa científica de pós-graduação, do tipo conhecido como Dissertação de Mestrado.

Não há problema caso você não deseje que as suas respostas sejam usadas na Dissertação.

Nesse caso, basta assinar no local indicado no final desta folha de instruções.
(Não se manifestando contrário, estará, automaticamente, autorizando o uso deste material.)

Eu, _____, participante do Projeto Empresa Cidadã - 2001, não autorizo o uso das informações dadas por mim em pesquisas que se tornem públicas.

Assinatura: _____ - Data: _____

APÊNDICE B

**IMPRESSÕES PESSOAIS NO PROJETO SOCIAL
EMPRESA CIDADÃ**

ALUNO(A): _____

IDADE: _____ **- SÉRIE:** _____

ESCOLA: _____

01) Como você ficou sabendo sobre a parceria entre a Prefeitura de Nova Lima e o Izabela Hendrix?

02) Você está participando do projeto porque se inscreveu voluntariamente ou porque foi indicado para tomar parte dele?

03) Alguém lhe contou como foram escolhidas as escolas que enviaram alunos para esse projeto?

A. () **SIM.**

No caso da sua escola, como foi?

B. () **NÃO.**

Mas como você *acha* que a sua escola foi indicada?

04) Você sabe que regras foram seguidas na sua escola para a seleção dos alunos para a esse projeto?

☺ Por favor, se a sua resposta for *sim*, escreva quem falou sobre as regras, quando, onde e o que foi explicado para você.

05) Acha que esse critério foi justo? EXPLIQUE a sua resposta.

06) Por que acha que foi convidado(a) por sua escola para participar desse projeto? Que qualidades você reconhece que tem para ter sido escolhido(a)?

07) Quais foram os seus sentimentos pessoais quando soube que seria uma das pessoas nessa primeira turma?

08) Você acredita que há possibilidade de alguma mudança na sua vida com a sua participação nesse projeto?
Explique a sua resposta.

09) Como você pensa que serão as aulas do Curso Básico de Informática no Projeto Social Empresa Cidadã?

10) Você acha que ser parte desse projeto faz com que você precise ter algum tipo de responsabilidade especial? Explique a sua resposta.

11) Que outros tipos de projetos você gostaria que as escolas particulares criassem para uma parceria com escolas públicas?

12) Você pode acrescentar, aqui, alguma sugestão que gostaria de dar para:

- a Secretaria de Ação Social:
- o Instituto Metodista Izabela Hendrix:
- o Conselho Tutelar:
- a sua escola em Nova Lima:
- os seus colegas da escola em Nova Lima:
- seus colegas dessa turma:
- o seu professor de Informática:
- seus Monitores de Informática:

MUITO OBRIGADO POR SUA COLABORAÇÃO NA PESQUISA!

APÊNDICE C

Belo Horizonte, novembro de 2001.

Caro Diretor/Coordenador,

Este questionário faz parte de uma pesquisa que estamos realizando, com o objetivo de conhecer melhor a sua visão sobre o Projeto Empresa Cidadã, de modo que possamos avaliar a validade da proposta e/ou alterações nos planos iniciais.

Instruções:

- A) Preencha o cabeçalho com seu nome, o cargo que ocupa no Sistema Estadual de Ensino e com o nome da escola que representa.
- B) As perguntas devem ser respondidas de forma clara, direta e... Verdadeira! As nossas ações futuras estão dependendo das informações que você nos der.
- C) Quando uma pergunta aceitar a resposta SIM ou a resposta NÃO, lembre-se de marcar uma destas duas palavras E explicar a sua escolha.

IMPORTANTE

A sua autorização:

Nossos planos incluem usar as informações obtidas através deste questionário em uma Dissertação de Mestrado.

Não há problema caso você não deseje que as suas respostas sejam usadas na pesquisa.

Nesse caso, basta assinar no local indicado no final desta folha de instruções.
(Não se manifestando contrário, estará, automaticamente, autorizando o uso deste material.)

Eu, _____, que ocupo o cargo de _____ em uma escola participante do Projeto Empresa Cidadã - 2001, não autorizo o uso das informações dadas por mim em pesquisas que se tornem públicas.

Assinatura: _____ - Data: _____

APÊNDICE D

**IMPRESSÕES SOBRE O PROJETO SOCIAL
EMPRESA CIDADÃ**

ENTREVISTADO(A): _____

CARGO: _____

ESCOLA: _____

01) Como a sua escola ficou sabendo sobre a parceria entre a Prefeitura de Nova Lima e o Izabela Hendrix?

02) Sua escola está participando do projeto porque se inscreveu voluntariamente ou porque foi convidada para tomar parte dele?

03) Alguém lhe contou como foram escolhidas as escolas que enviariam alunos para esse projeto?

A. () **SIM.**

No caso da sua escola, como foi?

B. () **NÃO.**

Mas como você *acha* que a sua escola foi indicada?

04) As regras que deveriam ser seguidas, sua escolha, para a seleção dos alunos para esse projeto ficaram claras para a diretoria da escola e para seus professores?



Por favor, se a sua resposta for sim, escreva quem lhe falou sobre as regras, quando, onde e o que foi explicado para essa diretoria.

05) Acha que o critério de escolha das escolas do qual tomou conhecimento foi justo? E o da escolha dos alunos? EXPLIQUE a sua resposta.

06) Na sua escola, que aspectos foram levados em consideração para a escolha dos alunos para o projeto? (Critérios, qualidades buscadas etc.)

07) Como a sua escola comunicou aos alunos escolhidos que haviam sido indicados para participarem do curso?

08) Quais foram os seus sentimentos pessoais quando soube que sua escola seria uma das escolhidas para enviar alunos para essa primeira turma?

09) Foi percebida alguma mudança na vida dos alunos indicados para participarem do projeto? Explique a sua resposta.

10) Acha que sua escola tem algum tipo de responsabilidade especial em relação ao projeto? Explique a sua resposta.

11) Que outros tipos de projetos você gostaria que as escolas particulares criassem para uma parceria com escolas públicas?

12) Caso queira, acrescente sugestões para:

- a Secretaria de Ação Social:
- o Instituto Metodista Izabela Hendrix:
- o Conselho Tutelar:

MUITO OBRIGADO POR SUA COLABORAÇÃO NA PESQUISA!

ANEXOS



**The United Nations
International Year of Volunteers 2001**

IYV 2001
Media
Room

UN Resolutions

United Nations E/2000/L.12

Economic and Social Council

Distr.: Limited
26 July 2000
Original: English

Substantive session of 2000
New York, 5 July-1 August 2000
Agenda item 14 (b)

Social and human rights questions: social development

Australia,* Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Finland,* Hungary,* Japan, Kyrgyzstan,* Mexico, Netherlands,* New Zealand, Philippines,* Spain* and Thailand:* draft resolution

International Year of Volunteers

The Economic and Social Council,
Recommends to the General Assembly the adoption of the following draft resolution:

"The General Assembly,

"Recalling its resolution 52/17 of 20 November 1997, in which it proclaimed the year 2001 as the International Year of Volunteers, and also recalling Economic and Social Council resolution 1997/44 of 22 July 1997,

"Recalling also the outcome document of the twenty-fourth special session of the General Assembly, 1 entitled "World Summit for Social Development and beyond: achieving social development for all in a globalizing world", held in Geneva in June 2000, in which the General Assembly recommended the promotion of the involvement of volunteers in social development, inter alia, by encouraging Governments, taking into account the views of all actors, to develop comprehensive strategies and programmes by raising public awareness about the value and opportunities of voluntarism and by facilitating an enabling environment for individuals and other actors of civil society to engage in, and the private sector to support, voluntary activities,

"Welcoming the decision of the Commission for Social Development, at its thirty-eighth session, to include the subject of volunteering in its agenda for its thirty-ninth session in 2001,

"Taking into account the valuable contribution of volunteering both to economic and social development,

"Bearing in mind that volunteering is one of the important ways in which people participate in societal development,

"1. Welcomes the activities undertaken by States, intergovernmental organizations, non-governmental organizations, community-based organizations and the United Nations system for the promotion of volunteerism and, specifically, in preparation for the observance of the International Year of Volunteers, and encourages them to continue their efforts;

"2. Calls on States to promote, especially during the International Year of Volunteers, an environment

conducive to the discussion, at national and local levels, of the characteristics and trends of volunteer action in their own societies, including the major challenges which the International Year of Volunteers can help address, and to incorporate the subject of volunteering into high-level and other meetings and events during 2001;

"3. Invites States to consider all means available for more people to become involved in voluntary action and to be drawn from a broader cross-section of society, especially from groups, including youth, older people and people with disabilities, in view of the benefits accruing to volunteers through volunteer action;

"4. Encourages Governments, non-governmental organizations, the private sector, eminent persons and other relevant actors to take all possible measures to promote volunteer action, especially during the Year, in particular at the local level, and in cooperation with, inter alia, local authorities, community leaders, the media and schools;

"5. Encourages United Nations system organizations to pay attention to the Year in their regular work and in their relevant meetings and to continue to collaborate with the United Nations Volunteers programme as focal point for the Year to ensure that the contributions of volunteers in their own areas of concern are fully recognized;

"6. Requests the Commission for Social Development to make appropriate suggestions and recommendations to the General Assembly, through the Economic and Social Council, to further the contribution of volunteering to social development;

"7. Requests the Secretary-General to submit his note transmitting the contribution of the United Nations Volunteers programme to the preparations for the twenty-fourth special session of the General Assembly, entitled "World Summit for Social Development and beyond: achieving social development for all in a globalizing world",² as an official document of the thirty-ninth session of the Commission for Social Development, and requests him, furthermore, to disseminate it widely within the United Nations system, including by making it available to the Commission on Human Settlements acting as preparatory committee for the special session of the General Assembly for an overall review and appraisal of the Habitat Agenda, the Preparatory Committee for the Special Session of the General Assembly for Follow-up to the World Summit for Children, the Preparatory Committee for the World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance and the forty-fifth session of the Commission on the Status of Women;

"8. Decides that two plenary meetings of the fifty-sixth session of the General Assembly will be devoted to volunteering, to coincide with the close of the International Year of Volunteers on 5 December 2001, and, in this regard, requests the Secretary-General to prepare a report on ways Governments and the United Nations system could support volunteering for discussion on that occasion;

"9. Requests the Secretary-General to report to the fifty-seventh session of the General Assembly in 2002 on the outcome of the International Year of Volunteers and its follow-up."

* In accordance with rule 72 of the rules of procedure of the Economic and Social Council.

1 To be issued.

2 A/AC.253/16/Add.7.



Team IYV at the United Nations Volunteers

United Nations Volunteers - Postfach 260 111 - D-53153 Bonn -
Germany

Tel: (49 228) 815 2000 - Fax: (49 228) 815 2959 - team@iyv2001.org -
www.iyv2001.org



**The United Nations
International Year of Volunteers 2001**

UN Resolution

IYV 2001
Media
Room

Fifty-second session
Agenda item 12

RESOLUTION ADOPTED BY THE GENERAL ASSEMBLY
[without reference to a Main Committee (A/52/L.22 and Add.1)]

52/17. International Year of Volunteers, 2001

The General Assembly,

Welcoming the recommendation of the Economic and Social Council contained in its resolution 1997/44 of 22 July 1997,
Decides to take the action called for in that resolution, inter alia, proclaiming 2001 the International Year of Volunteers.

50th plenary meeting
20 November 1997

Fifty-second session
Agenda item 12

REPORT OF THE ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL

Andorra. Argentina. Armenia. Australia, Austria, Bangladesh, Belarus. Belgium. Benin. Bhutan, Bolivia, Bulgaria. Burkina Faso, Burundi, Cameroon. Canada. Cape Verde. Chad. Colombia. Congo. Costa Rica. Côte d'Ivoire. Croatia. Cuba. Cyprus. Czech Republic. Denmark. Djibouti. Ecuador. El Salvador, Ethiopia, Fiji, Finland, France. Gabon. Georgia. Germany. Ghana. Greece, Guinea, Guinea-Bissau. Guyana, Honduras, Hungary. Indonesia. Iran (Islamic Republic of). Ireland. Israel. Italy. Jamaica. Japan. Jordan. Kazakhstan. Kyrgyzstan. Lao People's Democratic Republic, Lesotho. Luxembourg. Madagascar. Malawi. Malaysia. Maldives, Malta. Marshall Islands, Mauritius. Mexico. Micronesia (Federated States of), Monaco. Mongolia. Morocco. Mozambique. Myanmar. Namibia. Netherlands. New Zealand, Nicaragua, Pakistan, Panama, Peru. Philippines. Portugal. Republic of Korea, Republic of Moldova. Romania. Samoa, San Marino. Senegal. Sierra Leone. Singapore, Slovakia. Slovenia. Solomon Islands. South Africa. Spain. Suriname. Swaziland. Sweden, Thailand, Trinidad and Tobago. Tunisia. Turkmenistan. Ukraine. United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, United Republic of Tanzania, United States of America. Yemen. Zambia and Zimbabwe: draft resolution
International Year of Volunteers, 2001

Addendum

Add the following countries to the list of sponsors of the draft resolution:

RESOLUTION ADOPTED BY THE GENERAL ASSEMBLY

Barbados. Brazil, Brunei Darussalam, Central African Republic. Democratic Republic of the Congo. Dominican Republic, Eritrea, Liberia. Mali. Nepal. Norway. Paraguay. Sri Lanka. Tajikistan. the former Yugoslav Republic of Macedonia and Uruguay
Fifty-second session
Agenda item 12

REPORT OF THE ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL

Draft resolution recommended by the Economic and Social Council

International Year of Volunteers. 2001

The General Assembly,

Recalling its resolutions 2659 (XXV) of 7 December 1970, 31/131 of 16 December 1976, 31/166 of 21 December 1976, 40/212 of 17 December 1985 and 49/139 B of 20 December 1994, and bearing in mind decision 96/32 of the Executive Board of the United Nations Development Programme/United Nations Population Fund, in which the Executive Board acknowledged the importance of the contribution made by volunteers worldwide and expressed its support for the efforts of the United Nations Volunteers to promote further volunteer work,

Taking into account its decision 35/424 of 5 December 1980 and Economic and Social Council resolution 1980/67 of 25 July 1980 concerning guidelines for international years and anniversaries,

Noting the significant contribution that volunteers make in their own countries to improve the welfare and realizing the aspirations of their fellow citizens for improved economic and social well-being, and the financing of their work largely through civil society, including the private sector, as well as the important achievements of volunteers assigned internationally to the attainment of the development goals of Member States,

Noting the assistance provided by the United Nations Volunteers, in particular to United Nations organizations and operations in the fields of social and economic development, humanitarian aid and the promotion of peace, democracy and respect for human rights, and above all in helping to link these efforts closely to the populations for whom they are intended,

Also noting the importance of new players taking the initiative at the local, national and international levels, particularly individuals and organizations of civil society, in partnership with Governments, as emphasized in the Copenhagen Declaration on Social Development and the Programme of Action of the World Summit for Social Development,

Bearing in mind the conclusion of the Fourth World Conference on Women, that women should be enabled to benefit from lifelong learning, including volunteer activity, and noting that much volunteer activity is performed by women and that such socially useful work should be appropriately recognized and supported,

Convinced that the need for volunteer effort is greater than ever in light of the adverse impact of such global problems as environmental degradation, poverty, drug abuse and human immunodeficiency virus/acquired immunodeficiency syndrome on the more

RESOLUTION ADOPTED BY THE GENERAL ASSEMBLY

vulnerable sectors of society, and of the trend for civil society, in partnership with government and the private sector, to assume ever greater responsibilities in the development process,

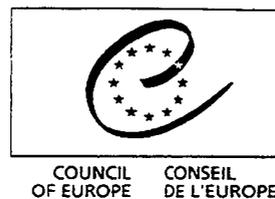
Also convinced that a year designed to enhance the recognition, facilitation, networking and promotion of volunteer service, with particular emphasis upon activity at the local level, could make a significant contribution to generating increased awareness of the achievements and further potential of volunteer service, to encouraging offers to service from a greatly expanded number of individuals and to channelling resources to augment the effectiveness of such service,

Noting with satisfaction that the proposal for the year has gained widespread support within civil society,

1. Proclaims 2001 the International Year of Volunteers;
2. Invites Governments, the United Nations system and intergovernmental, volunteer and non-governmental organizations and community-based organizations to collaborate and identify ways and means of enhancing the recognition, facilitation, networking and promotion of volunteer service in the preparations for and observance of the Year;
3. Designates the United Nations Volunteers programme, without prejudice to existing priorities, as the focal point for preparations, implementation and follow-up of the Year in close collaboration with other organizations of the United Nations system, and encourages the United Nations Volunteers to continue the process of close collaboration and partnership with Governments and
4. Invites policy-making organs and the relevant organizations of the United Nations system to consider, in the context of their substantive mandates, the principles and objectives of the Year, making special efforts through new and existing programmes during the period 1998-2001 and to pursue follow-up action to the Year for the benefit of all countries and peoples;
5. Appeals to Member States, as well as all other participants in the observance of the Year, to highlight 2001 as a special occasion benefiting the peoples of the world in their quest for a better life for all, based on the voluntary commitment of individuals and groups to make available their time and share their resources and skills in the interest of those less advantaged;
6. Calls for a concerted promotional and information campaign on behalf of the Year at the national, regional and international levels, with the strong participation of the mass media;
7. Requests the Secretary-General to take specific measures, within existing resources and with support from voluntary resources, through all the communications media at his disposal, in particular within the mandate of the Department of Public Information of the Secretariat, to give widespread publicity to the preparations for and observance of the Year and to disseminate information on the subject.

**PARLIAMENTARY ASSEMBLY
ASSEMBLEE PARLEMENTAIRE**

Council of Europe / Conseil de l'Europe
F-67075 Strasbourg Cedex
Tel: +33 (0)3 88 41 20 00
Fax: +33 (0)3 88 41 27 76
E-mail: pace@coe.int
<http://stars.coe.fr>



Doc. 8917
22 December 2000

Improving the status and role of volunteers as a contribution by the Parliamentary Assembly to the International Year of Volunteers 2001

Report
Social, Health and Family Affairs Committee
Rapporteur: Ms Tayyibe Gülek, Turkey, Socialist Group

Summary

The year 2001 has been declared International Year of Volunteers by the United Nations. The Parliamentary Assembly has always encouraged the development of the forces of civil society as a guarantee of social cohesion and an expression of participatory democracy. Voluntary action involves learning, sharing and helping others and enables all citizens to play a part in the democratic process. The Assembly welcomes the United Nations' initiative and calls on the member states of the Council of Europe to adopt various incentive measures during the year in order to promote volunteerism at national and European levels.

I. Draft recommendation

1. The year 2001 has been declared "International Year of Volunteers" by the United Nations General Assembly and the UN Volunteers programme has been designated as the focal point for its preparation and follow-up. Voluntary action has a long tradition in most European countries, even though the degree to which it exists and the forms which it takes vary with individual states' political, democratic, socio-cultural and economic conditions.
2. Voluntary action involves learning, sharing and helping others: it enables the young and not-so-young to acquire experience of life, civic spirit and vocational skills. It plays a part in transmitting knowledge. It makes unemployed volunteers more employable, and helps to keep the elderly active.
3. Voluntary action represents a substantial proportion of the gross domestic product in many states. It responds to social change, new needs and human suffering. Sometimes, it anticipates political intervention by creating new types of service, which later provide paid employment. Voluntary action is therefore a source of jobs.
4. The Assembly has always urged the need for the forces of civil society to emerge, as a guarantee of social cohesion and expression of participatory democracy. Voluntary action should enable all citizens to play a part in the democratic process, and its role should be particularly encouraged in the central and east European states, which are working to consolidate their new-found democracy.
5. The Assembly welcomes the United Nations initiative, which also turns the spotlight on the Council of Europe's on-going activities, such as its European Convention on the promotion of a Transnational Long-term Voluntary Service for Young People and its work on a code of ethics for young volunteers; the Assembly strongly favours the development of a genuine culture of voluntary service, necessarily extending to the Council of Europe itself.
6. The Assembly accordingly asks the Committee of Ministers to call on Member States to:
 - i. become involved, during this celebratory year, in information and awareness-raising campaigns on voluntary action, emphasising the invaluable contribution which volunteers make to the community, and the vital need for partnership between volunteers and professionals in all fields, particularly the social sector;
 - ii. declare a European Day of Volunteerism;
 - iii. seek to identify and eliminate, in their laws and practice, any obstacles which directly or indirectly prevent people from engaging in voluntary action, and to reduce tax pressure which penalises voluntary action;
 - iv. adopt and promote, in accordance with their national traditions, dynamic policies favouring voluntary action which, *inter alia*:

a. recognise the democratic, humanitarian, social, educational, training and economic value of voluntary action;

b. endorse the role played by voluntary action in involving citizens in the democratic process;

c. give voluntary workers legal status and adequate social protection, while respecting their independence, and removing financial obstacles to volunteering;

d. use various measures and incentives to encourage everyone and all sectors of the community – including political leaders, the active, the unemployed, the disabled, the elderly, the retired, migrants, refugees, and the excluded – to become involved in voluntary action;

e. help, particularly by earmarking budgetary and other resources, to support and develop voluntary initiatives of value to the community, while ensuring that the funds in question are appropriately used and allocated;

v. urge voluntary associations and volunteers themselves to respect the values and principles of the Council of Europe in their objectives and their activities and to remain politically neutral.

7. The Assembly takes the view that the Committee of Ministers should also:

i. urge the member states to ratify the European Convention on the Promotion of a Transnational Long-term Voluntary Service for Young People, so that it can come into force by the end of 2001, and use up-to-date technologies, such as the Internet, to implement it;

ii. work for ratification of this Convention by the European Union and non-member states of the Council of Europe;

iii. speed up preparation of the code of ethics for young volunteers, setting out the rights and duties of young volunteers in Europe, with a view to finalising it as soon as possible;

iv. sponsor the organisation of an annual European televised contest, in cooperation with Eurovision, designed to reward outstanding individual, group and community volunteer achievements;

v. institute a European observatory and registry of volunteerism.

8. Finally, following the example set by other international organisations, the Committee of Ministers should bring the voluntary dimension into the Council of Europe Secretariat and recruit volunteers to work alongside Council staff and experts in areas which are insufficiently developed, such as the rights and welfare of children, the promotion of women's status; the fight against trafficking in human beings and anti-racism.

LEI DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1 - Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade.

Parágrafo Único: O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Artigo 2 - O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu exercício.

Artigo 3 - O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo Único: As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Artigo 4 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 117 da Independência e 110 da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Paiva

Textos Legais

LEI 9.790, de 23 de Março de 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÕES

DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 1º - Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º - Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX - as Organizações Sociais;

X - as cooperativas;

XI - as fundações públicas;

XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º - A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenha pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de Interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º - Atendido ao disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos, cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta.

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade, que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 5º - Cumpridos os requisitos dos artigos 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em Cartório;

II - ata de eleição de sua atual diretoria;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV - declaração de isenção do imposto de renda;

V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º - Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no artigo 2º desta Lei;

II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos artigos 3º e 4º desta Lei;

III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º - Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º - Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPÍTULO II

DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º - Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10 - O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no Inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do Inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11 - A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata essa Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na Legislação.

Art. 12 - Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13 - Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos artigos 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14 - A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15 - Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 - É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17 - O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 18 - As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de Março de 1999, 178º da Independência e 111º da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Pedro Malan

Ailton Barcelos Fernandes

Paulo Renato Souza

Francisco Domelles

Waldeck Omélas

José Serra

Paulo Paiva

Clovis de Barros Carvalho

LEI N° 1424/95, de 28 de abril de 1995

**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

O povo do Município de Nova Lima, através de seus representantes na Câmara aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Título I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

Art. 1° Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e das normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2° O atendimento dos direitos da criança e o adolescente no Município de Nova Lima, será feito através das Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 3° O Município criará programas e serviços a que se refere o artigo 2° ou estabelecerá consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1° Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semiliberdade;
- g) internação.

§ 2° Os serviços especiais visam a:

- a) prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- c) proteção jurídico-social.

Art. 4º Os serviços previstos pelo artigo 3º e seus parágrafos serão criados e mantidos pelo poder público municipal, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e funcionamento dos mesmos.

Título II DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 5º A política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através da criação dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Capítulo II DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I Criação e Natureza do Conselho

Art. 6º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de Atendimento, vinculado ao Departamento Municipal de Bem Estar Social, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, nos termos o artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8069/90.

Seção II Dos Membros do Conselho

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e o Adolescente é composto de 10 membros e seus respectivos suplentes, sendo:

- I - um representante do Departamento de Bem-Estar Social;
- II - um representante do Departamento Municipal de Educação;
- III - um representante do Departamento Municipal de Saúde;
- IV - um representante do Departamento Municipal da Fazenda;
- V - um representante do Centro Educacional "Maria de Magalhães Pinto",
- VI - cinco (5) representantes de entidades não governamentais que desenvolvam atividades e programas de defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º Os representantes citados nos incisos I, II, III e IV serão indicados pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito do respectivo órgão representado.

§ 2º O representante citado no inciso V será indicado pela diretoria do órgão.

§ 3º Os representantes de entidades não governamentais serão eleitos, para a primeira investidura, em Assembléia, pelo voto de entidades de defesa e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente legalmente constituídas, e em funcionamento no mínimo há 02 (dois) anos, com sede no Município.

§ 4º A assembléia referida no parágrafo anterior terá a atribuição precípua de eleger os representantes das entidades não governamentais.

I - Após a posse, exercício e conclusão do primeiro mandato do Conselho, os seus membros, representantes de entidades não governamentais, serão destituídos automaticamente e eleitos novos representantes em assembléia com o quórum mínimo de 2/3 das entidades não governamentais cadastradas no conselho, convocadas pelo próprio conselho ou pela parte interessada.

§ 5º A assembléia para a eleição dos representantes das entidades não governamentais referida no parágrafo 3º será convocada por uma comissão provisória, no prazo de 30 dias a contar da publicação desta Lei, através de Edital publicado pela imprensa.

§ 6º A comissão provisória referida no parágrafo anterior será constituída por:

- a) um representante do Ministério Público;
- b) um representante do Poder Executivo Municipal.

§ 7º O presidente, o vice-presidente, o secretário e o tesoureiro serão eleitos por seus pares, na primeira reunião do Conselho.

§ 8º A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 9º Os membros dos Conselhos e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a reeleição apenas por uma vez e por igual período.

§ 10 A nomeação e posse do primeiro Conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal obedecida a origem das indicações.

§ 11 A função do membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Seção III Da Competência do Conselho

Art. 8º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução;

II - opinar na formulação das políticas sociais básicas e naquelas de caráter supletivo de interesse da criança e do adolescente;

III - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se referem os §§ 1º e 2º do artigo 3º desta Lei bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento.

IV - elaborar seu regimento interno;

V - gerir o fundo municipal, alocando recursos para os programas das entidades governamentais e repassando verbas para entidades não governamentais;

VI - propor modificações nas estruturas dos Departamentos e Órgãos da Administração ligadas à promoção, proteção, e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VII - opinar sobre dotações do orçamento municipal destinadas à assistência social, saúde e educação de crianças e adolescentes bem como ao funcionamento do Conselho Tutelar, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

VIII - opinar sobre a destinação e recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e a juventude;

IX - fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação, das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando, necessariamente, percentual para o incentivo ao acolhimento sob forma de guarda da criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar,

X - coordenar, regulamentar e organizar bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar;

XI - fixar a remuneração dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 9º O Conselho Municipal manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo e financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

Capítulo III
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I
Da Criação e Natureza do Fundo

Art. 10. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão captador e liberador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado.

Seção II
Da Competência do Fundo

Art. 11. Compete ao Fundo Municipal:

- I - Registrar os recursos orçamentários próprios recebidos do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes, pelo Estado ou pela União;
- II - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios;
- III - Fiscalizar a aplicação dos recursos municipais destinados ao atendimento da criança e do adolescente;
- IV - Administrar os recursos específicos por ele captados, destinados aos Programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção III
Da Constituição do Fundo

Art. 12. O Fundo Municipal será constituído por:

- I - Dotação consignada anualmente no orçamento do Município para atividades vinculadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Recursos provenientes do Conselho Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Doações, auxílios, contribuições e legados que venham a ser-lhe destinados;
- IV - Valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas, previstas na Lei 8069/90;
- V - Outros recursos que lhe forem destinados resultantes de depósitos e aplicações de capitais.

Capítulo IV
DOS CONSELHOS TUTELARES DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I
Da Criação e Natureza dos Conselhos

Art. 13. Fica criado 01 (um) Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente e autônomo não-jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e o adolescente.

§ 1º O Conselho Tutelar funcionará na área central do Município.

§ 2º Para o pleno desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar terá uma escala de serviço de seus membros de, no mínimo, 40 horas semanais prestadas na sede do conselho, devendo haver regime de revezamento de plantões, a ser fixado através do Regimento Interno.

Seção II
Dos Membros e da Competência do Conselho

Art. 14. Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 15. O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros com mandato de 03 (três) anos, permitida uma reeleição.

§ 1º Para cada conselheiro haverá 01 (um) suplente.

§ 2º O conselheiro suplente assumirá o cargo do Conselheiro Efetivo em caso de impedimento do titular, nas hipóteses de vacância por mais de 15 (quinze) dias;

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentará o disposto neste artigo.

§ 4º Em caso de afastamento, seja por licença médica ou outros afastamentos previstos em lei o titular afastado não fará jus a remuneração.

§ 5º O conselheiro suplente terá direito à remuneração estabelecida, todas as vezes que assumir o cargo de titular por mais de 30 (trinta) dias.

Art. 16. Somente poderão concorrer à eleição os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 anos;
- III - Residência no Município, há mais de 02 (dois) anos;
- IV - Estar no gozo dos direitos políticos;

Art. 17. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município, mediante processo eleitoral estabelecido em lei municipal complementar através de resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, presidido pelo Juiz Eleitoral ou pessoa por ele indicada e sob a fiscalização do Ministério Público.

§ 1º A candidatura ao cargo de membro do Conselho Tutelar será apresentada individualmente e sem vinculação a partido político.

§ 2º A comprovação da condição de cidadão do Município será feita através do Título Eleitoral, no ato de votar.

Art. 18. Compete ao Conselho Tutelar exercer as seguintes atribuições constantes dos artigos 95 e 136 da lei federal nº 8069/90:

I - atender as crianças e adolescentes sempre que os seus direitos, reconhecidos no Estatuto, acharem-se ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou, ainda, em razão de sua conduta;

II - verificada qualquer das hipóteses do inciso I, acima, determinar, dentre outras, as seguintes medidas previstas no art. 101 do Estatuto:

- a) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- b) orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- c) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

e) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

f) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

g) abrigo em entidade;

h) colocação em família substituta.

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as seguintes medidas previstas no art. 129, I a VII, do Estatuto, quando cabível:

a) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

b) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

c) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

d) encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

e) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

f) obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

g) advertência;

h) perda da guarda;

i) destituição da tutela;

j) suspensão ou destituição do pátrio poder.

Parágrafo único. Nas hipóteses das alíneas "i" e "j", o Conselho representará à autoridade judiciária competente.

IV - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

Art. 19. São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra e genro e nora, irmãos, cunhado durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária na Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

Art. 20. O Presidente do Conselho será escolhido pelos seus pares da 1ª sessão de cada mandato, sendo automaticamente empossado no cargo.

Parágrafo único. Na falta ou impedimento do Presidente assumirá a presidência o Conselheiro mais idoso.

Art. 21. O Conselho atenderá informalmente as partes, mantendo registro das providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata apenas o essencial.

Parágrafo único. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 22. O Conselho manterá uma secretaria geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 23. A competência será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsáveis;

II - pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente na falta dos pais ou responsáveis.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por crianças será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsáveis ou do local onde estiver sediada a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

Art. 24. Os membros do Conselho Tutelar farão jus mensalmente a uma remuneração a título de "jeton", não inferior à do cargo de Auxiliar Administrativo I.

§ 1º A remuneração fixada não gera relação de emprego com a Municipalidade, não podendo em nenhuma hipótese ou pretexto exceder a pertinente ao funcionalismo municipal de nível superior.

§ 2º Sendo o eleito funcionário público municipal, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

§ 3º Os recursos necessários à remuneração dos membros do Conselho Tutelar terá origem nos cofres públicos municipais.

Art. 25. Perderá o mandato o conselheiro que:

I - dele se utilizar para a prática de atos de corrupção e improbidade no exercício de sua funções;

II - sofrer condenação por crime doloso em sentença transitada em julgado;

III - sofrer condenação por sentença irrecorrível por crime ou contravenção penal;

IV - proceder de modo incompatível com o decoro do cargo;

V - deixar de prestar a escala de serviços que lhe for atribuída por 02 (duas) vezes consecutivas ou 03 (três) vezes alternadas.

VI - mudar de domicílio fora da regional onde for escolhido como Conselheiro Tutelar.

§ 1º De posse da denúncia, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instaurará o devido processo, a ser fixado em seu regimento interno, assegurando ao acusado ampla defesa.

§ 2º Verificada a culpa do acusado, a perda do mandato será decretada pelo conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Título III **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 26. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tomarão posse 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.

Art. 27. No prazo de até 07 (sete) meses contados da publicação desta Lei, realizar-se-á a primeira eleição para o Conselho Tutelar observando-se quanto a convocação, o disposto no artigo 17 desta Lei.

Art. 28. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 30 dias da nomeação de seus membros, elaborará o seu Regimento Interno, elegendo o primeiro Presidente.

Art. 29. Novos Conselhos Tutelares poderão ser criados em razão da demanda de atendimento, por determinação do conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 30. Constará na Lei Orçamentária Municipal previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar.

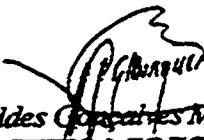
Art. 31. O Conselho Municipal e o Conselho Tutelar poderão requisitar serviços técnicos especializados para auxiliarem no desenvolvimento dos seus trabalhos.

Art. 32. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reunir-se-á pelo menos uma vez por mês.

Art. 33. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todos aqueles a quem o conhecimento e a execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Paço Municipal de Nova Lima, 28 de abril de 1995.


Ronaldes Gonçalves Marques
PREFEITO MUNICIPAL

/fc.

Lei nº 1576/98, de 16 de dezembro de 1998.

Modifica a redação original dos artigos 2º com inclusão do Parágrafo Único, 3º com inclusão do Parágrafo Único, 4º, 6º, 7º, 8º, 10 com inclusão do Parágrafo Único, 13, 15, 16, 17 com inclusão do Parágrafo Terceiro, 24, 25 e 26 com inclusão do Parágrafo Único, da Lei Municipal sob nº 1424/95 que "dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente."

A Câmara Municipal de Nova Lima, por seus representantes legais aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passam os artigos 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 10, 13, 15, 16, 17, 24, 25 e 26 da Lei Municipal n.º 1424/95 a ter a seguinte redação:

"Art.2º - O atendimento aos direitos da criança e do adolescente no Município de Nova Lima será feito por meio de:

I – Políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras necessárias ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente em condições de liberdade e dignidade;

II – Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III – Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão e de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.

Parágrafo único – O município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude."

"Art. 3º - O município deverá criar e manter os programas e serviços a que aludem os incisos II e III do artigo 2º ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado mediante prévia consulta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único – Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semi liberdade;
- g) internação.”

“Art. 4º - Os serviços previstos no artigo 3º e seu parágrafo único serão criados e mantidos pelo poder público municipal, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e funcionamento dos mesmos. “ _

“Art. 6º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de Atendimento, vinculado a Secretaria Municipal de Ação Social, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8069/90.”

“Art. 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 08 membros e seus respectivos suplentes, sendo:

- I – um representante da Secretaria Municipal de Ação Social;
- II – um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III – um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV – um representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
- V – 04 (quatro) representantes de entidades não governamentais que desenvolvam atividades e programas de defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º - Os representantes citados nos incisos I, II, III e IV serão indicados pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito do respectivo órgão representado.

§ 2º - Os representantes de entidades não governamentais serão eleitos, para a primeira investidura, em Assembléia, pelo voto de entidades de defesa e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente legalmente constituídas, e em funcionamento no mínimo há 2 (dois) anos, com sede no Município de Nova Lima.

§ 3º - A assembléia referida no parágrafo anterior terá a atribuição precípua de eleger os representantes das entidades não governamentais e será convocada pela

Secretaria Municipal de Ação Social, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, através de edital amplamente divulgado.

§ 4º - O presidente, o vice-presidente, o secretário e o tesoureiro serão eleitos por seus pares, na primeira reunião do Conselho.

§ 5º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 6º - Os membros dos Conselhos e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a reeleição.

§ 7º - A nomeação e posse do primeiro Conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal obedecida a origem das indicações.

§ 8º - A função do membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada."

"Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – formular a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução;

II – opinar na formulação das políticas sociais básicas e naquelas de caráter supletivo de interesse da criança e do adolescente;

III – deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se referem os incisos I e II do artigo 2º desta Lei bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

IV – elaborar seu regimento interno;

V – gerir o fundo municipal, alocando recursos para os programas das entidades governamentais e repassando verbas para entidades não governamentais;

VI – propor modificações nas estruturas dos Departamentos e Órgãos da Administração ligadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VII – opinar sobre dotações de orçamento municipal destinadas à assistência social, saúde e educação de crianças e adolescentes bem como ao funcionamento do Conselho Tutelar, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

VIII – opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e a juventude;

IX – fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação, das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando, necessariamente, percentual para o incentivo ao acolhimento sob forma de guarda da criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;

X – coordenar, regulamentar e organizar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar;

XI – fixar remuneração dos membros do Conselho Tutelar;

XII –solicitar aos órgãos com representatividade as indicações para o preenchimento do cargo de Conselheiro nos casos de vacância e término do mandato;

XIII – encaminhar o processo de escolha dos Conselheiros municipais não governamentais e dar posse aos mesmos;

XIV – proceder o registro das entidades não governamentais e a inscrição de programas governamentais voltados para a infância e a juventude executados no âmbito do município.”

“Art.10 – Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão captador e liberador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado.

Parágrafo único – O Fundo retro mencionado, será regulamentado por decreto do Executivo Municipal mediante proposta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

“Art.13 – Fica criado 01 (um) Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente e autônomo não-jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º - O Conselho Tutelar funcionará na área central do Município;

§ 2º - Os membros do Conselho Tutelar deverão prestar 40 (quarenta) horas semanais de serviço, incluindo plantões de atendimento nos horários noturnos, fins de semana e feriados, conforme dispuser o seu regimento interno.”

“Art.15 – O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros com mandato de 03 (três) anos, permitida uma reeleição.

§ 1º - Para cada conselheiro haverá um suplente.

§ 2º - O Conselheiro suplente assumirá o cargo do Conselheiro Efetivo em caso de impedimento do titular, nas hipóteses de vacância por mais de 15 (quinze) dias.

§ 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentará o disposto neste artigo.

§ 4º - Em caso de afastamento, seja por licença médica ou outros afastamentos previstos em lei o titular afastado fará jus a remuneração.

§ 5º - O conselheiro suplente terá direito à remuneração estabelecida, todas as vezes que assumir o cargo de titular.”

“Art.16 – Somente poderão concorrer à eleição os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

- I – Reconhecida idoneidade moral;
- II – Idade superior a 21 anos;
- III – Residência no Município, há mais de 02 (dois) anos;
- IV – Estar no gozo dos direitos políticos;
- V – Escolaridade de Primeiro Grau completo.

“Art.17 – O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público, através de resolução expedida pelo Conselho.

§ 1º - A candidatura ao cargo de membro do Conselho Tutelar será apresentada individualmente e sem vinculação a partido político.

§ 2º - A comprovação da condição de cidadão do Município será feita através do Título Eleitoral, no ato de votar.

§ 3º - O membro do Conselho Tutelar deverá ter escolaridade completa do 1º grau, bem como experiência comprovada no trabalho de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, e finalmente ser aprovado em teste escrito regulamentado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

“Art.24 – Os membros do Conselho Tutelar farão jus mensalmente a uma remuneração, não inferior a do cargo de Auxiliar Administrativo I do Município de Nova Lima.”

“Art.25 – Perderá o mandato o conselheiro que:

I – dele se utilizar para prática de atos de corrupção e improbidade no exercício de sua função;

II – sofrer condenação por crime doloso em sentença transitada em julgado;

III – sofrer condenação por sentença irrecorrível por crime ou contravenção penal;

IV – proceder de modo incompatível com o decoro de cargo;

V – deixar de prestar a escala de serviços que lhe foi atribuída por 02 (duas) vezes consecutivas ou 03 (três) alternadas;

VI – estabelecer domicílio fora do município onde for escolhido como Conselheiro Tutelar.

§ 1º - De posse da denúncia, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instaurará o devido processo, a ser fixado em seu regimento interno, assegurando ao acusado ampla defesa.

§ 2º - Verificada a culpa do acusado, a perda do mandato será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

“Art.26 – Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tomarão posse 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.

Parágrafo único – Cabe ao Executivo Municipal viabilizar recursos técnicos, financeiros e operacionais para implantação e implementação desta Lei.”

Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados e ratificados, ficando, no entanto, suprimidos os parágrafos 1º e 2º do artigo 3º, o inciso I do parágrafo 4º e os parágrafos 9º, 10 e 11, todos do artigo 7º, da Lei 1424/95.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Lima, 16 de dezembro de 1998, 177º da Independência e 110º da República.


Vitor Perido de Barros
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO D

Exemplo de termo de adesão:

Nome da instituição: _____

Endereço: _____

Área de atividade: _____

Nome do voluntário(a): _____

Documento de identidade: _____ CPF: _____

Endereço: _____

Referências pessoais: _____

O trabalho voluntário a ser desempenhado junto a esta instituição, de acordo com a Lei no. 9.608 de 18/02/1998, é atividade não remunerada, com finalidades _____

(assistenciais, educacionais, científicas, cívicas, culturais, recreativas, tecnológicas ou outras), e não gera vínculo empregatício nem funcional, ou quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e afins.

Trabalho voluntário na área de: _____

Tarefa específica: _____

Duração: de _____ até _____ Horários: _____

Resultados esperados: _____

Declaro estar ciente da legislação específica sobre serviço voluntário e que aceito atuar como voluntário(a) nos termos do presente Termo de Adesão.

Cidade: _____ Data: _____

Assinatura do voluntário(a), RG e CPF

Testemunhas:

Assinatura, RG e CPF

Assinatura, RG e CPF

De acordo:

Nome e assinatura do(a) responsável da instituição/cargo que ocupa

CONSELHO TUTELAR

Resumo

Aos 02 de Outubro de 2001 deu-se início a primeira turma de Laboratório de Informática no Instituto Metodista Izabella Hendrix, com participação de 24 alunos sendo 8 alunos de cada Escola Estadual, com o critério de ter desconhecimento na área de informática.

Pontos Positivos

* Os pontos positivos do curso são bem visíveis, sendo eles listados abaixo:

- Apostila de boa qualidade explicativa
- Dissertação do professor de boa qualidade
- Boa qualidade do "Veículo"
- Alimentação de boa qualidade
- Ambiente de estudo e computadores de boa qualidade

* Pontos para reavaliação, devido as dificuldades existentes quando inicia-se projetos:

- Atraso de ônibus
- Infrequência de alunos
- Tempo de curso poderia ser aumentado

* Pontos para inclusão

Foi observado que a maioria dos adolescentes, não tem base de digitação seria uma questão de inclusão para as próximas turmas.

* Adolescentes

Todos os alunos demonstraram capacidade de assimilação, tanto para questões que estão estudado quanto para questão da vida fora da escola, tendo boa assimilação sobre espírito de grupo e respeito coletivo.

A infrequência de 05 alunos, foi a dificuldade encontrada neste primeiro mês de curso, sendo que 04 deles foi justificado por motivo de doença e 01 não sendo justificado.

Poderíamos estar revendo esta infrequência para as próxima turmas.

Avaliação

CONSELHO TUTELAR

O período do curso poderia ser aumentado, conseqüentemente teríamos um maior desempenho e aproveitamento dos alunos.

Resumo das Palestras

* Aos 8 de Novembro iniciou-se a segunda parte do projeto com as palestras e aulas de artes.

- As aulas de artes - Pela avaliação dos próprios alunos constatamos que as aulas de arte foram bem aproveitadas, mas infelizmente em período curto portanto devido a receptividade poderia ser aumentado.

- Como transferir informações - Obteve uma boa assimilação, aceitação entre os alunos e excelente conteúdo programático.

- Educação sexual - Tornou-se repetitiva para os alunos, porque os mesmos tem acompanhado outras palestras com este tema em escola e projetos realizados na cidade.

- Droga? Não! / Violência - Bom conteúdo informativo, excelente nível, mas já visto por 65% dos alunos no projeto Cará Nova, sugiro que seja renovado com maior aprofundamento.

- O adolescente e o relacionamento familiar - Bom conteúdo de informações bem assimiladas pelos pais e alunos, tema de vasto assunto, devido nossa experiência em atendimento no Conselho Tutelar, onde figura maior causa a desestrutura familiar.

* P.S. - Sinto avontade de expressar sobre a importância do curso, devido a seriedade, veracidade, com objetivos concretos em priorizar o futuro dos nossos jovens. Devemos reavaliar o contexto de faltas pois houve aumento, inclusive sem justificativa no período de 06/11 a 29/11, e importante ressaltar a iniciativa deste projeto que com certeza a essência no mercado de trabalho a nível intelectual para formação do cidadão do futuro.


LUCIANO ROBSON PEREIRA
CONSELHEIRO TUTELAR

ESCOLA ESTADUAL "AUGUSTO DE LIMA"
RUA LAURO MAGALHÃES SANTEIRO S/Nº
BAIRRO - BOM JARDIM - NOVA LIMA -MG
FONE/FAX- 3541-7362

Nova Lima, 03 de maio de 2002.

Ilmo Sr. Edson Travassos
Vice Reitor do Centro Cultural Izabella Hendrix

RELATO

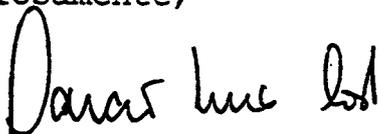
Os alunos que participaram do Projeto Empresa Cidadã, demonstraram ao longo do curso um melhor relacionamento com os outros colegas além da auto-estima elevada.

A Escola enviou alunos considerados "líderes" dentro das salas e essa liderança aumentou após o curso.

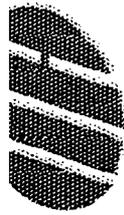
Os alunos declararam na escola a importância de se fazer encontros dessa natureza e disseram que foi de muita valia o encontro sobre Educação Sexual, as aulas sobre computação e trabalhos manuais.

Esperamos poder continuar com a parceria junto ao Centro Universitário IZABELLA HENDRIX o que muito auxilia os nossos alunos em relacionamento conhecimento-e valorização do ser humano.

Atenciosamente,



Escola Estadual Augusto de Lima



**INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX
FACULDADES METODISTAS INTEGRADAS IZABELA HENDRIX**

ANEXO F

Certificamos que

participou como aluno do Projeto “**Empresa Cidadã**”, programa de iniciação, aprendizado e uso do computador e da Internet, promovido pelo Instituto Metodista Izabela Hendrix em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Nova Lima, durante o mês de outubro e novembro de 2001, com carga horária de 48 hs.

Nova Lima, 30 de novembro 2001

Prof. Edson Gomes Travassos
Vice-Reitor
Instituto Metodista Izabela
Hendrix

Sérgio Oliveira
Pres. Do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do
Adolescente -NI.

ANEXO G

Consultas

Lista de endereços e de sites na Internet: para fazer pesquisas e esclarecer dúvidas.

Fontes para Pesquisa: bibliografia básica organizada de acordo com os temas principais.

Lista de Endereços e de sites

Endereços

Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Justiça / Coordenação de Outorga e Títulos - Divisão de Qualificação de OSCIP

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, sala 323, Brasília DF CEP 70064 - 900

Telefone: (61) 429 - 3139/3573/9188 - Fax: 429 - 3546 - E-mail: oscip@mj.gov.br

Rede de Informações para o Terceiro Setor - Rits

Rua Lopes Quintas, 211, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22450-010. Fax: (21) 3205-7614

Conselho da Comunidade Solidária

Esplanada dos Ministérios, Bloco A 4º andar Brasília DF CEP 70054 - 900 Fax: (61) 411 - 4636

E-mail: interloc@comunidadesolidaria.org.br

Sites

Conselho da Comunidade Solidária - www.comunidadesolidaria.org.br

Ministério da Justiça - www.mj.gov.br/snj/oscip.htm

Rede de Informações para o Terceiro Setor - RITS - www.rits.org.br

Programa Voluntários - www.programavoluntarios.org.br

Programa Capacitação Solidária - www.aapcs.org.br

Programa Nacional de DST/AIDS - www.aids.gov.br

Secretaria da Receita Federal - www.receita.fazenda.gov.br

Esta publicação está disponível nos sites - www.comunidadesolidaria.org.br e

www.mj.gov.br/snj/oscip.htm

Fontes para Pesquisa

Documentos do Conselho da Comunidade Solidária

COLETÂNEA das contribuições enviadas pelos interlocutores, Marco Legal do Terceiro Setor, Sexta Rodada de Interlocução Política, Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, outubro de 1997.

DOCUMENTO-BASE para XVII Reunião do Conselho da Comunidade Solidária, Marco Legal do Terceiro Setor, Sexta Rodada de Interlocução Política, Segunda versão, Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 6 de outubro de 1997.

MARCO Legal do Terceiro Setor, Cadernos Comunidade Solidária, Brasília: IPEA, vol. 5, 1998.

Terceiro Setor

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In IOSCHPE, Evelyn, org. Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FERNANDEZ, Rubem Cesar. Privado Porém Público - O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LANDIM, Leilah. Para além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. In Série Textos de Pesquisa. Rio de Janeiro: ISER, Núcleo de Pesquisa, 1993.

Marco Legal

COLETÂNEA de legislação do Terceiro Setor. Coordenação e organização Fundação Grupo Esquel Brasil. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, Série Marco Legal, 1998.

FERRAREZI, Elisabete. O Novo Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil. Revista del CLAD Reforma y Democracia, n° 20, Venezuela, Junho de 2001.

OLIVEIRA, Anna Cynthia 1997. Terceiro Setor: uma agenda para reforma do Marco Legal. Comunidade Solidária,

SZASI. Eduardo. Terceiro Setor - regulação no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2000.

Esfera Pública

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; GRAU, Nuria Grau, orgs. O Público não estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, CLAD, 1999.

FRANCO, Augusto de. Uma nota sobre a questão do fim público das organizações do Terceiro Setor - seu papel na expansão da esfera pública e na reforma do Estado. Conjuntura e Planejamento, Salvador: SEI, n° 50, julho, 1998.

GRAU, Nuria Grau. Repensando lo público a través de la sociedad - nuevas formas de gestión pública y representación social. Caracas: CLAD, Nueva Sociedad, 1997.

Mudanças nas relações entre Estado e Sociedade

CARDOSO, Ruth; FRANCO, Augusto; DARCY, Miguel. Um novo referencial para a ação social do Estado e da sociedade. Brasília: PNUD/Comunidade Solidária, 2000.

DARCY, Miguel. O novo papel da sociedade civil no combate à pobreza e exclusão social. Contribuição ao Relatório Nacional Brasileiro à Sessão Especial das Nações Unidas "Copenhague +5". Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2000.

FRANCO, Augusto. Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, Brasília: Instituto de Política, 2000.

FRANCO, Augusto de. Além da Renda - a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FERRAREZI, Elisabete. Estado e Setor Público Não Estatal: perspectivas para a gestão de novas políticas sociais. In ANAIS do II Congresso Interamericano do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, Isla de Margarita, outubro 1997.

KLIKSBERG, Bernardo. Como reformar el Estado para enfrentar los desafios del 2000? II Forum Global Estado Democrático e governança no século XXI. Brasília, 29 a 31 de maio, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinvenção Solidária e participativa do Estado. In: Seminário Internacional sobre Sociedade e Reforma do Estado, MARE, São Paulo, 26 a 29 de março, 1998 (mimeo).

Ação Social de Empresas

PELIANO, Ana Maria T. Medeiros; BEGHIN, Nathalie. A iniciativa privada e o espírito público: a ação social das empresas do Sudeste brasileiro. Brasília: IPEA, 2000. (Em 2001 saiu para as outras regiões do país).

PELIANO, Ana Maria. Bondade ou interesse? Como e porque as empresas atuam na áreas social. Brasília, IPEA, 2002.

Capital Social

FRANCO, Augusto. Capital Social - leituras. Ed. Instituto de Política/ Millennium, Brasília: 2002.

PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital Social y Cultura - claves olvidadas del desarrollo. Buenos Aires: BID/INTAL, 2000.

Ocupações

LANDIM, Leilah, BERES, Neide. Ocupações, despesas e recursos: as organizações sem fins lucrativos no Brasil, Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

Fundações

PAES, José Eduardo Sabo. Fundações e Entidades de Interesse Social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 3ª ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

Avaliação

Ala-Harja, Marjukka, Helgason Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. Revista do Serviço Público, ano 51, nº 4, out-dez, Brasília: Enap, 2000.

Manual de formulação e avaliação de projetos sociais. Organizado por PROPOSAL Programa Conjunto Sobre Políticas Sociais para América Latina para o Curso de Formulação, Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais - CEPAL/ OEA/ CENDEC, 1997.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes.,1993.

TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados. Quando o Estado se compromete. Editora Revan, Brasília: ENAP, 2001.

*“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão,
e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia.*

*Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha,
é que ele figurá, na mente, a sua construção, antes de transformá-la em realidade.
No fim do processo do trabalho, aparece um resultado que já existia antes,
idealmente, na imaginação do trabalhado”.*

Karl Marx